A SEMANA
na África
Clipping sobre PALOP e África Austral

18 a 24 de novembro de 1991 - nº 15

ANGOLA ENFRENTA A PARTIR DE HOJE PACOTE DE MEDIDAS ECONÔMICAS

OFICIAL E PARALELO EMPATAM NO COMÉRCIO

O governo angolano decretou, no dia 17 de novembro, um pacote de medidas econômicas que inclui a desvalorização do novo cuanza em 50%, o fim do comércio em moeda estrangeira, a drástica liberalização dos preços, uma nova tabela salarial e novas taxas de juros bancários. A cotação do dólar passou de 60 para 90 novos cuanzas. O ponto de equilíbrio deste pacote serão as medidas fiscais que acarretarão a redução de impostos e demais taxas. (pp.13-14).

MOÇAMBIQUE: PARA VALER

CESSAR-FOGO MAIS PERTO

CAVACO SILVA JÁ É MEDIADOR

ANDREOTTI FORÇA DHLAKAMA

Continua o complexo jogo diplomático em torno das negociações de paz em Moçambique. Reagindo à tentativa portuguesa de tentar assumir a direção das conversações — que conta com o entusiástico respaldo de Afonso Dhlakama —, a Itália, por intermédio do primeiro-ministro Giulio Andreotti, pressionou o líder da Renamo para que este contribua para a aceleração do processo de discussão das condições de paz. A sombria situação da economia do país, com a conseqüente degradação das áreas urbanas e o desaparecimento das noções de lei e ordem [ver clipping nº 9, pp.VII e 29, por exemplo], obrigam ambos os lados a fazer concessões, não sem enfrentar resistências. Apesar de todas as dificuldades, acredita-se que finalmente as negociações caminham para uma solução satisfatória. (pp.26-29).

"O SUFRÁGIO UNIVERSAL OU NADA" (África do Sul)

Em entrevista à revista Jeune Afrique, Cyril Ramaphosa, secretário geral do ANC, justifica a aliança com o Partido Comunista, e afirma que seria prema-

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

tura a transformação de seu movimento em um partido político. No que diz respeito ao processo de negociações entre ANC e governo, ele defende a instalação de um governo de transição e a eleição, pelo sufrágio universal, de uma Assembléia Constituinte. Ramaphosa duvida que um eventual afastamento do presidente De Klerk pudesse alterar o curso das reformas iniciadas em sua administração, e admite que o ANC possui bens cujo valor atinge mais de 200 milhões de dólares. (p.33-34).

CRISE EM CABINDA

(Angola)

CABINDA: A LEI DO CHICOTE E DO REBUÇADO

O governador de Cabinda, Augusto da Silva Tomás, decretou o toque de recolher obrigatório na província, após graves incidentes com elementos da Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC), que provocaram seis mortos e dezoito feridos. A violência coincidiu com o aniversário da união de todas as forças políticas independentistas de Cabinda no seio da FLEC. Os manifestantes teriam proferido palavras de ordem incitando ao "racismo e ao tribalismo" contra as pessoas que não são naturais do enclave.

O Congresso da FLEC, que reuniu-se no início de novembro, em Lisboa (ver clipping nº 14 pp. III e 09), aceitou a proposta da mediação portuguesa e reafirmou o direito à autodeterminação, baseada em razões históricas e jurídicas. (pp.09 e 06).

Entretanto, em artigo do Jornal de Angola (ver p.07) descarta-se de imediato a idéia de independência sob o argumento de que a solução correta seria a autonomia do território, tendo como exemplo a autonomia concedida por Portugal à Madeira e aos Açores.

Cabinda é responsável por mais de 330 mil barris diários de Petróleo, dos 500 mil que Angola produz atualmente. (pp.05 e 08).

A PRESSÃO DOS OBSERVADORES (Angola)

Herman Cohen (EUA), Alexander Smirnov (URSS) e Durão Barroso (Portugal), observadores do processo de paz em Angola, elaboraram um documento com algumas "recomendações" a serem seguidas pelo MPLA e pela UNITA. Dentre estas destacam-se: o repúdio à exploração eleitoreira dos incidentes, a aceleração dos mecanismos da neutralização da polícia, a ampliação do aparelho administrativo central a todo o território, o acantonamento das tropas e a simultaneidade das eleições parlamentares e presidenciais. (p. 08).

ROÇAS DE CAFÉ À ESPERA DOS ANTIGOS DONOS (Angola)

O Instituto para Cooperação Econômica está aceitando, desde o dia 01 de outubro, propostas para aquisição de fazendas de café em Angola, que estavam em posse do Estado. No total, são 33 plantações que compreendem uma área de 200 mil hectares. Até o momento, já demonstraram interesse grupos empresariais de Portugal (Espírito Santo), da Inglaterra (Lonrho), dos EUA e do Irã.

Angola era, antes de 1975, o 4º maior produtor mundial de Café. (p.09).

CINTRA EM ANGOLA COM CERVEJA, ÁGUAS E GASOLINA

O empresário e presidente do Sporting, famoso clube português, Souza Cintra, pretende voltar a investir em Angola. Três projetos já estão em andamento: uma fábrica de cerveja na região de Catumbela (25 milhões de dólares), a comercialização de água e a distribuição de combustíveis. (p.05).

ANGOLA: QUE FAZER?

O artigo do Informáfrica analisa de forma negativa a atuação do MPLA, bem como suas perspectivas futuras. Aponta como saída para o impasse em que vive o país a formação de um governo transitório, que incluísse a UNITA. Entretanto, esta possibilidade não interessaria à UNITA, que teria participação nos fracassos de tal administração, nem ao MPLA que teria de abrir mão de seu controle exclusivo. (p.12).

PINTO DE ANDRADE CRITICA BIPOLARIZAÇÃO EM ANGOLA

O presidente do Partido Renovador Democrático (PRD) angolano, Joaquim Pinto de Andrade, que se encontra em Lisboa para contatos com personalidades portuguesas, criticou a bipolarização política em Angola, pois "Angola não é só o MPLA e a UNITA".

O líder do PRD manifestou-se contra a realização de eleições legislativas e presidenciais no mesmo dia, considerando que é preciso que as pessoas se habituem a votar em projetos e não em pessoas (pp.12 e 13).

INVESTIMENTOS ITALIANOS ATINGIRAM 280 MILHÕES DE DÓLARES (Angola)

Esta afirmação foi feita pelo Secretário de Estado da Cooperação Italiana, Andrea Barroso, em visita a Luanda, e refere-se ao trienio 89/91. Entre os projetos realizados, Barroso destacou: a reabilitação das unidades de salga e seca de peixe, a eletrificação de parte da cidade de Luanda e a montagem de terminais oceânicos de combustíveis, no município de Lobito e na província de Cabinda (p.14).

JOSÉ EDUARDO DOS SANTOS PODERÁ SER O NOSSO CANDIDATO (Angola)

Em entrevista ao Jornal de Angola o jurista Alberto Neto, líder do Partido Democrático Angolano (PDA), apresentou a possibilidade de Eduardo dos Santos obter o apoio do PDA para as eleições presidenciais. Entre as principais reivindicações de Alberto Neto constam a não simultaneidade das eleições legislativas e presidenciais e a desmilitarização das forças do MPLA e da UNITA. (p.20).

MAIS ELEIÇÕES, MAIS TENSÃO (Cabo Verde)

CABO VERDE TEM DE COOPERAR

ENTRE O REFORÇO DA AMIZADE E A CAUSA DOS CLANDESTINOS

Realizando sua primeira visita oficial ao exterior, o presidente cabo-verdiano Mascarenhas Monteiro esteve em Portugal, encontrando-se com Cavaco Silva e Mário Soares. O assunto principal da reunião com Cavaco foi dos imigrantes cabo-verdianos clandestinos em Portugal. O primeiro-ministro português condicionou os esforços do governo português para a melhoria das condições de vida dos imigrantes à adoção, por parte de Cabo Verde, de medidas que restrinjam a emigração. Mascenhas Monteiro foi homenageado por Mário Soares, pelo seu papel no processo de democratização de Cabo Verde, considerado pelo presidente português "exemplar" e "emblemático". O caráter democrático do novo regime cabo-verdiano, e a importância geo-estratégica do arquipélago [Cabo Verde será escala nas restabelecidas rotas aéreas entre Estado Unidos e África do Sul. Ver clipping nº 13,pp.IV e 14], explicam o apoio dado pelos EUA ao governo do primeiro-ministro Carlos Veiga.Neste período que antecede as eleições autárquicas de 15 de dezembro, todavia,

volta a subir o nível de tensão, pois o PAICV denuncia violações da lei eleitoral por parte do governo. (pp.21 e 23).

"SERVIÇOS SECRETOS PORTUGUESES COLABORAM COM A RENAMO" (Moçambique)

Numa entrevista ao Expresso, o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, indica a existência de diversos pontos que dificultam as negociações de paz entre o seu movimento e o governo moçambicano, e reiterou sua proposta de intervenção de Portugal nas conversações. Inquirido sobre os indícios de massacres cometidos pela Renamo, e se ele mantinha o controle sobre seus soldados, Dhalakama afirmou que sim, e que as afirmativas acerca dos referidos massacres, bem como aos raptos de jovens, são produtos da propaganda da Frelimo. Segundo ele, os massacres começaram com a presidência de Chissano, e o "futuro dirá que não matamos civis". Quanto à utilização de feiticeiros, ele nega que seu movimento siga tal prática, atribuindo-a à Frelimo (ver clipping nº 3, pp IV-v e 17-20).

Dhlakama nega que a Renamo tenha sido formada pelos serviços secretos de Ian Smith [primeiro-ministro da Rodesia entre 1965 e 1979], admitindo todavia o apoio da Rodésia e da África do Sul, e também dos serviços secretos portugueses. Segundo ele, a Renamo hoje conta somente com apoio do Quênia e do Malavi. (pp.30-31).

"MAS QUE PORCARIA DE PERGUNTA" (África do Sul)

Em entrevista do Público, Mangosuthu Buthelezi [presidente do Inkatha e primeiro-ministro do bantustão do Kwazulu], demonstrou irritação com algumas das questões que lhe foram dirigidas. Ele afirma não acreditar que o ANC venha a ser majoritário após a futuras eleições, e nega a possibilidade de seu partido vir a coligar-se com o Partido Nacional, do presidente De Klerk, bem como a praticabilidade de uma presidência coletiva, rotativa. Buthelezi acredita que a África do Sul [devido à sua boa infra-estrutura de transporte e comunicações, e seus bons sistemas jurídico e educacional], será o "motor do desenvolvimento da África Austral e Central". Ele rejeita a hipótese do Kwazulu vir a perder sua autonomia, e garante manter boas relações com o Partido Social Democrata português, e com o Partido Popular Europeu. (p.35).

Índice

África Geral-PALOP.....01-02
Angola 03-20
Cabo Verde 21-24
Guiné-Bissau 25
Moçambique 26-31
São Tomé e Príncipe 32
África do Sul 33-37
Zâmbia 38

PÚBLICO — SÁBADO, 16 NOVEMBRO 1991

Leo Tindemans aos africanos:

"Relações Norte-Sul dominarão o futuro"

O ANTIGO primeiro-ministro belga Leo Tindemans, um dos presidentes da assembleia que reúne a Comunidade Europeia a países de África, Caraíbas e Pacífico, declarou esta semana em Bruxelas que "as relações Norte-Sul vão dominar no futuro a política e a economia mundial".

A afirmação foi feita no âmbito de um seminário em que o grupo parlamentar do Partido Popular Europeu (PPE), de que uma das figuras é o português Lucas Pires, reuniu políticos de África e da Europa, a fim de se tratar do diálogo entre os dois continentes, na prossecução do desenvolvimento social, económico e político.

A parte a taxativa declaração de Tindemans, o seminário tem servido para a análise dos problemas inerentes à democratização de África e para constatar que a Europa está hoje em dia muito fechada nas questões do hemisfério Norte, pouca importância dando ao continente africano.

Como forma de tentar vencer uma das maiores barreiras ao desenvolvimento de África, Leo Tindemans propôs que a próxima Cimeira de Maastricht, na Holanda, dê um passo decisivo no perdão da dívida externa africana, aprofundando assim o que nesse sentido já chegou a ser sugerido pelo primeiro-ministro britânico, John Major.

O seminário serviu essencialmente para o grupo parlamentar do PPE (o segundo em tamanho, com 121 deputados, face aos 180 dos socialistas) tentar levar a África a influência da democracia cristã, não deixando o continente exclusivamente nas mãos da Internacional Socialista, agora que Moscovo recuou. Mas pelo caminho foi dito que é preciso prestar mais atenção às organizações económicas africanas, através das quais se poderá canalizar grande parte do apoio ao desenvolvimento e, também, que se deverá ter sempre em conta os elementos culturais africanos, em vez de se tentar impor modelos externos.

A tentativa dos democratas cristãos europeus chamarem à sua órbita políticos em destaque a sul do Sara foi particularmente visível nos 45 minutos de intervenção concedidos ao presidente do partido sul-africano Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, enquanto alguns representantes de partidos africanos menos conhecidos e de organizações não-governamentais mal conseguiram quatro ou cinco minutos para expressar os seus pontos de vista.

Buthelezi (ver entrevista ao lado) afirmou que uma das coisas que a maioria dos sul-africanos quer no futuro é "muito menos governo", e outros oradores concordaram que na África tem havido uma grande concentração de poderes, sendo agora tempo de aligeirar as máquinas estatais.

O líder do Inkatha defendeu também que o eleitorado do seu país se dividia em três grandes correntes, considerando que não haverá "verdadeira democracia" se os actores principais forem apenas o Partido Nacional e o ANC, e com isso demonstrou claramente o seu receio de ficar à margem da História.

Alguns dos participantes na iniciativa — que teve na mesa o presidente do grupo parlamentar do PPE, Egon Klepsch, a vice-presidente Riá Oomen-Ruitjan, o espanhol Escúder Croft e o português Lucas Pires — notaram que África retrocedeu nas décadas de 70 e 80 e que as vertentes política, económica e social são indissociáveis.

Outra das ideias abordadas durante os trabalhos foi a de que a democratização só por si não é nenhuma panaceia que possa resolver os múltiplos problemas africanos, antes sendo necessário ir à raíz dos mesmos e procurar soluções duradoiras.

Em tal raiz estão, nomeadamente, o facto de o continente ter sido essencialmente preparado para culturas de exportação (e não de subsistência dos seus povos), a quebra acentuada dos preços das matérias primas no mercado mundial e a deficiente gestão que normalmente tem sido feita dos recursos existentes.

Num debate mais virado para princípios gerais do que para questões específicas deste ou daquele país, pouca atenção foi prestada a alguns apelos angustiantes, como o do cidadão sudanês que falou da tirania islâmica de Kartum sobre os negros do Sul ou o de Isabel Tchombé (filha do antigo Presidente do Katanga): "O povo zairense está a morrer". ■

Jorge Heitor, em Bruxelas

PÚBLICO — SEXTA-FEIRA, 15 NOVEMBRO 1991

Livros para os PALOP

CERCA DE 15 mil livros escolares foram oferecidos a Moçambique, Guiné-Bissau e S. Tomé e Príncipe, em Setembro e Outubro passados, pela Porto Editora. Os manuais, solicitados pela Direcção-Geral da Cooperação e por missões religiosas nesses países, destinam-se a ser utilizados por alunos cujas posses não permitem a aquisição de material escolar. ■

Indústria farmacêutica para os PALOP

PÚBLICO — SÁBADO, 16 NOVEMBRO 1991

PORTUGAL ESTÁ a construir um Centro de Investigação e Desenvolvimento da Indústria Farmacêutica (CIDIF) para apoio aos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). O centro deverá ser construído nos terrenos do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial (LNETI), no Lumiar, em Lisboa. Segundo revelou, à agência Lusa, Sílvia Frazão, investigadora do LNETI, o CIDIF visa a formação, divulgação técnica, apoio técnico em controlo de qualidade e realização de investigação e desenvolvimento tecnológico, através de contratos com a Agência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO) e outros países. ■

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA 18 NOVEMBRO 1991

Projecto da Fundação Ouro Negro para crianças africanas

África dos pequeninos em Cascais

Ana Fernandes

No coração de África, os meninos órfãos vão ter uma aldeia só para eles, semeada por uma Fundação portuguesa. Em Cascais, a mesma instituição quer juntar as crianças negras que cá não têm nada e construir a Viláfrica.

PEDRO CUNHA

Raul Indipwo: "Espero que esta obra deixe de ser necessária"

Um terreno em terras portuguesas vai transformar-se numa mini África destinada apenas à gente mais pequena. Ali habitarão as crianças filhas do continente negro que em Portugal sofrem sozinhas com a falta de condições. Será a Viláfrica, um projecto que pretende levantar os alicerces no concelho de Cascais, por iniciativa da Fundação Ouro Negro.

No outro hemisfério, na angolana Benguela, esta ideia verá a luz do dia já no início do próximo ano. Destinada a cinco mil crianças desamparadas, a aldeia é fruto da iniciativa de Raul Indipwo, o sobrevivente do Duo Ouro Negro e impulsionador da fundação de solidariedade social, baptizada com o mesmo nome do grupo.

Transportada para Portugal, a ideia irá germinar em Cascais, vila gémea de Benguela, o local eleito para a sede da Fundação e onde irão funcionar escolas, galerias e até uma biblioteca destinadas a divulgar e promover a cultura dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa).

Criada há três anos, a fundação tem desenvolvido diversas acções em Angola, sobretudo no campo da saúde, com a construção e recuperação de hospitais e clínicas. Este programa resultou da atribuição de um subsídio espanhol para a construção de unidades hospitalares em África, tendo sido a Fundação a intermediária entre a doação do dinheiro e a sua aplicação prática.

Com o objectivo de "procurar soluções reais para os problemas que afectam as crianças africanas, em especial deficientes e órfãos de guerra em Angola e Moçambique", a Fundação pretende subsidiar as suas acções de solidariedade social através da cultura: "Pretendo pôr em marcha uma editora de som, imagem e livros para garantir as actividades que pretendo desenvolver", explicou Raul Indipwo.

Mas o primeiro empurrão será dado pelo lançamento de um novo disco, inteiramente produzido pela Fundação e distribuído pela EMI-Valentim de Carvalho. Com o lançamento já marcado para Dezembro, o álbum "Meninos de Ouro", com 11 faixas, contará com a colaboração de diversos nomes ligados à música, como Celina Pereira, Rui Veloso, Bonga, Alexandra, Luís Filipe e Jorge Fernando, entre outros.

"Durante 35 anos cantei para tanta gente ... agora canto por aquilo que me toca", desabafou o músico angolano.

E são as crianças africanas que mais o importam "porque são elas que têm os problemas mais graves de integração, problemas esses que nem sequer entendem", afirmou Raul Indipwo. Por isso, a sua vila será povoado pelos pequenos órfãos e deficientes vindos de África — "não por egoísmo, mas sim por ternura".

Já a começar a esboçar-se no papel, a Viláfrica segue a mesma linha moçárabe em que estão a ser construídos todos os edifícios da Fundação Ouro Negro em Atrozela, Alcabideche. O objectivo é, aliás, conseguir um terreno na mesma zona, um pedido que Raul Indipwo pretende fazer brevemente à Câmara de Cascais.

"Mas antes queremos ver todas as instituições de apoio à criança que já existem em Portugal, de que é exemplo a Casa Pia, para depois concluirmos o projecto a apresentar à autarquia", adiantou o cantor, seguro de que a tarefa "não será difícil pois a Câmara tem aqui muitos terrenos disponíveis".

A esperança é que a Viláfrica não mantenha a sua tarefa durante muitos anos: "Espero que o número de crianças africanas órfãs e desamparadas se reduza e que esta obra deixe de ser necessária". Se tal se concretizar, as casas dos meninos seriam transformadas, "quem sabe, numa Universidade ou num Centro de Estudos Africanos".

Numa sala enorme, rodeado de variados objectos de decoração, vindos dos mais diferentes países, Raul Indipwo prossegue a sua lista de projectos culturais e sociais. Duas ideias indissociáveis, uma vez que para levar avante as acções de apoio à criança africana, a Fundação irá auxiliar-se dos frutos que as actividades culturais poderão proporcionar e das cooperações estabelecidas com outras instituições.

"Irei lançar uma colectânea, de quatro ou cinco álbuns, intitulada 'Cantar Português', onde constarão obras de poetas portugueses, moçambicanos, angolanos, de S. Tomé, Goa, Damão, Diu, Timor, Cabo Verde e Brasil", adiantou o presidente da Fundação.

Todos os temas serão cantados pelos artistas de cada país, existindo ainda a intenção de convidar a Amália e a Eunice para abrir e fechar a colectânea.

Numa quinta encaixada no vale da Atrozela, a actividade não cessa. Por todos os lados, à volta do edifício-sede, já terminado, crescem paredes e telhados em traços moçarabes. O primeiro edifício a inaugurar será a biblioteca. A ela seguem-se as escolas de música e de pintura, uma galeria de arte, um estúdio de gravação, ateliers de artes e ofícios, um anfiteatro, um museu e também um "rock garden" para alugar.

Toda esta actividade cultural prometida cumpre o duplo objectivo de angariar fundos e de divulgar, promover e também guardar a cultura africana. Na biblioteca existirá um núcleo informatizado para consulta sobre as realidades em África.

"Quando eu aqui cheguei, isto não passava de um buraco com umas ruínas. Sem prazos previstos, e com a ajuda das nossas próprias receitas e de alguns subsídios, pretendo deixar uma obra em Portugal que fale dos PALOP e que se dedique a estes povos", rematou Raul Indipwo. ■

S911035.ANG

ANGOLA: The Battle for Cabinda's Independence

Luanda, October 29, 1991 (AIA/Martin Kearney) -- The war is not over in this nation's oil-rich northern enclave of Cabinda.

There have been no recent attacks on foreign installations and workers. But an assortment of feuding organisations claiming to represent the Cabindan people in their aim of full independence were not party to the May 1991 overall peace agreement signed between the ruling MPLA government and Jonas Savimbi's UNITA.

Recent attempts by the MPLA to talk peace with the various factions have been rebuffed.

Regardless of what government emerges from the national election scheduled for 1992, there is little chance that Cabinda will let go without a fight. Cabinda produces 60 percent of Angola's oil output, about 460,000 barrels a day.

Diplomatic sources here say the Cabindans are holding out so as to negotiate greater self-determination and a percentage of oil revenues.

The separatist movement, called the Front for the Liberation of the Enclave of Cabinda (FLEC), was formed in 1963.

Today it is divided in five factions:

* FLEC-Removado (FLEC-R) is the largest fighting force, of possibly 500 guerrillas. The grouping last engaged Angolan army troops in May when 29 government soldiers were killed and six FLEC combatants were captured. The split-off has been taken up by the international network of extreme right-wing political and religious organisations. FLEC-R fighters have been trained in South Korea at camps set up by the World Anti-Communist League while arms and supplies have been financed by private right-wing funds in Japan and the United States.

* FLEC-N'Zita takes the name of the break-away Colonel N'Zita Tiago. He has no more than 200 combatants operating near the northern border between Cabinda and the Congo Republic. Intelligence sources say he has been getting support from Libya.

* FLEC-Lubota is a tiny faction led by Francisco Xavier Lubota that has claimed military activity, but little has been proven.

Two other groupings are active in political circles, mainly in Lisbon, Portugal and Kinshasa, Zaire: the Cabindan Communist Committee (CCC) and the National Union for the Liberation of

Cabindan Enclave (UNLC).

Observers of the behind-the-scenes rough and tumble say FLEC-R and UNLC are the most influential on-the-ground and political forces.

In 1989 FLEC-R, UNLC, and CCC formed a short-lived alliance. Since then FLEC-R and UNLC have maintained a loose alliance.

Angolan officials write off all the opposition groupings as having no real support among the 100,000 Cabindans inhabiting 7,300 steamy square kilometres on the Atlantic coast wedged between Zaire and Congo just above the delta of the Congo River basin.

But recent worker action has proved this wrong. A violent three-week strike by 2,300 workers in July and August at the Chevron/Cabinda Gulf Oil (CABBOC) facility was suffused with FLEC imagery.

The strike was over pay and conditions. Despite the FLEC's disorganised image, the movement's slogans were shouted. FLEC banners were prominent. FLEC leaflets demanding political independence were everywhere. A non-FLEC supporter was lynched.

Oil multinationals are taking the continued "non-peace" seriously. Officials from Shell Oil and British Petroleum say their companies are refusing to get involved in the local industry despite the plentiful and lucrative conditions. They are worried that staff will come under attack.

The MPLA and UNITA have been sensitive to Cabindan self-determination. Both organisations have appointed Cabindans to high office.

Yet both organisations have fought FLEC in one form or another on the ground since the late 1960s. There is a considerable degree of animosity between the sides.

UNITA and the MPLA recently agreed that the future of the enclave should be based on a "statute of autonomy" which would go some way to matching FLEC's basic demands.

Now the delicate process of back room negotiation is taking shape.

PÚBLICO
QUARTA-FEIRA 13 NOVEMBRO 1991

Seis mortos e recolher obrigatório após confrontos com manifestantes da FLEC

Crise em Cabinda

Vítor Silva, em Luanda

Cabinda é a única região de Angola onde a paz ainda não foi instaurada. Os acordos entre Luanda e a UNITA reacenderam o separatismo do enclave, responsável pela maioria da produção do petróleo angolano. No domingo correu sangue e, ontem, o governador local anunciou o recolher obrigatório.

O governo de Cabinda decretou o recolher obrigatório naquela província angolana após graves incidentes com elementos da Frente de Libertação de Cabinda (FLEC), que provocaram pelo menos seis mortos e 18 feridos.

O governador Augusto da Silva Tomás, em declarações à rádio, anunciou que o recolher obrigatório, das 21h00 às 05h00, fora decidido na sequência duma manifestação, domingo, que terminou em "troca de tiros entre as forças da ordem e desordeiros que se encontravam armados". Para o governador, a situação neste momento é calma, mas as autoridades locais foram "forçadas a tomar algumas medidas tendentes a salvaguardar a integridade física dos cidadãos e a garantir a estabilidade das populações".

Os incidentes começaram no fim de semana e fontes próximas do movimento independentista, em Luanda, garantem que eles coincidiram com o aniversário do 8 de Novembro, data da unidade de todas as forças políticas de Cabinda no seio da FLEC.

Na versão do governador, grupos de indivíduos, identificados como "elementos militares da FLEC infiltrados no seio das populações", promoveram as manifestações, levando à frente centenas de crianças. Outras notícias dão conta que os manifestantes terão tentado tomar de assalto a casa do governador e que terão interrompido uma cerimónia religiosa na igreja católica da capital da província.

Os manifestantes teriam proferido palavras de ordem incitando ao "racismo e tribalismo" contra os que não são naturais de Cabinda, "pondo em risco a segurança de milhares de cidadãos que trabalham e vivem em Cabinda".

Neste momento, há notícia de que muitos os angolanos não originários de Cabinda se estarão a pôr em fuga, escapando de perseguições que se estariam a alastrar a outras regiões da província.

Trabalham em Cabinda, designadamente na indústria do petróleo, muitos estrangeiros, entre eles portugueses. Mas, de momento, não parecem ser eles o alvo dos manifestantes, mas sim os angolanos de outras províncias.

História e petróleo

Cabinda é a única zona de Angola onde a guerra continua depois da assinatura dos acordos de paz entre o Governo. Grupos independentistas têm estado a actuar militarmente na região, provocando várias vítimas. E há inclusive testemunhos que falam em frequentes de cortes de orelhas.

Nos últimos dias decorreu também em Lisboa um Congresso das várias tendências da FLEC para organizar uma direcção comum e discutir assuntos relacionados com o futuro do enclave, atribuído a Portugal, pelas autoridades tradicionais, através do Tratado de Simulambuco (ver PÚBLICO, 11 de Novembro). Os autonomistas não reconhecem o Governo de Luanda, considerando Cabinda um protectorado de Portugal.

Os principais grupos independentistas são a FLEC, que está dividida em duas alas, uma com apoio de Kinshasa e outra com certa influência em Brazzaville, dirigidas respectivamente por Nzita Tiago e Ranque Franque.

Na sua recente mensagem à nação, por ocasião do 11 de Novembro, o Presidente Eduardo dos Santos reconheceu a necessidade de se encontrar uma solução específica para a região no contexto das actuais fronteiras da República Popular de Angola, tendo reafirmado que o seu Governo está a manter conversações com os grupos independentistas com vista a um acordo para Cabinda que contemple uma autonomia, do tipo da região da Madeira, mas nunca a independência.

Numa recente mensagem ao primeiro-ministro português, Cavaco Silva, Eduardo dos Santos pedira-lhe que Portugal usasse dos seus bons ofícios a resolver o problema do separatismo, através de diligências que ajudassem a encontrar um interlocutor com quem Luanda pudesse negociar um estatuto de autonomia (ver PÚBLICO, 7 de Novembro).

Também o líder da UNITA, Jonas Savimbi, se pronunciou sobre a matéria nos mesmos termos. Posição que, contudo, não é totalmente corroborada pelos dirigentes de algumas das novas forças políticas que têm acusado o Governo de estar a criar a situação explosiva que se vive em Cabinda ao propor a autonomia e iniciar o diálogo com a FLEC.

Cabinda é responsável por mais de 330 mil barris diários de petróleo, dos 500 mil que Angola produz actualmente. Este facto leva as populações locais a exigirem melhores condições de vida que nas demais regiões, tendo a situação sido sempre delicada, mesmo na época da Administração portuguesa. ●

SEMANÁRIO 16 NOV 91

Cintra em Angola com cerveja, águas e gasolina

Sousa Cintra está de volta a Angola. Projectos não lhe faltam. O mais avançado deles todos é o de uma unidade fabril para a produção de cerveja, a construir de raiz na região de Catumbela, em Benguela, com uma capacidade de produção de 25 milhões de litros por ano, num investimento global que ronda os 25 milhões de dólares. O projecto, que resulta de uma associação entre Sousa Cintra e a sua empresa Vidago, vai iniciar a sua comercialização dentro de dois anos, e vai trazer ao mercado angolano a marca Vida.

A decisão final está do lado do Governo angolano, que está a estudar o dossier. Sabe-se no entanto que o Ministério da Indústria daquele país está bastante receptivo ao projecto e que o GIEA - Gabinete Investimento Estrangeiro em Angola tem em seu poder um estudo de viabilização. O negócios das águas naquele território está também na mira de Sousa Cintra, pretendendo para o efeito construir também uma fábrica de águas, para comercializar sob o nome de Coca-Cola. Também este projecto já recebeu um parecer favorável da parte do Governo angolano.

Outra das apostas do presidente do Sporting é o sector da distribuição de gasolina, tal como em Portugal, onde a sua Cipol inaugurou recentemente um novo posto de abastecimento na Trafaria, marcando o arranque daquela marca para uma presença mais significativa no liberalizado mercado português de combustíveis. O Ministério dos Petróleos de Angola também já deu uma indicação favorável ao projecto da Sousa Cintra, que pretende instalar naquele país uma rede própria de distribuição, construindo novos postos e reabilitando outros. Este projecto, em mais uma nova associação de Sousa Cintra com a Vidago, prevê um investimento inicial de cerca de 12 milhões de dólares, estando apenas à espera que a Sonangol dê o seu aval para poder começar com as obras.

A hora de Cabinda

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE NOVEMBRO DE 1991

PORTUGAL foi oficialmente convidado pelo Governo de Angola para ser mediador de uma solução negociada para a questão de Cabinda. O ministro-adjunto dos Assuntos Estrangeiros, Venâncio de Moura, veio a Lisboa apresentar o pedido, e a Frente de Libertação do Enclave de Cabinda (FLEC) escolheu a capital portuguesa para realizar uma conferência extraordinária — em que participaram representantes das seis facções do movimento e «independentes» tidos como afectos às duas grandes forças políticas angolanas, o MPLA e a UNITA —, destinada a elaborar uma estratégia unitária com vista a futuras negociações.

A conferência, iniciada a 11 de Novembro, aniversário da independência de Angola, aprovou um documento que reafirma o direito de Cabinda à autodeterminação e apela a uma solução negociada do conflito. Os delegados votaram uma resolução pedindo às autoridades portuguesas que assumam o papel de moderador, e todos os presentes aplaudiram a decisão de cessar imediatamente a tomada de reféns portugueses. Foi igualmente designada uma «comissão das conversações» encarregada de preparar o terreno para a abertura de negociações formais com Luanda.

O Conselho Supremo de Coordenação da FLEC, onde figurarão representantes de todas as tendências e «independentes», será a máxima expressão do «nação soberana» de Cabinda. A ausência do presidente e do vice-presidente da FLEC, respectivamente Rank Frank e N'Zita Henriques Tiago, frustou parcialmente as expectativas dos organizadores da conferência, mas ambos fizeram-se representar por enviados pessoais e serão informados de todas as conclusões da reunião por uma delegação especialmente constituída para o efeito.

Entrevistados pelo EXPRESSO, dois «independentes» que integrarão essa delegação — André Mingas, um nacionalista «histórico», membro do Conselho de Estado da República Popular de Angola, e José N'Dele, eleito em Lisboa membro do Conselho Supremo da FLEC encarregado das Relações Externas, militante da UNITA — declaram-se convencidos de que o diálogo permitirá resolver a questão de Cabinda «de acordo com os interesses de ambos povos» e salientam a importncia do papel «moderador» que Portugal pode desempenhar no processo, «consequência lógica da mediação desenvolvida entre o MPLA e a UNITA» para a paz em Angola.

António Loja Neves/Nicole Guardiola

ANDRÉ MINGAS

EXPRESSO — Como membro do Conselho de Estado angolano, acha que existe, no Conselho, abertura para discutir a questão de Cabinda?

ANDRÉ MINGAS — O problema ainda não foi abordado, mas sei que a minha presença foi encarada pelos participantes na reunião de Lisboa como um factor de moderação e uma contribuição à aproximação das partes em litígio.

EXP. — Espera convencer os dirigentes angolanos da necessidade de uma solução negociada?

A. M. — Fui um combatente, estive preso, demitido das minhas funções e exilado. Sou também um «mais velho» que sempre agiu com frontalidade e rectidão. Por isso posso ser uma voz que facilite o trabalho das comissões que serão mandatadas para os contactos oficiais e a quem competirá levar a bom porto as negocições.

EXP. — Chegou-se em Lisboa a um consenso entre as várias tendências da FLEC com vista às conversações?

A. M. — Foi um processo difícil, mas concordámos em deixar de lado as divergências. Rank Frank, presidente da FLEC, e N'zita Tiago, líder das facções da guerrilha, não estiveram presentes mas enviaram delegados. Rank Frank disse-me pelo telefone: «'Velho', depois tenho de conversar consigo e com José N'Dele».

EXP. — O Governo de Luanda e a FLEC pediram que Portugal seja mediador...

A. M. — É uma consequência lógica dos acordos de Bicesse, uma vez que Cabinda é o único foco de luta armada que ainda se mantém.

EXP. — Os factores económicos não serão um obstáculo ao êxito das negociações?

A. M. — A comissão que foi nomeada pela Conferência de Lisboa saberá negociar esses aspectos. De todas as formas, Cabinda será sempre aliada natural de Angola à qual nos unem laços muito fortes, a começar pela língua portuguesa.

EXP. — Uma manifestação de apoio à Conferência de Lisboa foi reprimida e o recolher obrigatório decretado em Cabinda...

A. M. — Estou preocupado e vou falar com o governador de Cabinda para saber o que realmente se passou. A Conferência pediu a abertura de um inquérito sobre o assunto.

EXP. — Qual será a solução para Cabinda: autonomia, estado federado ou um novo PALOP?

A. M. — Pessoalmente, gostaria muito que fosse o sexto PALOP. Mas competirá à comissão conjunta decidir.

EXP. — Sempre teve esta posição?

A. M. — Em 1934 já lutava pela causa nacionalista, conservando-me sempre independente dos partidos. Esta atitude acarretou-me dissabores com o MPLA, mas houve também gente como Lúcio Lara que compreendia a minha posição.

JOSÉ N'DELE

EXPRESSO — Em que qualidade participou na conferência de Lisboa sobre Cabinda?

JOSÉ N'DELE — Sempre militei na UNITA. Aí desenvolvi o meu espírito nacionalista e a luta anticolonial. Todavia, sinto-me profundamente cabinda e ao ser convidado a participar na conferência entendi que devia dar um contributo para a paz numa região tão sofrida. Todos nós achamos que já chega de guerra, o povo necessita urgentemente da paz. E esse combate deve ser travado em qualquer lugar oportuno.

EXP. — Em 1975 foi vice-primeiro-ministro do Governo de transição de Angola. Qual era então a sua posição em relação a Cabinda?

J. N. — A UNITA sempre defendeu uma solução que contemple os interesses cabindenses. Infelizmente éramos apenas uma das partes...

EXP. — Os objectivos desta conferência foram alcançados?

J. N. — A convergência de todas as forças, até agora desunidas, parece ter sido atingida. Todas as tendências existentes estiveram representadas e aprovaram os pontos essenciais das resoluções.

EXP. — Entre as quais uma proposta de negociações com Angola, com Portugal no papel de mediador...

J. N. — Compete aos políticos tomar as iniciativas necessárias para o bem-estar dos seus povos. Estou convicto que da parte angolana também existe esse interesse; mas não podemos tão-pouco escamotear a existência de forças na administração de Luanda que se opõem ao início de conversações.

EXP. — E da parte de Portugal?

J. N. — Portugal tem uma responsabilidade histórica que advém dos acordos que assinou com os cabindas, há apenas cem anos. Nunca fomos uma colónia, mas um protectorado. Depois do exemplo dado com os acordos de paz para Angola, acreditamos na disponibilidade de Portugal para ajudar a resolver a questão de Cabinda.

EXP. — Não pensa que os aspectos económicos e o receio da desagregação da Nação podem justificar os receios de Luanda?

J. N. — A questão económica é, realmente, um obstáculo que dificulta uma rápida solução. Pensamos que os acordos a estabelecer devem prever uma evolução gradual, de forma a não afectar a reconstrução nacional angolana. Mas devem incluir as contribuições a pagar por Angola depois desse período, como forma de «reparação» por aquilo que foi retirado do solo cabindês durante todos estes anos. São duas condições justíssimas que possibilitariam uma nova era de entendimento e entreajuda entre os dois povos.

Cabinda: que autonomia? *(Conclusão)*

PELO que historicamente está registado, e independentemente de eventuais erros e da fragilidade e ambiguidade da legislação portuguesa em relação à questão, Cabinda é parte de Angola.

Neste sentido, a saída para a questão de Cabinda pende mais a favor de uma autonomia que propriamente da separação total do resto de Angola.

A menos que a população de Cabinda assim o determinasse, o que, de resto, não parece ser hipotético, se se considera que o enclave sempre foi um dos baluartes da defesa da integridade territorial angolana.

Se é dado adquirido que a independência de Cabinda é um facto fora de discussão, importante é a reflexão sobre o tipo de autonomia a conceder ao enclave.

Um processo autonómico que poderá convergir, a todos os níveis, na satisfação das necessidades materiais e espirituais da população da província, cujos recursos naturais conformam o esqueleto de parte da economia de Angola.

É um paradoxo que um território rico em petróleo viva carências de combustível, óleos lubrificantes e outros derivados do género ou tenha estradas esburacadas por falta de asfalto.

Não é propósito destas linhas enumerar ao pormenor todas as dificuldades vividas pela população de Cabinda, que de Malongo apenas parece estar a receber os odores picantes dos rosbifes norte-americanos.

Nem mesmo seria necessário falar-se da falta de peixe na província, quando o impávido e sereno atlântico reclama as vezes por uma simples rede para oferecer o pescado.

Da mesma forma, seria desnecessário evocar a carência de mobílias ou tacos, quando o imponente, omnipresente e omnipotente Malombe já chegou a ser selvaticamente desbravado para enviar as suas preciosas madeiras até tão longe como o Caribe.

Ultrapassados que foram alguns erros, muitos deles determinados pelo caos administrativo que o país viveu durante os 16 anos de guerra civil, a questão específica de Cabinda merece uma atenção particular.

Todos os esforços que se programam para o ulterior desenvolvimento da província deverão passar necessariamente pelo imperativo da elevação dos níveis da economia, sociedade, organização, administração e finanças.

É possível, desde já, desenhar-se o futuro estatuto da autonomia de Cabinda, que poderá responder tanto à componente político-administrativa, como à económica.

Nalguns aspectos, a autonomia concedida por Portugal à Madeira e Açores pode servir de exemplo para o que se poderia pensar de Cabinda.

É claro que, à partida, nem todos os ingredientes reunidos nas regiões poderão ser adaptados em Angola, um país africano com as suas especificidades próprias.

Cabinda é um território continental e a Madeira e os Açores são arquipélagos, portanto rodeados por Mar. As duas regiões autónomas portuguesas foram povoadas por portugueses, enquanto Cabinda já conhecia um estado de desenvolvimento quando Portugal tomou contacto com o território.

Fora do quadro dessas diferenças, algumas situações aplicadas por Portugal em relação aos Açores e Madeira poderiam servir de base para Cabinda.

Reza na constituição portuguesa que o regime político-administrativo dos arquipélagos dos Açores e da Madeira fundamentam-se nas suas características geográficas, económicas, sociais e culturais e nas históricas aspirações autonomistas das populações insulares.

Para a constituição portuguesa, a autonomia das regiões visa a participação democrática dos cidadãos, o desenvolvimento económico-social e a promoção e defesa dos interesses regionais, bem como o reforço da unidade nacional e dos laços de solidariedade entre todos os portugueses.

Essa autonomia regional não afecta a integridade da soberania do Estado e exerce-se no quadro da Constituição, sendo os Açores e a Madeira regiões autónomas da República Portuguesa, dotadas de personalidade jurídica de direito público.

São membros do Governo próprio das duas regiões, uma assembleia legislativa regional e um governo regional. As regiões têem bandeira, brasão de armas, selo e hino próprios aprovados pela Assembleia Regional.

A Assembleia Legislativa Regional é composta por deputados, eleitos mediante sufrágio universal, directo e secreto, de harmonia com o princípio de representação proporcional e por círculos eleitorais.

Compete à Assembleia Regional legislar em matérias de interesse específico para a região e não reservadas à competência da Assembleia da República.

É igualmente sua responsabilidade exercer poder tributário próprio, nos termos da lei, aprovar o orçamento regional e as contas de cada ano económico.

É ainda a Assembleia Regional que autoriza o Governo a contrair empréstimos e outras operações de crédito, votar moções de centura ou de confiança ao Governo regional e ter iniciativa legislativa mediante a apresentação de propostas de lei à Assembleia da República.

A eleição do presidente da Assembleia Legislativa Regional é realizada por legislatura e vence o candidato que obtenha a maioria absoluta dos votos dos deputados em efectividade de funções.

O Presidente da Assembleia tem precedência sobre todas as autoridades regionais, bem como substitui o ministro da República e o presidente do Governo regional.

Certamente que o modelo autonómico definido por Portugal em relação aos Açores e a Madeira não poderia ser encaixado no caso de Cabinda, mas não restam dúvidas que alguns aspectos são bastante elucidativos.

Juristas e especialistas angolanos vão procurar a melhor forma de autonomia a conceder ao território, sempre na perspectiva do seu desenvolvimento económico e social equilibrado e dentro do próprio contexto nacional.

Nos casos das regiões autónomas portuguesas, os resultados alcançados ao longo dos 16 anos de autonomia estão ainda aquém do esperado.

O processo autonómico, sobretudo na sua vertente económica, constitui uma preocupação constante e permanente da população das regiões, cujo desenvolvimento fica, nalguns casos, muito aquém das metas de Portugal continental.

É claro que este não seria o caso de Cabinda, devido ao seu grande potencial económico que esconde nas suas entranhas, na sua maior parte ainda inexplorado e pouco conhecido.

Como ponto de partida, é de importância capital que se tenha em conta que a futura autonomia de Cabinda não esvazie o conteúdo do chavão "de Cabinda ao Cunene, Um Só Povo, Uma Só Nação", nem contribua para um desenvolvimento distorcido e desigual de Angola.

"Não é propósito enumerar ao pormenor todas as dificuldades vividas pela população de Cabinda, que, do Malongo, apenas parece estar a receber os odores picantes dos rosbifes norte-americanos".

Por José Chimuco

Jornal de Angola
19 DE NOVEMBRO DE 1991

A pressão dos observadores

EXPRESSO
16 DE NOVEMBRO DE 1991

DEPOIS de uma semana extremamente tensa, Angola voltou a respirar fundo ao ouvir os discursos conciliadores de José Eduardo dos Santos e de Jonas Savimbi durante o fim-de-semana. As celebrações oficiais da independência foram discretas, e o dia convidava à praia.

Face à tensão existente e ao atraso de todo o processo de paz, os observadores — Portugal, EUA e URSS —, depois de numa primeira fase terem admitido a possibilidade de adiarem a visita que esta semana fizeram os seus negociadores a Luanda, optaram por uma comparência que desse um novo impulso à normalização do país. Pouco depois da sua chegada a Luanda, Herman Cohen jantou com Jonas Savimbi. Na terça-feira, Durão Barroso, Cohen e Smirnov estiveram reunidos a sós para elaborarem uma posição conjunta. Depois, os três observadores almoçaram, junto ao mar, no Barracuda, mesmo na ponta da Ilha de Luanda, com os seus chefes de missão à CCPM — Comissão Conjunta Político-Militar, que supervisiona o respeito e a aplicação dos Acordos do Estoril — e com os representantes do Governo e da UNITA no mesmo orgão. Um almoço que se prolongou por algumas horas, antecedendo a reunião formal da CCPM.

Atendendo à instabilidade vivida durante a semana anterior, os observadores elaboraram um documento de três páginas e meia com as suas «recomendações». Nele se chama a atenção dos dois lados para a necessidade de não exacerbar os ânimos, evitar a exploração eleitoralista de incidentes, pôr em marcha os mecanismos de fiscalização da neutralidade da Polícia, acelerar a extensão do aparelho administrativo central a todo o território, o acantonamento das tropas e o processo da sua desmobilização, bem como a recolha e armazenamento do material de guerra em poder dos combatentes. Os três observadores comprometeram-se, por seu turno, a procurar obter junto da comunidade internacional os apoios (alimentares) indispensáveis. E apelaram para que as eleições presidenciais e legislativas se façam em simultâneo, dado que os custos da manutenção da missão das Nações Unidas (UNAVEM II) são elevados.

As recomendações foram lidas na sessão formal da CCPM pelo secretário português de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, em nome dos observadores, e as duas partes afirmaram que vão «tomar (delas) boa nota».

Os representantes das três potências implicadas nos Acordos do Estoril estiveram com Jonas Savimbi cerca de uma hora e um pouco mais com o Presidente. Com as suas recomendações, Portugal, EUA e URSS advertiram na prática os dois lados para a necessidade de aceleração de um processo que corre contra o tempo. «O Governo tem demorado na elaboração das propostas de lei e na consulta aos partidos. Nos períodos de crise, a propaganda hostil entre os dois lados aumenta, e sem estender a administração central às áreas sob controlo da UNITA não pode haver recenseamento», explica um dos observadores.

Por outro lado, o acantonamento das tropas e a aceleração da desmobilização dos militares torna-se cada vez mais urgente, já que, por falta de alimentos e pela dificuldade de abastecer alguns locais, se tem começado a verificar a deserção de um número considerável de militares já acantonados. O pior é que levam consigo as suas armas. «Como se não houvesse já armas a mais neste país. O receio é que esses grupos acabem por encontrar líderes e ajam de forma organizada. Isso poderia ter consequências desastrosas», exclamava a meio da semana um elemento da CMVF — Comissão Mista de Verificação e Fiscalização.

Comandos empossados

Com quase uma semana de atraso tomaram finalmente posse os novos comandantes das Forças Armadas de Angola. No mesmo dia, Durão Barroso, Cohen e Smirnov seguiram para o Huambo, onde ficará instalada a primeira unidade de formação das FAA.

Para essa cidade seguiram também o general Tomé Pinto e os oficiais que constituem o seu estado-maior. Tomé Pinto ficará no Huambo com o seu pessoal, a fim de acompanhar a integração dos militares portugueses que irão dar instrução às FAA, e que também chegaram esta semana à antiga cidade de Nova Lisboa.

Na primeira fase, os oficiais portugueses irão debruçar-se sobre a compatibilização das normas militares. Segundo o EXPRESSO apurou, a parte angolana tem mostrado desejo de que Portugal promova em Angola, através do Instituto de Altos Estudos Militares, cursos de Estado-Maior para as novas FAA.

B.F.

16 NOV 91

Cabinda: a lei do chicote e do rebuçado

O recolher obrigatório foi decretado pelo governador Silva Tomás, após violentos recontros entre a policia e a população terem vitimado 6 pessoas e ferido outras 18. Coincidindo com o aniversário da unificação dos movimentos cabindas na FLEC, sucederam-se desde o dia 8 as manifestações, não sendo ainda certo qual das versões sobre os acontecimentos é exacta. Segundo certas fontes, os populares terão tentado invadir a casa do governador», incitando ao «racismo e ao tribalismo» contra os não-naturais do enclave. Para Tomás, os distúrbios foram promovidos por «elementos militares da FLEC infiltrados na população», tendo depois degenerado numa «troca de tiros entre as forças da ordem e desordeiros».

Novidade da semana foi igualmente a aceitação, pelos separatistas, da proposta de mediação do conflito apresentada pelo Presidente angolano, Eduardo dos Santos, ao Executivo de Cavaco Silva. Num tom prudente, o texto final do Congresso da FLEC, reunido em Lisboa, apela à contribuição das autoridades portuguesas e da comunidade internacional para a «solução pacífica do conflito», reiterando o carácter especial daquele enclave. Como se sabe, Dos Santos solicitara, no dia 7, «os bons oficios (do governo português) na procura de um interlocutor com quem se possa negociar um estatuto para Cabinda».

Um segundo objectivo daquela reunião foi, nas palavras de António Cunha, porta-voz da organização, «concertar o discurso e a atitude política. Nesse sentido, foi empossado o Conselho Supremo de Coordenação.

Uma enorme diferença de concepções quanto ao estatuto da região poderá, no entanto, assombrar as negociações. Os separatistas advogam a realização de um referendo e a independência, justificando a secessão face a Angola com base no Tratado de Simulambuco, pelo qual o rei cabinda colocou o território sob dependência directa da Coroa lisboeta; já Luanda e a UNITA defendem apenas a concessão de uma «autonomia tipo ilha da Madeira».

L C

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 15 NOVEMBRO 1991

DIÁRIO DE NOTÍCIAS
17 DE NOVEMBRO DE 1991

A moeda angolana, o novo cuanza, vai ser desvalorizada em 50 por cento a partir de segunda-feira, dia em que entrarão em vigor uma série de medidas com o objectivo de estabilizar a economia e relançar a produção nacional, segundo anunciou ontem o ministro do Plano, Emanuel Carneiro, durante uma conferência de Imprensa para o efeito realizada. O ministro anunciou ainda a fixação do salário mínimo nacional, a aprovação de uma tabela salarial para a Função Pública, a liberalização do comércio, o fim progressivo das senhas de abastecimento, do sistema de abastecimento especial e complementar e da facturação em divisas.

LUANDA AMEAÇA DEIXAR CCPM — A delegação do Governo poderá retirar-se da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), caso persistam as actividades que atentam contra a autoridade dos órgãos de Estado da República Popular de Angola, segundo disse o general França Ndalu, chefe da missão governamental na CCPM, que não especificou quais as actividades, acreditando-se, contudo, que elas se refiram ainda ao caso do piloto morto por um soldado da UNITA e também ao início das emissões de uma rádio do movimento de Jonas Savimbi em Luanda. França Ndalu discursava durante a cerimónia de tomada de posse do comando superior das Forças Armadas angolanas formado por João de Matos, pelas FAPLA e Abílio Camalata, pelas FALA, os primeiros generais do futuro exército unificado. Assistiu à cerimónia Durão Barroso e o cardeal de Luanda D. Alexandre do Nascimento. Por outro lado, a UNITA convocou uma sessão extraordinária da CCPM para discutir o problema de Cabinda. Num comunicado distribuído em Luanda, a UNITA discorda da iniciativa de Portugal de organizar um congresso da FLEC, em Lisboa, porque foi o país medianeiro dos acordos de Bicesse. Para a UNITA todos os problemas de paz e guerra em Angola devem ser resolvidos no quadro mais eficaz que é a CCPM, denunciando que o Governo está a concentrar 11 mil tropas e a enviar helicópteros para Cabinda.»

16 NOV 91

Roças de café à espera dos antigos donos

Os investimentos em Angola estão a reaparecer. Para isso foi essencial a abertura política do regime angolano às correntes liberais e a visita, este ano, de Cavaco Silva àquele território, onde se limaram muitas arestas para a cooperação económica entre os dois países. Na altura, o Semanário publicou uma notícia onde afirmava que a ocasião tinha servido para a concretização de um acordo entre os responsáveis por cada país, em que Angola se comprometia a privatizar todas as roças estatais de café, enquanto que Portugal prometia maior cooperação económica.

Esta semana o Instituto para a Cooperação Económica divulgou um comunicado, onde cita um aviso da Secretaria de Estado do Café de Angola, dando conta que desde o início deste mês o Estado Angolano está recetivo à entrega de propostas para a aquisição de fazendas de café, que estavam na posse do Estado.

Contactado pelo Semanário, Antónia Castelo Branco, directora naquele Instituto, referiu que este aviso se destinava essencialmente aos antigos donos daquelas unidades agrícolas, e que agora poderiam ter acesso facilitado à posse dessas terras.

No entanto, o interesse dos mesmos não tem sido o esperado e a iniciativa teve um volte-face. Assim, não vão ser só os antigos donos os únicos os futuros agricultores de café, mas também outros grupos empresariais que já anunciaram a sua intenção em concorrer. No total são 33 roças, que cobrem uma área de 200 mil hectares.

O Grupo Espirito Santo é um dos interessados, que segundo os últimos dados disponíveis ainda não se tinha decidido sobre qual a zona do território onde se pretende instalar. Quem já tem ideias mais defenidas são os ingleses da Lonrho que já manifestaram a sua intenção de concorrer às roças do Huije. No rol dos interessados fala-se ainda de um grupo de americanos que pretendem a zona do Kuanza Norte e de um outro grupo de iranianos que querem instalar-se na zona de Benguela.

Angola era, antes de 1975, o 4º maior produtor mundial de café.

Primeiro de Agosto vence Taça de Angola

PÚBLICO 12 NOVEMBRO 1991

O 1º DE AGOSTO conquistou ontem a Taça de Angola em futebol, batendo na final o Petro Atlético de Luanda, por 2-1, após prolongamento. Perante uma grande assistência, que lotou o Estádio da Cidadela para os festejos do aniversário da Independência, o 1º de Agosto repetiu o êxito do ano passado, encontrando-se ainda em excelente posição para conseguir a "dobradinha", já que comanda isolado o campeonato nacional, precisando apenas de um empate na última jornada (dia 23) para assegurar o título. ■

Campeões mundiais em Angola

A SELECÇÃO nacional olímpica (sub-21 anos), formada por muitos dos jogadores que este ano conquistaram o título mundial de sub-21, parte hoje para Angola, onde vai realizar dois jogos integrados nos festejos comemorativos da indepedência daquele país.

A partida está marcada para as 22 horas, estando a chegada a Luanda prevista para as 5h30, seguindo a comitiva portuguesa logo para Huambo, onde no dia 14, às 15h30, disputará com selecção Provincial de Huambo o "Troféu Democracia".

A jovem selecção regressa a Luanda no dia 15, onde, dois dias depois, defrontará a selecção nacional de Angola, para o "Troféu Amizade Portugal-Angola.

Os jogadores convocados são os seguintes: Brassard, Secretário e Tó Ferreira (Famalicão); Abel Xavier (Estrela da Amadora); Abel Silva e Paiva (Marítimo); Hélder Cristovão e Mário Jorge (Estoril Praia); Paulo Madeira, Valido Rui Costa (Benfica); Paulo Torres, João Pinto, Amaral e Filipe (Sporting); Capucho (Gil Vicente); Gil (Ovarense), Paulo Alves (Tirsense). ■ LA.

16 NOV 91

S. R.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e das Finanças

INSTITUTO PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA

AVISO

AQUISIÇÃO DE FAZENDAS DE CAFÉ EM ANGOLA

Na sequência das medidas que têm vindo a ser tomadas por Angola em relação à extinção das empresas territoriais de café, a Secretaria de Estado do Café daquele país fez publicar um Aviso para tornar público que, a partir de 1 de Novembro do ano corrente, aceita propostas para a aquisição de FAZENDAS DE CAFÉ que integravam algumas Unidades Territoriais de Café, entretanto extintas, das províncias do Kuanza Norte e Kuanza Sul.

Informações complementares, designadamente para identificação das fazendas em causa e procedimentos que deverão ser seguidos pelos interessados, poderão ser prestadas por este Instituto.

INSTITUTO PARA A COOPERAÇÃO ECONÓMICA
Av.ª Rodrigues Sampaio, n.º 3 — 2.º
Tel: 356 20 31/7
Fax: 52 78 97

FLEC aceita mediação portuguesa

PÚBLICO 13 NOVEMBRO 1991

O CONGRESSO da FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) aceitou ontem a proposta de mediação portuguesa para a resolução da questão de Cabinda, apresentada na passada quarta-feira pelo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, ao Governo de Cavaco Silva. Os delegados apelam às autoridades portuguesas a que aceitem a mediação e pedem à comunidade internacional para que contribua para a "solução pacífica do conflito com Angola".

Esta decisão, a par da reafirmação do direito dos cabindas à autodeterminação, consta do comunicado final da conferência de quadros e patriotas que terminou ontem, em Lisboa, reunindo cerca de 60 delegados do interior do enclave, mas também do Congo, Zaire, Gabão, Camarões, Portugal, França e Suíça.

O documento salienta que, "por razões históricas e jurídicas", Cabinda não faz parte de Angola e que "a desunião na FLEC foi um factor negativo", tanto em termos político-militares como diplomáticos.

Francisco Peso, porta-voz do congresso, garantiu que, a partir de agora, "não haverá mais raptos de cooperantes portugueses em Cabinda".

Conselheiros militares portugueses já chegaram ao Huambo

O mau tempo impediu aterragem de Durão Barroso no Huambo. Mas este parece ter sido o único lado negativo da deslocação de três dias a Angola

Lurdes Feio

Razões atmosféricas impediram, anteontem (quarta-feira), a aterragem do avião onde seguia Durão Barroso, para assistir, no Huambo, à chegada do primeiro contigente de 24 militares do Exército português que prestarão assistência técnica na formação do futuro exército único angolano. Durão Barroso teve de voltar àquela zona no dia seguinte (ontem), onde visitou o centro de instrução ali instalado.

Esta cerimónia constituíu o primeiro passo concreto da implementação dos Acordos do Estoril, no capítulo do contributo português para a democratização das Forças Armadas angolanas. Os militares portugueses ali estacionados ficarão sob o comando supremo do general Tomé Pinto, que já se encontra em Luanda desde o último verão, a trabalhar em estreita colaboração com os representantes portugueses na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), presididos por António Monteiro.

Entretanto, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso, regressa na manhã de hoje (sexta-feira) a Lisboa, depois de ter cumprido uma visita de trabalho de três dias a Angola, onde se deslocou para conversações com José Eduardo dos Santos e com os seus homólogos dos EUA e da URSS, respectivamente, Herman Cohen e Smirnov, no âmbito da CCPM.

A deslocação do mediador português e dos dois observadores internacionais a Luanda já estava prevista desde há algum tempo, e era suposta realizar-se no momento em que o presidente José Eduardo dos Santos anunciasse oficialmente a data das primeiras eleições livres no país. Este acontecimento tinha sido, por sua vez, programado para o dia 11 de Novembro, data do aniversário da independência de Angola.

José Eduardo dos Santos limitou-se, contudo, a admitir as eleições para a primeira quinzena de Setembro, alegando falta de tempo para promover as necessárias audições aos partidos políticos, que lhe permitiriam fixar um dia definitivo. O presidente angolano sugeriu, então, a Durão Barroso, Herman Cohen e Smirnov que adiassem a sua deslocação a Luanda por um ou dois dias, argumentando que seria preferível não misturar as celebrações da independência com o processo de democratização em curso no país.

Segundo «O Jornal» apurou de fonte diplomática, só Durão Barroso conseguiu adiar a viagem, de domingo para segunda-feira à noite. Tanto Cohen como Smirnov tinham compromissos que os obrigavam a viajar nos dias inicialmente previstos. Herman Cohen tinha programado um périplo africano naquela data, tendo chegado a Luanda, em visita particular, ainda durante o último fim-de-semana. Quanto a Smirnov, teve de aproveitar a única ligação aérea que tinha entre Moscovo e Luanda, na sexta-feira.

As nossas fontes admitem que os dois responsáveis dos EUA e da URSS aproveitaram os primeiros dias da sua estadia na capital angolana para trabalharem com os seus representantes na CCPM, preparando a reunião formal da Comissão, que teve lugar na terça-feira desta semana.

Encontro com Savimbi

Quanto ao secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, aterrou em Luanda na manhã de terça-feira, dia 12, tendo-se reunido informalmente com os representantes portugueses na CCPM. Durão Barroso também teve encontros com outras entidades angolanas, designadamente com o líder da Unita, Jonas Savimbi.

Na CCPM, Durão Barroso, Herman Cohen e Smirnov concordaram em recomendar ao presidente José Eduardo dos Santos a realização de eleições presidenciais e legislativas simultâneas, sublinhando positivamente o anúncio das eleições para o início de Setembro de 1992. O governo angolano foi, também, convidado a solicitar auxílio à ONU, para o processo eleitoral. Aliás, a CCPM dirigiu, também, um apelo à ajuda alimentar internacional para se pôr cobro às enormes carências que se verificam nas zonas de acantonamento de tropas, e que têm sido responsáveis pelo atraso do processo.

O mediador e os dois observadores internacionais condenaram, entretanto, os actos de violência que se têm registado ultimamente em Angola, e que, embora não estejam directamente relacionados com o processo de paz, têm criado um clima de tensão prejudicial ao bom andamento da situação. Esta condenação visou, naturalmente, o recente incidente de Luanda, em que elementos da Unita dispararam sobre um ex-capitão do MPLA.

Antes de regressar a Lisboa, Durão Barroso preparava-se para assistir à cerimónia de tomada de posse dos comandos superiores das Forças Armadas angolanas, os generais João de Matos (FAPLA) e Abílio Camalata (FALA). Esta tomada de posse tinha sido adiada desde a semana passada, devido aos incidentes registados em Luanda.

Petrogal abastece Angola em 1992

SEMANÁRIO 16 NOV 91

A Petrogal vai abrir no próximo mês de Fevereiro os seus dois primeiros postos de abastecimentos de combustíveis em Angola. A empresa a constituir vai integrar capitais da empresa angolana de petróleos, Sonangol, no seguimento dos acordos firmados recentemente. Também a Agroquímica é um sector em que a empresa petrolífera portuguesa pretende investir naquele território.

SEMANÁRIO 16 NOV 91

ANGOLA COMPRA MOEDA

O Banco Nacional de Angola começou esta semana a comprar moeda estrangeira a taxas livres de mercado a pessoas singulares e colectivas. Foi ainda autorizada a entrada e saída no país de valores expressos em moeda estrangeira, sendo obrigatória a declaração de aquisição quando o valor for superior a 10 mil dólares (mil e 500 contos).

Morto um oficial das FAPLA

Angola-Portugal com tiros no estádio

UM HOMEM não identificado matou ontem um oficial das FAPLA, Forças Armadas Angolanas, que assistia ao jogo particular entre a selecção A de Angola e a equipa portuguesa de sub-21, disputado no Estádio Nacional da Cidadela, em Luanda, e que terminou empatado a um golo.

Aos 25 minutos da partida, o referido indivíduo saltou da bancada, desarmou um polícia e, atrás da baliza do guarda-redes português, Brassard, disparou uma rajada de metralhadora para a bancada, gerando pânico entre a assistência e atingindo mortalmente o oficial das forças armadas. O autor dos disparos foi imediatamente detido pela polícia angolana, que ao fim da tarde de ontem não tinha ainda divulgado a identidade do cidadão.

Recorde-se que no intervalo do primeiro jogo da digressão que a selecção portuguesa de sub-21 está a fazer a Angola, realizado em Huambo, frente à selecção local, com vitória para a equipa lusa por 2-0, a polícia foi obrigada a disparar alguns tiros para o ar, para intimidar algumas pessoas que queriam entrar sem comprar bilhete.

Os tiros de ontem não impediram que a população de Luanda visse uma boa partida de futebol. Portugal marcou primeiro, aos 21 minutos, por intermédio de Hélder, com a selecção de Angola a empatar já na segunda parte, por Felito, aos 51 minutos, depois de o técnico angolano, Carlos Queirós, ter feito algumas mexidas na sua equipa.

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 14 NOVEMBRO 1991

Incidente no aeroporto adia para amanhã chegada a Lisboa

E Pinto de Andrade ficou em Luanda...

UM INCIDENTE no aeroporto de Luanda impediu ontem uma delegação do Partido Renovador Democrático (PRD), encabeçada pelo seu presidente, Joaquim Pinto de Andrade, de embarcar para Lisboa, onde tinha agendados encontros com várias entidades, entre elas o Presidente Mário Soares.

A viagem foi adiada para amanhã, sexta feira, disse ao PÚBLICO Pinto de Andrade, que assegurou: "Recebemos garantias de que não haverá novas interdições".

A comitiva do PRD já havia cumprido as formalidade aduaneiras e migratórias no aeroporto, e preparava-se para o embarque, quando foi interpelada por funcionários do Serviço de Emigração e Fronteiras, que alegaram que sobre um dos dirigentes daquele partido, Vicente Júnior, responsável pelas relações externas, pesava uma interdição de viajar para o estrangeiro. Os demais elementos da delegação solidarizaram-se com o seu colega recusando embarcar.

Confrontada com a exigência de esclarecimento por parte do PRD, a Direcção de Fronteiras considerou ter havido um erro, uma "inércia" burocrática, declarando não haver de facto já nenhuma interdição em vigor e desconhecer de onde ela teria partido, apresentando desculpas.

Para Pinto de Andrade, o incidente tem um significado político e revela que "havia uma vontade mal encoberta de impedir a deslocação [...] Mesmo que houvesse uma interdição antiga, o problema era fácil de resolver". Afirmou que havia uma certa "coincidência" no facto de a interdição dizer respeito a Vicente Júnior, o mesmo dirigente que chefiou a delegação do PRD no encontro com o Presidente Eduardo dos Santos, no Futungo de Belas, onde criticou "frontalmente o método usado pelo Presidente na auscultação dos partidos". Sublinhou que não pensava que a ordem "tenha partido do Futungo [Presidência]", mas que "há forças que temem o PRD".

E reafirmou os objectivos da viagem a Lisboa: "Darmo-nos a conhecer no estrangeiro[...] Os novos partidos lutam contra toda a espécie de dificuldades. Somos um partido político democrático, não armado, e queremos estabelecer contactos com personalidades influentes no campo político e empresarial. Escolhemos começar por Portugal, pelos nossos laços históricos e culturais", explicou ao PÚBLICO.

A diplomacia da paz

Prossegue entretanto em Luanda o trabalho político-diplomático. Durão Barroso, o subsecretário norte-americano para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, e Alexander Smirnov, director-adjunto para África no MNE da URSS, estiveram em Luanda para tentar desbloquear algumas situações que impediam maiores avanços na concretização de metas estabelecidas pelos acordos de paz.

Os observadores estrangeiros manifestaram a convicção da sua irreversibilidade, tendo recomendado que as eleições parlamentares e presidenciais se realizem em simultâneo. Recomendaram ao Governo que solicite assistência técnica das Nações Unidas e crie uma comissão nacional de eleições, com vista a preparar todo o processo para o escrutínio do próximo ano.

Durante toda a manhã de terça-feira reuniram-se com os seus representantes permanentes em Luanda para se informarem das principais dificuldades. Mantiveram posteriormente encontros com o líder da UNITA, Jonas Savimbi, com os chefes das delegações das partes signatárias dos acordos e assistiram a uma reunião da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), antes de se encontrarem com o Presidente José Eduardo dos Santos.

A reunião dos observadores registou progressos no acantonamento das tropas de ambos os exércitos, tendo sensibilizado as partes "para a necessidade de iniciar urgentemente o programa de desmobilização, para o que se torna igualmente indispensável a obtenção de ajuda internacional". Os observadores manifestaram-se satisfeitos com o facto de já ter iniciado na prática a formação das Forças Armadas Angolanas, tendo condenado os actos de violência civil que episodicamente se têm registado.

Ontem, Durão Barroso foi recebido pelo Cardeal D. Alexandre do Nascimento, a quem entregou uma mensagem de Mário Soares, devendo partir hoje para o Huambo.

A nova administração

Outro dos assuntos debatidos pelos representantes dos três países observadores prende-se com a extensão da administração central a todo o território, tendo encorajado as partes a ultimar o estudo da sua concretização. Esta questão tem conhecido acesos debates no seio da CCPM, segundo soube o PÚBLICO de fonte segura. Numa primeira fase a UNITA condicionava a extensão da administração de Luanda às zonas por si controladas ao facto do Governo ter de anunciar as eleições para Setembro e não para os outros dois meses que os acordos de Bicesse deixam em aberto.

A matéria teria sido ultrapassada e o problema agora reside na indicação dos administradores que o movimento de Jonas Savimbi exige ser gente sua. O Governo afirma não ter qualquer relutância em aceitar tal reclamação na plena consciência de que, de outra forma, a pessoa indicada não conseguiria trabalhar. No entanto, defende que essa medida só pode ser aplicada nas zonas controladas pela UNITA antes dos acordos de paz e nunca nas localidades que os guerrilheiros tomaram precisamente a 14 de Maio, véspera da entrada em vigor do cessar-fogo. Estão nessa situação várias localidades da província de Huíla e Kwanza-Sul, onde a penetração da oposição armada era diminuta e só se incrementou quando os acordos estavam praticamente concluídos.

Os observadores recomendaram ainda um maior acesso aos órgãos estatais de comunicação social por parte de todas as forças políticas, ao mesmo tempo que exortavam todas as partes a abster-se de exacerbar conflitos e focos de tensão através da imprensa.

Frente Para a Democracia

Quem também reclama por uma maior abertura da imprensa é a Frente Para a Democracia (FPD), que realizou a sua convenção nacional constituinte, elegendo o economista Filomeno Vieira Lopes para seu secretário-geral e um conselho nacional de 25 elementos. Na declaração política aprovada, a FPD afirma que o MPLA "mantém um controlo severo sobre a informação" e que o Governo "está empenhado em impedir o acesso dos novos partidos aos 'mass media' existentes, bem como impedir a criação de novos jornais, rádios e cadeias de televisão".

A FPD diz que "não há transição para a democracia sem liberdade de imprensa" e que haverá "uma fantochada eleitoral" se o MPLA continuar a controlar os meios de comunicação social. A oposição ao Governo constitui a tarefa política imediata da FPD que acusa a "irresponsabilidade política do chefe do Governo e dos seus ministros" de ser a principal ameaça à paz, "uma vez que a política que impede o desenvolvimento de novos partidos faz com que a conjuntura política seja preenchida pelo MPLA e pela UNITA, dois partidos que nunca coexistiram em paz".

A Frente Para a Democracia é, assim, o primeiro partido emergente a constituir-se após uma reunião magna, não concordando em credenciar-se junto do Tribunal Supremo como comissão instaladora. ■

Vítor Silva, em Luanda

Angola: que fazer?

MEIOS internacionais atentos à crise interna em que o MPLA está mergulhado atribuem-lhe já uma magnitude face à qual é considerada irrisória uma simples mudança governamental, como medida destinada a ultrapassar a situação. Em vez disso, começam a surgir sugestões no sentido de um reordenamento do próprio poder baseado num compromisso com a UNITA.

As análises em que este cenário é preconizado baseiam-se na constatação de que as lutas intestinas no regime, além das suas causas endógenas, também são subsidiariamente estimuladas pela descompressão política provocada pela "entrada" da UNITA - neste caso vista como um poder paralelo, capaz de amparar gestos de contestação ou rebeldia em relação aos poderes estabelecidos.

Por outro lado também se sustenta que a crise actual - apesar dos riscos que comporta como elemento potencialmente perturbador do processo de paz - não deixa de ir ao encontro de desígnios da UNITA, tendo em vista o desgaste do MPLA e a sua derrota eleitoral. De acordo com esta conjectura, uma forma de empenhar mais activamente a UNITA na estabilidade interna seria envolvê-la numa solução transitória de poder.

O problema é que nem a UNITA parece interessada em fazer com o MPLA qualquer arranjo de partilha do poder que exceda limites a partir dos quais passaria a repartir com o seu adversário o ónus de uma situação interna em muitos aspectos penalizantes para quem aparecer como sujeito da acção governativa, nem o regime dá mostras de estar disposto a abrir mão do controlo de que retira benifícios (inf.29, p.6/7) que constituem praticamente a sua única garantia de sobrevivência política.

Alguns círculos em Luanda antevêm o regime do MPLA como "completamente partido" se por acaso abdicasse da inteireza do seuactual bicefalismo - partido, governo - de que depende vitalmente. Por exemplo, se cedesse parcelas do controlo do Governo ou de outros poderes de Estado, o regime não ó poria em causa os benefícios ocultos que daí retira, como ficaria ainda mais encostado ao MPLA e à má imagem do partido.

Estas considerações aplicam-se mesmo ao caso específico do Presidente José Eduardo dos Santos. A credebilidade interna com que conta é bastante personalizada e decorre muito mais da sua figura de homem de Estado do que do seu duplo papel de chefe de um partido - o MPLA.

Em contrasete com a urgência geralemnte associada à necessidade de se encontrar uma solução para a crise, não há, porém, elementos que permitam antever a fórmula a encontrar para ela. Admite-se, no entanto, que levado por conveniências em relação às quais não pode ceder, o regime tentará ainda encontrar uma solução interna que não ponha em causa a sua base hegemónica.

Neste caso, porém, José Eduardo dos Santos terá finalmente de romper com o hibridismo que tem mantido, embora tendo de suportar os custos que advirão de ter então de afrontar uma das duas alas antagónicas em que o equilíbrio de poder precariamente assenta. Nos últimos seis meses o Presidente tem tentado, sem êxito, encontrar uma solução baseada numa coexistência entre as duas alas, embora menos conflitual.

O dilema que ele enfrenta é aparentemente o de não querer ficar completamente na mão de apenas uma das facções. Era isso que aconteceria se, por exemplo, fizesse uma remodelação do Governo,em que teria finalmente de atender aos pedidos de demissão e às manifestações de vontade de abandono de funções vindas de vários ministros, que apesar de tudo servem de contrapeso às influências dos "futunguistas".

Além dos casos de Aguinaldo Jaime e Pedro Van Dunem (Loy), sabe-se igualmente que Lopo do Nascimento pretende também abandonar o Governo, na esteira de tensões entre ele e os "futunguistas", agravadas pelo seu relatório de uma visita à Jamba considerado muito conciliador com a UNITA. José Eduardo dos Santos dificilmente encontraria substitutos, não ó à altura do prestígio de qualquer dos três, como também na área com que estão identificados. ■

InformÁFRICA, N.º 30 • 26 Outubro 91

Jornal de Angola 19 DE NOVEMBRO DE 1991

J.Pinto de Andrade critica atraso no acantonamento

LISBOA (ANGOP) — O Presidente do Partido Renovador Democrático (PRD) Joaquim Pinto de Andrade, disse em Lisboa que será necessário "fazer um verdadeiro pressing, um trabalho muito árduo", para se recuperar o tempo perdido tendo em vista as eleições legislativas e presidenciais em Angola.

Pinto de Andrade, que falava aos jornalistas à chegada para uma visita de mais de uma semana a Portugal, acrescentou que o processo de paz "está muito atrasado, já que o acantonamento das tropas, que segundo o acordo do Estoril deveria ter terminado à 1 de Agosto, só agora foi iniciado".

"Tudo isto se deve a um mau cálculo dos observadores do processo de paz em Angola e foi feito sem ter em devida conta os percalços que poderiam acontecer" sublinhou.

Para Joaquim Pinto de Andrade, "vai haver grandes dificuldades nestes oito, nove ou dez meses que nos separam agora das eleições".

O líder do PRD manifestou-se contra a realização de eleições legislativas e presidenciais no mesmo dia em Angola, considerando que "é" preciso que as pessoas se habituem a votar em projectos e não em pessoas".

"Se misturarmos as duas eleições, estamos a confundir dois processos totalmente diferentes", declarou.

Sobre Cabinda, considerou ser "um caso delicado", mas adiantou que o PRD defende que o enclave "faz parte de todo angolano" e que deve ser respeitada a linha das fronteiras na altura da independência, como defende a OUA.

Admitiu a realização de um referendo que permita uma autónomia interna, "para que Cabinda beneficie das riquezas que produz", considerando que uma decisão deste tipo deverá ser tomada numa concertação entre o Governo angolano e o povo de Cabinda.

Joaquim Pinto de Andrade é acompanhado nesta sua visita a Portugal por Geraldo Vicente Júnior, secretário do PRD para os Assuntos Estrangeiros, Amadeu Neves, responsável pelas Relações Económicas, e pelos empresários Eduardo Nogueira e Baptista Chipango.

Tinha prevista uma audiência, no sábado, com o Presidente da República, Mário Soares, e deverá ainda manter encontros com o Primeiro-Ministro Cavaco Silva, líderes partidários e empresários.

O líder do PRD angolano prevê uma deslocação ao Porto durante esta sua estada em Portugal.

Angola enfrenta a partir de hoje pacote de medidas económicas

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 18 DE NOVEMBRO DE 1991

Aguiar dos Santos

Correspondente em Luanda

UM PACOTE de medidas económicas, incluindo a desvalorização do novo cuanza em 50 por cento, o fim do comércio em moeda estrangeira, a drástica liberalização dos preços, uma nova tabela salarial e novas taxas de juro bancário, começam a vigorar a partir de hoje em Angola.

Com a cotação do dólar norte-americano de 60 para 90 novos cuanzas, na prática coexistirão três modalidades de câmbio e as sobretaxas agravarão sobremaneira os preços dos produtos de primeira necessidade, matérias-primas e restantes bens.

A partir de hoje, o dólar para importação de matéria-prima cota-se a cem novos cuanzas (sobretaxa 1), enquanto que os restantes bens de consumo incluídos na sobretaxa 2 têm o custo de 550 novos cuanzas por dólar.

A aplicação de sobretaxas cambiais visa, segundo o ministro do Plano, Emanuel Carneiro, assegurar a neutralidade orçamental face ao significativo aumento de salários da função pública e é uma tentativa de unificar o mercado oficial ao chamado paralelo onde uma nota verde (dólar, na gíria luandense) se cota de momento a 780 novos cuanzas e as restantes podem atingir 800.

Nos últimos dias, o Banco Nacional de Angola começou a aplicar câmbios semelhantes ao praticado no mercado paralelo na compra do dólar e, a partir de quarta-feira, inicia a venda, de forma ainda restrita, de moeda estrangeira de acordo com o novo regulamento do mercado de câmbio de taxas flutuantes.

Esta nova modalidade impõe, para viagens ao exterior, um limite para angolanos e estrangeiros fixado em 1500 dólares para os países limítrofes e o dobro para os países fora do continente africano. Desde que não exceda os dez mil dólares, fica permitida a entrada em Angola de cheques bancários e de viagens e demais instrumentos aceites no mercado financeiro internacional, estando os cidadãos estrangeiros livres de saírem do país com o valor equivalente a metade desta quantia.

O ponto de equilíbrio deste pacote económico serão as medidas do desagravamento fiscal que incidirão sobretudo na redução de impostos e demais taxas.

A generalidade dos automóveis importados estará sujeita a um imposto de dez por cento, em substituição do anterior, que era de 50, e serão também desagravados os altos impostos de selo praticados até agora nos preços das passagens aéreas e marítimas, mesmo apesar de o combustível ter subido de 60 para 99 novos cuanzas.

Com os novos vencimentos da função pública fixados num mínimo de 12 mil novos cuanzas e num máximo de 420 mil — o salário do Presidente da República —, o Governo de Luanda prometeu reduzir o imposto de trabalho de 40 para 15 por cento e aboliu o pagamento compulsivo da quota mensal de um por cento do salário (que passa a ser voluntário) à única central sindical existente, a União Nacional dos Trabalhadores Angolanos (UNTA), já em vias de extinção.

No entanto e a partir de agora, as empresas estatais e do sector privado poderão negociar livremente com os seus trabalhadores os vencimentos a atribuir em função dos novos incrementos salariais.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17 DE NOVEMBRO DE 1991

Recebido em audiência por Mário Soares

Pinto de Andrade critica bipolarização em Angola

O PRESIDENTE do Partido Renovador Democrático angolano, Joaquim Pinto de Andrade, que se encontra em Lisboa para contactos com personalidades portuguesas, criticou ontem a bipolarização política a que se assiste no seu país, pois «Angola não é só o MPLA e a UNITA».

Pinto de Andrade, um dissidente do MPLA, de que foi fundador, foi recebido ontem de manhã pelo Presidente Mário Soares. Foi o primeiro de uma série de encontros com responsáveis portugueses, que incluirão ainda o primeiro-ministro, Cavaco Silva, e o presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo.

«Portugal foi escolhido como primeiro país da minha deslocação ao estrangeiro por razões históricas e por ter sido mediador no processo de paz em Angola. Mas pensamos, mais tarde, visitar outros países», declarou à saída da audiência de uma hora com Soares.

O dirigente oposicionista, que criticou as negociações de paz por terem «posto a sociedade civil à margem», referiu ainda que o processo de paz está muito atrasado por falta de «uma calendarização realista» dos partidos que o negociaram. Como exemplo, apontou o acantonamento das tropas, que, nos termos dos acordos de Bicesse, deveria ter terminado a 1 de Agosto e está ainda a decorrer.

Falando acerca da actual situação em Cabinda, Pinto de Andrade considerou-a «um problema sério» que terá de ser revolvido através de negociações e nunca pela força das armas. «As armas não se devem levantar mais entre angolanos. A questão de Cabinda é uma questão nacional, que deve ser resolvida por consenso de todas as forças políticas angolanas», frisou.

O dirigente do PRD frisou que Cabinda «faz parte do território angolano», mas reconheceu ser justo que a sua população «beneficie das riquezas que produz, nomeadamente o petróleo, o que até agora não aconteceu».

Pinto de Andrade afirmou ainda que o seu partido — «emergente, mas com raízes históricas» — irá concorrer às eleições angolanas. Na sexta-feita à noite, à chegada a Lisboa, declarara-se contrário à realização em simultâneo de eleições legislativas e presidenciais. «Se misturarmos as duas eleições, estamos a confundir dois processos totalmente diferentes», sublinhou.

Acompanham-no nesta visita os responsáveis do PRD para as relações externas e as relações económicas, Geraldo Vicente Júnior e Amadeu Neves.

PÚBLICO

SÁBADO, 16 NOVEMBRO 1991

DESTA VEZ Pinto de Andrade chegou. Depois de uma "falsa partida" na última quarta-feira, quando uma alegada "inércia burocrática" das autoridades de Luanda impediu o embarque de um dos elementos da delegação do PRD, o líder daquela "força emergente" angolana chegou ontem à noite a Lisboa. Ainda no aeroporto, Joaquim Pinto de Andrade queixou-se do prazo estabelecido para as eleições em Angola — marcadas para Setembro ou Outubro de 1992 —, que considerou "demasiado curto" e prejudicial para os "partidos não armados". O programa político de Pinto de Andrade em Portugal começa já hoje ao fim da manhã, quando está prevista uma audiência com Mário Soares.

SÁBADO, 16 NOVEMBRO 1991

Sonangol e Petrogal negoceiam

A PETROGAL anunciou ontem que prevê abrir dois postos de abastecimento de combustíveis Galp, em Angola, em meados de Fevereiro de 1992. A abertura destes postos de abastecimento em Angola está inserida na estratégia de complementaridade de negócios que a Petrogal pretende desenvolver em África e decorre de um acordo assinado recentemente com a Sonangol. Em simultâneo, a Sonangol anunciou também ontem que vai aumentar o fornecimento de petróleo bruto à Petrogal, passando de 15 mil barris/dia para 20 mil, a partir de Janeiro de 1992.

Novas medidas económicas

OFICIAL E PARALELO EMPATAM NO COMÉRCIO

Jornal de Angola
19 DE NOVEMBRO DE 1991

A Actividade comercial e de prestação de serviços em Luanda registou ontem, primeiro dia do novo programa económico do Governo, uma alta generalizada de preços com as subidas a atingirem níveis do mercado paralelo.

Entraram em vigor as novas medidas económicas, consubstanciadas na desvalorização do Novo Kwanza em 50 por cento e na liberalização do comércio e dos preços.

As lojas normais e especiais, que agora deixam de existir, estão a praticar preços próximos do mercado paralelo, em alguns casos, e a venderem apenas os produtos sujeitos ao regime de preços fixados (arroz, açúcar, sabão e óleo alimentar) noutros.

Assim, enquanto algumas lojas vendem o que têm, outras congelam as mercadorias, à espera de uma diminuição dos preços, e comercializam apenas o que está dentro de norma de preços fixados.

No mercado paralelo, a lata de leite de cinco kilos é vendida a 4.500 NKZ (3.300 NKZ na conhecida "Loja 41"), o vinho está a três mil (1.800 NKZ no oficial), enquanto que o whisky novo e velho vendem-se, respectivamente, por dez e quinze mil NKZ.

Os hotéis que cobravam até domingo em moeda externa, converteram os preços em dólares para Novos Kwanzas à taxa do mercado paralelo de 700 NKZ por dólar, muito longe das tabelas de 90 NKZ (câmbio oficial) e 550 NKZ da sobretaxa S2.

Assim, a nova tabela de preços do hotel "Presidente", a que a ANGOP teve acesso mostra que uma diária num quarto single está a 110 mil NKZ (1.222 dólares no câmbio oficial e 141 dólares no paralelo), enquanto que um duplo está em 140 mil NKZ (1.555 dólares no oficial e 179 no paralelo).

Ontem o buffet do almoço do hotel "Presidente" estava fixado em 27 mil NKZ (300 dólares oficiais e 37 dólares do mercado negro), mas os preços poderão chegar a 40 mil NKZ sem incluir bebidas.

Em contrapartida os hotéis do Estado, uns a cobrar em divisas e outros em moeda nacional, estavam ainda indefinidos quanto aos preços a praticar, nomeadamente o hotel "Turismo", mas é praticamente seguro que os preços serão convertidos à taxa do paralelo.

Assim, quem quiser beber uma cerveja ou whisky, no hotel terá de pagar 3900 NKZ e 7800 NKZ, respectivamente, e nos restantes hotéis a cifra estará um pouco abaixo.

Aparentemente, o mercado paralelo mantém-se tranquilo, como se não tivesse sido afectado pelo pacote do Governo, enquanto que o desmorte, paradoxalmente, parece instalar-se no sector estatal.

A direcção de Operações Internacionais do Banco Nacional (o órgão desta instituição que trata das questões externas e da compra e venda de divisas) estava encerrada ao público e às empresas "porque ainda não tinham a nova tabela de câmbios com o Novo Kwanza desvalorizado", segundo apurou a ANGOP.

Nota de realce vai também para a subida em cem por cento dos táxis privados, que passaram de 250 para 500 Novos Kwanzas, curiosamente a mesma tarifa que era praticada há um ano aquando da troca da moeda.

Investimentos italianos atingiram 280 milhões de USD

Jornal de Angola
19 DE NOVEMBRO DE 1991

NAMIBE — Os investimentos italianos em Angola, durante o triénio 89/91 atingiram 280 milhões de dólares americanos, deu a conhecer o secretário de Estado da Cooperação italiana, Andrea Barroso.

Andrea Barroso confirmou este montante no município pesqueiro do Tômbwa (Namibe), durante uma conferência de Imprensa, depois de ter inaugurado três das seis unidades de salga e seca de peixe, reabilitadas e modernizadas pela firma italiana "Idro-Consult".

O custo de reabilitação e modernização das seis unidades de salga e seca de peixe, iniciada em 1989, cifrou-se em dez milhões de dólares, segundo ainda Andrea Barroso.

O secretário de Estado da Cooperação italiana destacou, na ocasião, alguns projectos realizados durante o triénio, como a electrificação da parte baixa da cidade de Luanda, montagem de conduta de água e saneamento básico do município nortenho do Soyo e a montagem de terminais oceânicos de combustíveis, no município do Lobito e na província de Cabinda.

Anunciou ainda a inauguração na próxima segunda-feira, em Luanda, de um laboratório nacional de saúde pública, cujo custo está avaliado em quatro milhões de dólares.

Andrea Barroso considerou por outro lado positiva a cooperação entre Angola e a Itália, e manifestou-se esperançado no seu reforço nos próximos tempos, dada a nova era de paz.

O secretário italiano da Cooperação fez-se acompanhar nesta sua deslocação a esta cidade, pelo co-presidente da comissão mista Angola-Itália, Flávio Fernandes, ministro angolano da Saúde, e pelo ministro das Pescas, Ramos da Cruz.

Preços "disparam" forte e o público recua

Jornal de Angola
19 DE NOVEMBRO DE 1991

EM meio de tantas dificuldades, o angolano começou a encarar desde ontem uma nova realidade. O pacote de medidas anunciado sábado pelo Governo, entrou em vigor, dando início ao sistema de comércio livre e colocando ponto final ao abastecimento complementar, cabazes e vendas em divisas.

Ontem, Luanda era uma cidade igual a dos outros dias, sem grande afluência do público às lojas comerciais. Contrariamente ao que se esperava de que as lojas até então consideradas especiais conheceriam a sua maior enchente de sempre, nada disso aconteceu.

Pouco depois do Governo ter anunciado a entrada em vigor das novas medidas, houve mesmo quem admitia que haveria desmandos, mas a verdade é que, algumas lojas como a Paula de Carvalho e outras, verificou-se uma redução drástica da [illegible]. A razão fundamental é esta: em geral, os preços no mercado oficial dispararam mais forte do que se esperava.

Podemos constatar que em grande parte das lojas está-se a praticar preços muito próximos aos do mercado paralelo e em muitos casos os preços praticados ali são superiores aos praticados aqui. Em consequência disso, em geral as pessoas chegam, contemplam os preços, franzem o sobrolho e recuam.

Os preços estão extremamente alterados. Comprar uma ventoinha no Roque ou no Jumbo, não há praticamente nenhuma diferença. "É o mercado oficial a concorrer com o paralelo, quando em [illegible] seria o contrário, ou seja o mercado paralelo a concorrer com o oficial". Disse um cidadão.

Só para citar alguns exemplos, no Jumbo uma geleira que custava 30.171 kwanzas convertíveis custa agora 456.586 novos kwanzas. Uma arca que até sábado era vendida a 30.600 kwanzas convertíveis custa agora 547.798 novos kwanzas, acima do salário máximo.

Como habitualmente às segundas-feiras de manhã, o Jumbo não abre ao público. Ontem à essa hora, o seu director-geral adjunto Eurico Pires afirmou que possivelmente abriria à tarde caso estivessem garantidas todas as condições de segurança (pairava no ar o receio de uma grande afluência do público) mas a verdade é que a loja não abriu todo o dia.

Um letreiro pendurado no portão trazia os seguintes dizeres "caro cliente, por falta de trocos só abriremos amanhã às 10H00", hoje portanto.

Eurico Pires garantiu que independentemente de passar atender o público em geral, o Jumbo atenderá igualmente os seus habituais clientes. Os saldos no valor em dólares serão convertidos para novos kwanzas, aplicando-se para o efeito a sobretaxa 52 (um dólar equivale 550.00) uma vez que os produtos sofrerão incrementos de preços em igual proporção.

No entanto, disse que os utentes dos cartões não poderão efectuar novos depósitos, segundo a decisão governamental que define o seu uso até se esgotar o saldo actual.

No "Paula de Carvalho", loja que era simplesmente destinada a governantes e parlamentares, o litro de vinho "Arão Vasco" e "[illegible]" está agora a Nkz 3.500.00 preço a que é vendido igualmente uma garrafa de Martini.

A garrafa de espumante está a Nkz 7.500.00 enquanto que uma lata grande de leite em pó custa 4.900.00. Nessa loja, o kilo de frango está a Nkz 3.500 e se quiser comprar um frango com 1400 gramas o cliente terá que pagar Nkz 4200.00. Uma lata de soda Clessia é vendida a Nkz 700.00 e caso queira adquirir uma caixa de vinte e quatro latas terá que desembolsar nada mais nada menos que Nkz 16.800.00.

Essa loja registou ontem uma fraca movimentação de clientes em relação aos outros dias. A maior parte das pessoas recuaram mal viu os preços dos produtos. Ficamos quinze dez minutos à porta da loja e naquele espaço de tempo verificamos que apenas três pessoas saíam da loja com produtos, a maior parte sujeitos ao regime fixado, como arroz, açúcar sabão e óleo alimentar.

"Os preços não diferem muito dos praticados no Roque Santeiro. A única diferença é que aqui os produtos são mais conservados enquanto que no mercado paralelo estão expostos ao ar livre, o que é prejudicial à saúde" — as palavras são de Maria João, uma cliente com que conversamos rapidamente quando deixava a porta da loja.

A reportagem do "Jornal de Angola" deslocou-se também às lojas cubanas Kalandula 11 e 12. Como já se esperava os preços subiram igualmente em flecha. Ali, uma aparelhagem de marca Crown custa agora Nkz 318.000.00 e pode-se encontrar ainda outra de marca Sony a 930.000.00.

Uma ventoinha grande é vendida a Nkz 177.000.00 e o preço da calça varia entre 70, 21 e 12 mil novos kwanzas.

A garrafa de aguardente custa agora 6 mil novos kwanzas. Alguns tipos de calçados para senhoras estão a 55 mil e os sapatos para homem podem ser encontrados ao preço máximo de 120.000.00.

Aqui a movimentação é igualmente fraca, muito fraca mesmo. Os preços são assustadores e ninguém resiste. As pessoas saíam de lá com resmungos, colocando-se várias interrogações como estas: "onde é que vamos parar com isso?"

Nos arredores dessas lojas uma nota de 100 dólares está a Nkz 30.000 enquanto que o mesmo no Roque Santeiro já é comprado a [illegible] mil novos kwanzas.

Quanto aos hotéis que até domingo cobravam igualmente em moeda externa, desde ontem fixam o seu serviço a novos kwanzas. A nova tabela de preços do hotel "Presidente Meridien" a que a Angop teve acesso mostra que uma diária num quarto single está a 110 mil novos kwanzas (1222 dólares no câmbio oficial e [illegible] dólares no paralelo) enquanto que o duplo está em 140 mil novos kwanzas (1.555 dólares no oficial e 179 no paralelo).

Ontem, o buffet do almoço no hotel Presidente Meridien estava fixado em 27 mil novos kwanzas (300 dólares oficiais e 37 dólares no mercado negro), mas os preços poderão chegar a 40 mil novos kwanzas sem incluir bebidas.

Na Ilha o Barracuda, restaurante que só funcionava a dólar estava ontem encerrado para conversão de preços. A direcção devia reunir ontem às 19H30 minutos para aprovar a nova tabela de preços e certamente hoje já estará em condições para atender o público em moeda nacional.

No mercado paralelo os preços mantiveram-se estáveis. O frango continua a ser vendido a 2.500 mil novos kwanzas, pode ser encontrado a 700, 3.200 mil novos kwanzas conforme o tamanho e a marca, o balde de batata a 3.000 enquanto que a cerveja e a gasosa estava a mil novos kwanzas.

Em termos de electrodomésticos, uma arca custava ontem 400 a 700 mil Novos Kwanzas (conforme o tamanho e a marca), o televisor à cerca a 450 mil novos kwanzas e a máquina de lavar a 550 mil novos kwanzas.

Com a entrada em vigor do novo pacote de medidas, desenha-se no horizonte duma realidade para a maioria dos angolanos. A vida será difícil. Os ricos continuarão a ser ricos e os pobres cada vez mais pobres. Acabou-se o tempo de esbanjamento. Convidar uma amiga e almoçar no Presidente ou no Panorama será privilégio de meia dúzia de pessoas.

Diogo Paixão

Empresários dos EUA pesquisam mercado angolano

UM delegação multisectorial dos EUA, integrada por 14 empresários, chegou ontem a Luanda para pesquisar o mercado e as potencialidades angolanas.

O objectivo da visita foi anunciada pelo porta-voz da comitiva, Rodney Goodwin, quando falava à ANGOP momentos após desembarcar em Luanda.

A delegação inclui representantes de empresas dos transportes aéreos, terrestres e marítimos, comércio, finanças, pescas, minas, construção civil e de detecção de explosivos.

O programa da delegação, que permanecerá em Angola até ao dia 23 de Novembro, inclui a assinatura de um protocolo de cooperação entre as Câmaras do Comércio e Indústria dos dois países e a realização de colóquios sobre investimentos e questões afins.

Os empresários dos EUA manterão encontros com homólogos angolanos e deslocar-se-ão à província de Benguela onde visitarão os caminho de ferro da região e o porto do Lobito.

Reacção das lojas em divisas

"Meridien" fixa diária em 140 mil

No primeiro dia da entrada em vigor do novo pacote de medidas anunciado sábado pelo Governo, os preços "dispararam" da seguinte forma:

Hotel Presidente:	diária	140.000.00 Nkz
	almoço	27.000.00 Nkz
Lojas cubanas:	uma aparelhagem	930.000.00 Nkz
	ventoinha	177.000.00 Nkz
	calçado para senhora	55.000.00 Nkz
	calçado para homem	120.000.00 Nkz
Jumbo:	geleira	466.586.00 Nkz
	arca	547.798.00 Nkz
Paula de Carvalho:	lata de leite	4.900.00 Nkz
	Garrafa de espumante	7.500.00 Nkz
	Um kilo de frango	3.500.00 Nkz
	Uma caixa de soda	16.800.00 Nkz

Táxis sobem 100%

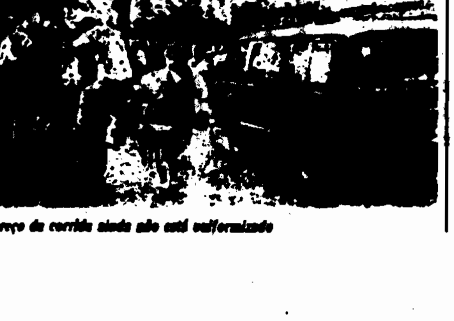
QUINHENTOS Novos Kwanzas é quanto custa, desde ontem, a corrida de táxi em Luanda. Essa cifra corresponde a uma subida a cem por cento, em relação ao preço anteriormente praticado, ou seja de 250 Novos Kwanzas.

Pode-se dizer pois que o pacote de medidas aprovado pelo Governo (desvalorização da moeda a 50 por cento, a liberalização do comércio, entre outras), atingiu fortemente o negócio dos taxistas.

Segundo Victor Hugo de Oliveira, taxista, as medidas tomadas pelo Governo são justas, mas é preciso que garantam a melhoria do nível de vida das populações, visto que aparentemente acontecerá o contrário. "Para mim 400.00 NKZ seria o preço ideal para os taxistas, porque a gasolina não subiu a cem por cento e paralelamente a isso, os passageiros não são culpados e nem ganham tanto assim".

Apesar das novas medidas terem causado vários transtornos em alguns meios comerciais, há quem mantenha os mesmos preços. José Nunes Rodrigues Júnior é taxista há seis anos e até ontem cobrava 250 NKZ "É preciso não nos precipitarmos. Não entendo o porquê da subida drástica dos preços do táxi, sem no entanto terem consultado a associação. Eu pessoalmente continuo a cobrar o preço antigo, até novas ordens, porque não estou em condições de aumentar o preço sem que a nossa associação reuna para analisar este problema", adiantou.

Em relação aos passageiros, a reacção é diferente. Alguns recusam-se a "largar" os quinhentos Novos Kwanzas, ao ponto que outros não têm outra saída, senão pagar os 500.00 NKZ, por uma corrida.



O preço da corrida ainda não está uniformizado

Ontem, por exemplo, deparamo-nos com um facto curioso na rua N'gola Kiluange, junto ao cine São Paulo. Um passageiro foi brutalmente agredido por dois homens (motorista e cobrador) por se ter recusado a pagar o novo preço já que só tinha no bolso 250.00 NKZ. Um outro caso é o de duas senhoras que se encontravam no mercado do Roque Santeiro, e que não sabiam como regressar a casa porque apenas levaram 250 Novos Kwanzas.

Na opinião de Filomena Firmino, estudante de Ciências Sociais, não se compreende que a subida dos preços da gasolina, justifique a subida a cem por cento da corrida de táxi. "Voltamos ao preço antigo, o que só afecta os passageiros que na sua maioria são trabalhadores de base que não têm transporte à disposição, e não ganham para pagar essa cifra diariamente".

"O Estado tem que tomar medidas. Não podem cobrar 500 NKZ sem contactarem a associação. Não temos culpa e não ganhamos isto por dia, desabafou o cidadão Marques Chamorro, indagado sobre a subida dos preços dos taxis.

Fernanda Maria

Novos tempos, vida nova

Luanda: capital à espera da hora de ressuscitar

João Seabra

"Senhô, me dá uma escova do avião..." Não terá mais de dez anos o miúdo franzino e esfarrapado que assim nos aborda à chegada ao Aeroporto de Luanda. O seu ar triste convida a fazer-lhe uma festa. Espanta-se, mas gosta do gesto e quer mais. Como ele, muitos outros. Pedem de tudo, desde notas e moedas portuguesas a um simples cigarro ou pacote de açúcar.

Mais tarde, já no centro da cidade, é vê-los pelas ruas. À procura de biscates, à espera de algum incauto a quem possam roubar. Ou sentados no chão, com latas de leite em pó Nido em cujo interior está a graxa para sapatos. Puxam os transeuntes pela mão e oferecem os seus serviços. Quase todos desconhecem o que é a escola.

Mas é nos mercados que a maioria se concentra. No Roque Santeiro, por exemplo, o mais célebre e maior mercado de Luanda. Queremos visitá-lo, mas o angolano que nos conduz dissuade-nos. "Nem pense nisso! Você quer ser roubado?" Quem lá quiser entrar, seja branco ou negro, deve primeiro despojar-se dos valores que transporte consigo: anéis, relógios, carteira. É mesmo conveniente que não se apresente bem-vestido, caso contrário o roubo é inevitável. E se se oferecer resistência, é possível a agressão física.

Inflação galopante

Em contrapartida, foi possível entrar nas Congolesas, outro dos mercados de Luanda. Mal o carro pára, dezenas de miúdos acorrem a oferecer os seus produtos: cigarros, cerveja, remédios, pensos, esferográficas... E lá estão de novo os jovens engraxadores.

Logo à entrada, fica a secção farmacêutica. Em cima de pequenas mesas, está espalhado um sem-número de remédios, desde aspirinas a antibióticos e líquidos para vacinas e injecções. Estão fora das respectivas caixas e podem ser vendidos à unidade. Muitos deles estão expostos sem qualquer protecção.

No primeiro corredor, com menos de meio metro de largo, surgem as aparelhagens, televisões, vídeos. Em frente, é o sector de vestuário. Já no centro do mercado, estão os produtos alimentares: carne e peixe com aspecto fresco, óleos e azeite de Portugal, açúcar, sal, leite, bolachas, manteiga, margarina e... moscas, mosquitos e varejeiras, muitos e a poisarem em tudo.

São estes os únicos pontos de abastecimento dos angolanos. Com efeito, enquanto nas poucas lojas abertas em Luanda não há nada senão prateleiras vazias, aqui até carros se vendem. Nas Congolesas, um enorme cartaz anunciava a venda de um Mercedes novo.

A inflação é galopante. Uma garrafa de "whisky" velho que num dia custa sete mil novos kwanzas, no dia seguinte custa o dobro. Nos poucos restaurantes da cidade, o preço de uma refeição pode variar entre 70 e 100 ou mais dólares (dez mil e 15 mil escudos). E não se paga em novos kwanzas, mas na divisa verde.

A propósito da utilização corrente do dólar em Angola, refira-se que entre as principais reivindicações dos trabalhadores dos transportes urbanos de Luanda, durante uma greve recente, constavam um cabaz com produtos alimentares e o pagamento na divisa norte-americana de uma fatia do ordenado (358 dólares, mais precisamente).

À procura da fama perdida

Luanda mais parece hoje uma cidade parada no tempo. Os prédios têm um ar abandonado, em estado avançado de degradação: vidros quase não há, e nalguns não se vê uma única porta. Contudo, são habitados. O fedor intenso que por vezes se propaga do seu interior faz pensar estar-se perante um mictório. É que as infra-estruturas estão concebidas para uma população de cerca de meio milhão de habitantes, quando hoje a cidade tem mais de dois milhões.

Água potável, nem pensar, e a que há é pouca: em cinco dias na capital angolana, faltou pelo menos dois. Outro problema é a electricidade — que falta com frequência — e as ligações telefónicas. Um estrangeiro que queira fazer uma chamada para o seu país chega a ter de esperar oito e mais horas, para já não falar das dificuldades nas comunicações internas.

Violência, roubos, violações, assassínios são outra constante na capital de Angola. À entrada dos ministérios, pode ler-se num "placard": "Por favor, deixe na recepção as suas armas." Durante a estada na cidade, não houve uma única noite em que não se ouvissem tiros e, em pelos menos dois casos, soube-se do assassínio de duas pessoas.

Carros, carteiras, passaportes, dinheiro, tudo é passível de ser roubado. Um advogado de Lisboa viu o seu carro, uma Renault 4L, em duas noites consecutivas, assaltado.

Durante um "cocktail" no Restaurante Restinga, na ilha de Luanda, em que estiveram presentes empresários portugueses e angolanos, o vice-governador do distrito de Luanda e altos responsáveis ministeriais, alguém grita de repente: "Estão a roubar um carro." Apanhado, o assaltante era um jovem que não tinha mais de 15 anos.

Quanto a distracções, a cidade tem quatro ou cinco cinemas e uma discoteca, O Marialva, cujo interior nos recorda as "boîtes" do início da década de 70. Faz lembrar uma garagem para dois carros, com uma decoração mínima, em que toca música ocidental e africana, alternadamente. O serviço é caro e pago em novos kwanzas.

É aqui que se concentram os "meninos-bem" da cidade — os que têm bons automóveis e boas motos, a quem tudo é permitido.

Depois de anos a fio de guerra, Luanda ficou ferida e tornou-se perigosa. Agora, com a paz, os angolanos só pensam em reabilitá-la e em conferir-lhe a fama de outros tempos. Para isso aponta já muita da propaganda partidária — seja ela do MPLA, da UNITA ou do PRD. ■

PÚBLICO SÁBADO, 14 NOVEMBRO 1981

Finalistas em Angola

SEIS FINALISTAS do curso de Sociologia do Trabalho do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas de Lisboa regressarão de Angola nos próximos dias. Durante um mês, acompanhados por um docente, os estudantes fizeram um levantamento das necessidades de formação profissional de duas empresas angolanas. A iniciativa contou com o apoio do Ministério da Indústria português. ■

PÚBLICO 12 NOVEMBRO 1981

ANGOLA — Para ministrar um curso de formação de oficiais-instrutores das novas Forças Armadas integradas de Angola, parte hoje para o Huambo um grupo de 22 oficiais e sargentos pertencentes ao Exército, à Marinha e à Força Aérea, chefiado pelo tenente-coronel Vítor Fernandes. ■

A incredulidade da paz

LUANDA
Do nosso enviado
Benjamim Formigo

SEIS meses após o fim da guerra em Angola, muitos ainda não acreditam que a paz tenha vindo para ficar. Embora José Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi reafirmem em cada oportunidade que o processo é irreversível, o eleitoralismo pateateado, muito particularmente durante as últimas semanas, pelo MPLA e pela UNITA fez regressar a «síndrome de 75».

De um modo geral, todos querem acreditar que a paz veio para ficar. Todavia, as medidas especiais de segurança tomadas em redor do Futungo de Belas, onde vive o Presidente, e no Miramar, onde vive Savimbi, são significativas das desconfianças ainda existentes entre os dois lados.

Luanda é a área onde as desconfianças e as tensões são maiores. Ninguém sabe ao certo quantas pessoas vivem na área da capital, e antes de ser feito um recenseamento quaisquer números entre o milhão e os dois milhões e meio de habitantes podem ser válidos. Muitos fugiram da guerra. Muitos nasceram no muceque que rodeia a cidade. Poucos serão os que querem partir para o interior e grupos de jovens ociosos vagueiam pela cidade. Muitos deles não se recordam sequer da violência que varreu Luanda em 1975 e 1977. Ouviram falar. Os mais velhos, esses têm esse terror bem presente. Mas são sobretudo os intelectuais quem se preocupa mais com esses dias.

Capital sem policiamento

Com a entrada em vigor dos Acordos do Estoril, as FAPLA deixaram de patrulhar a cidade. A Segurança do Estado — a temida polícia secreta — foi extinta. Inevitavelmente, criou-se um vazio de segurança.

A pouco e pouco, os marginais começaram a avançar para o asfalto e os roubos e assaltos multiplicaram-se. A partir das sete da tarde as ruas começam a ficar desertas e depois das nove da noite só veículos circulam na cidade.

Por força dos Acordos do Estoril, a polícia tem de ficar sujeita a uma comissão de verificação da sua neutralidade e a UNITA deve participar nos efectivos policiais. Mas a Comissão de Neutralidade da Polícia — que integra representantes da ONU e da UNITA — tem estado paralisada e a UNITA ainda não integrou os seus efectivos nas forças policiais.

De uma forma sistemática, as forças policiais vêm efectuando operações nas áreas marginais. De cada vez que o fazem há combates entre polícia e marginais e as mortes são inevitáveis. Alguma fontes referem que as forças da ordem têm tido baixas nestas operações. Oficialmente, porém, não têm sido anunciadas.

Esta semana, um navio da «Portline» foi assaltado quando ainda se encontrava no mar. Não estava claro a meio da semana se o assalto ocorreu dentro ou fora do limite das 12 milhas que constitui as águas territoriais. Na terça-feira, ao acostar no porto, o navio desembarcou pelo menos dois feridos que tiveram de receber assistência hospitalar. Anteriormente, correra o «mujimbo» (boato) de alegados assaltos a navios acostados no porto mas ninguém lhe deu muita credibilidade.

Fenómenos inexplicáveis

Estar três meses fora de Luanda é a melhor forma de constatar o que mudou. De Junho para cá a rede telefónica degradou-se de uma forma assustadora. Não há horas de ponta. A qualquer hora é sempre uma dor de cabeça fazer um telefonema para certas partes da cidade e os luandenses acabam por ir pessoalmente procurar as pessoas. Uma chamada internacional continua a ser um quebra-cabeças para quem não tenha acesso a uma linha directa. «Não podemos fazer uma chamada logo-aceite», explica do outro lado da linha uma operadora recusando admitir que o seu serviço possa ter cometido um erro e extraviado um pedido de marcação feito com mais de 24 horas de antecedência. Fazer uma reserva na TAP ou na TAAG implica uma deslocação aos escritórios das companhias. «Não aceitamos reservas por telefone. Tem de cá vir porque tenho aqui muito trabalho». Deste modo, os passageiros são obrigados por vezes a enfrentar meia hora de bicha apenas para fazerem uma reserva, deixando para trás os seus afazeres profissionais. «Só quando os seus postos de trabalho ficarem em causa, por não trabalharem como deve de ser, é que as coisas começam a andar», comenta um membro do Governo a propósito deste e doutros casos.

Na última semana, Luanda voltou a ficar sem electricidade. Aparentemente, um funcionário distraiu-se ou fez uma operação errada e deixou que água entrasse numa sala da central geradora. «Vão ser pelo menos oito dias para reparar a avaria», explica um funcionário dos serviços. E os prejuízos que isso está a custar ao país são incalculáveis. Luanda voltou a estar às escuras. De um dia para o outro, a iluminação pública desapareceu e os geradores adquiridos nos tempos de guerra para satisfazer a carência energética das habitações voltaram a funcionar. Só que arranjar combustível não é fácil. Algumas estações de serviço têm combustível mas não têm energia para pôr as bombas a funcionar e as bichas de carros aumentam nas poucas que têm electricidade.

Esforço de recuperação

O esforço de recuperação da cidade é visível. A marginal foi limpa. Muitos largos foram limpos e os miúdos plantaram jardins. Luanda começou a adquirir outro aspecto. Mas muito ainda está por fazer.

Um elemento novo é o aparecimento da propaganda política. Logo no aeroporto 4 de Fevereiro ao lado de uma enorme fotografia de Agostinho Neto está um cartaz de Jonas Savimbi. Nas ruas, multiplicam-se as faixas de propaganda do MPLA, UNITA, PRD e FNLA. O país já está em campanha eleitoral.

Seria de esperar que com a FILDA fosse mostrada alguma eficiência, mas com o fluxo de negócios realizados ou apalavrados durante o certame as linhas telefónicas e de telex ficaram sobrecarregadas, com os serviços cheios de pedidos, e o caos aumentou.

A crise económica é bem real. Apesar da paz, e precisamente no momento em que seria mais importante, a ajuda internacional não surge.

As pessoas perdem uma boa parte do dia à procura dos bens que necessitam e enquanto isso não podem estar a trabalhar. Os alimentos faltam ao mesmo tempo que a criminalidade aumenta. O Estado procura por todos os meios controlar a situação mas os meios são limitados.

EXPRESSO

16 DE NOVEMBRO DE 1991

Angola liberaliza circulação de capitais

O BANCO NACIONAL de Angola começou ontem a comprar moeda estrangeira, a taxas livres de mercado, a pessoas singulares e colectivas. Também a partir de ontem, foram autorizadas a entrada e a saída no país de valores expressos em moeda estrangeira, sendo obrigatória a declaração de aquisição quando o montante for superior a dez mil dólares (1400 contos).

Um comunicado do Banco de Angola esclarece que é permitida a compra de cheques, ordens de pagamento e demais instrumentos aceites no mercado financeiro internacional, emitidos em benefício de pessoas singulares ou de portadores de serviço de turismo.

O documento alude ainda ao regulamento de entrada e saída de moedas estrangeiras, indicando que Angola aceita a entrada de cheques bancários e de viagens expressos em moeda estrangeira, bem como de notas e moedas metálicas.

Aos cidadãos residentes, quando pretenderem sair do país com divisas, não será exigido qualquer documento comprovativo de aquisição, salvo se o valor for superior a cinco mil dólares (700 contos). Aos não residentes, o comprovativo de aquisição será exigido à saída de Angola quando o valor for superior a dez mil dólares.

A declaração de entrada de divisas será feita por instituições financeiras autorizadas a operar com moeda estrangeira, num período que não poderá ultrapassar os dois dias úteis a contar da data de chegada a Angola, ou seja, mantém-se em vigor a lei actual. Em Luanda, as únicas dependências do Banco de Angola autorizadas a comprar moeda estrangeira são as de Maculusso e Kinaxixe. ■

UNITA quer data exacta das eleições

A UNITA está decepcionada com o facto de o Presidente José Eduardo dos Santos não ter anunciado, na sua mensagem à nação, o dia em que se realizarão as primeiras eleições livres em Angola. No discurso de inauguração da sede do seu movimento em Luanda, Jonas Savimbi disse ontem que os angolanos querem conhecer a data exacta em que vão votar e não apenas que será na segunda quinzena de Setembro de 1992.

Este foi, aparentemente, o único ponto de discordância de Savimbi sobre o discurso feito na véspera pelo Presidente da República, já que o líder da UNITA manifestou publicamente regozijo pelas palavras do seu principal opositor. "Gostámos, globalmente, da mensagem do Presidente da República", disse Savimbi ante a multidão que compareceu à cerimónia de inauguração das instalações onde funcionará o Comité Provincial da UNITA em Luanda.

O antigo guerrilheiro disse só não ter gostado do facto de o dia preciso das eleições não ter sido anunciado, esperando que isso venha a ser feito o mais breve possível. Segundo o Chefe de Estado angolano, o Governo já elaborou um conjunto de diplomas legais que vão proporcionar a organização e realização das eleições em Setembro do próximo ano. Contudo, como disse, "ainda não foi possível harmonizar os pontos de vista de todos os partidos e forças políticas", motivo pelo qual não é possível "anunciar hoje uma data na segunda quinzena do mês de Setembro de 1992, para a realização das eleições gerais".

O Presidente da República citou a lei eleitoral, "que abarca as questões referentes ao registo eleitoral e ao processo de realização das eleições presidenciais e legislativas", a lei sobre a verificação internacional das eleições gerais, a lei sobre o direito de antena dos partidos políticos, a lei da criação do conselho da comunicação social e a lei sobre o licenciamento das rádios comerciais.

Contra terceiros partidos

Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi foram unânimes em recusar a Conferência Nacional Soberana reclamada por grande parte dos partidos emergentes. O Governo "não aprovará a proposta referente à realização de uma Conferência Nacional Soberana. A realização de uma Conferência Soberana não será aprovada: a Conferência Soberana será o parlamento que vai ser eleito pelo povo nas urnas", disse o Chefe de Estado e líder do MPLA.

"Não queremos uma conferência nacional em Angola, porque a soberania é do povo. São vocês que vão votar e que vão determinar a soberania", afirmou por seu turno o presidente da UNITA.

O calendário eleitoral aprovado pela Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM) diz que o Governo teria de anunciar a 11 de Novembro a data exacta para a realização das eleições do próximo ano. Contudo, esse anúncio passaria inicialmente pela consulta a todas as forças políticas, tal como estabelecem os Acordos de Bicesse. O processo de paz conhece um grande atraso nas suas principais componentes e as consultas iniciaram-se tardiamente e nem sempre da forma mais coordenada.

Os serviços protocolares do Futungo de Belas têm sido acusados pelas forças emergentes de não as avisarem das audiências com Eduardo dos Santos com a devida antecedência, motivo pelo qual os seus principais dirigentes não se têm encontrado com o chefe do Governo, preferindo enviar representantes apenas por uma questão de cortesia. No fundo, contudo, estão outros problemas, nomeadamente a reclamação dos "emergentes" da instituição de um órgão vinculativo onde as suas opiniões sejam tidas em conta.

A questão do acantonamento das tropas dos dois exércitos mantém-se na ordem do dia, ao mesmo tempo que a extensão da administração central a todo o território e a libertação dos prisioneiros de guerra continua em carteira.

Herman Cohen, o subsecretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos, está em Luanda e anunciou à chegada que veio para "ultrapassar os problemas" que surgiram no processo de paz, tendo agendados encontros com Eduardo dos Santos e Jonas Sabimbi. Em Luanda são também aguardados Durão Barroso e o vice-ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Smirnov, o que prova bem as dificuldades que as partes estão a encontrar no desbloqueamento dos assuntos ainda pendentes. ■

Vítor Silva, em Luanda

Estudantes angolanos reuniram com vice-ministro

A REVITALIZAÇÃO das relações entre os cidadãos angolanos ausentes e o seu país e o processo de paz e democratização que se vive em Angola foram os temas fortes abordados, em Coimbra, no encontro do vice-ministro das Relações Exteriores para as Comunidades de Angola, João Miranda, com estudantes do seu país em Portugal.

Numa curta intervenção inicial, João Miranda apelou à solidariedade entre angolanos — baseada no que classificou como sentimento de angolanidade, capaz de afastar "fissuras que levem a dissabores" — e à sua organização em associações de todo o tipo, "desde que admitidas pela legislação do país de acolhimento", aptas a facilitar o diálogo do Governo com os cidadãos no exterior. E definiu ainda os objectivos programáticos do seu departamento, recentemente criado: aproximar o angolano ausente da sua terra, estimulando a preservação de tradições culturais, o estudo da história e geografia de Angola e o uso da língua portuguesa; fomentar um sistema de troca directa e recíproca de informações, designadamente sobre a actualidade angolana, com as comunidades no exterior e proteger os cidadãos angolanos ausentes do país e os seus interesses.

Para além dos "contactos directos com cidadãos de Angola aqui radicados", esta deslocação do vice-ministro africano visou também abordar, com as autoridades portuguesas, a regularização da situação de angolanos residentes clandestinamente no país. João Miranda adiantou, a este respeito, levar garantias de apoio a esse processo por parte, entre outras entidades, dos ministérios da Administração Interna e dos Negócios Estrangeiros e das câmaras municipais de Lisboa e do Porto.

Já a partir de Janeiro, os angolanos clandestinos poderão registar-se na embaixada de Angola em Lisboa, o que talvez lhes permita — se forem entretanto resolvidos problemas técnicos inerentes ao facto de o último recenseamento no seu país datar de 1965 e de se estimar em três milhões o número de cidadãos ausentes de Angola (contra dez milhões de residentes) — a participação no acto eleitoral de Setembro próximo, no seu país.

A natural curiosidade dos estudantes angolanos pela situação que se vive na sua pátria traduziu-se, durante o encontro, em múltiplas perguntas. E João Miranda foi peremptório: o processo de paz está de pé, apesar do aumento da criminalidade nas grandes cidades (ou da sua divulgação na imprensa), de algumas desconfianças "naturais" entre ex-beligerantes e dos atrasos, por razões logísticas, na concentração de forças militares, com reflexos na reunião dos dois exércitos. Quanto às eleições, o vice-ministro angolano assegurou que vão mesmo ser livres, honestas e internacionalmente verificáveis. ■

José Fonseca

PÚBLICO 1991 NOVEMBRO 12 "VIVA" CONTOURO

O tentáculo diplomático

AS LUTAS internas que vão cada vez mais corroendo a estabilidade do regime do MPLA têm estado a repercutir-se nas próprias Embaixadas angolanas, entre as quais a de Lisboa. O fenómeno é, aliás, uma extensão das fricções entre o ministro das Relações Exteriores, Pedro Van Dunem (Loy) e figuras proeminentes da ala "futunguista", entre as quais José Maria e Victor Lima.

A nomeação dos chefes das missões diplomáticas é politicamente da competência do Presidente da República, embora sob proposta do Ministro das Relações Exteriores. Mas o que sempre tem acontecido, é que parte das propostas ministeriais são feitas com base em sugestões do Chefe de Estado. Foi, designadamente, o caso da nomeação do actual embaixador em Lisboa, Rui Mingas.

Considerado um protegido do Futungo - nas suas deslocações a Luanda limita os seus contactos oficiais à Presidência - Rui Mingas não goza da confiança nem da simpatia do ministro, que chegou mesmo a tentar obstruir a sua nomeação. Viu-a mesmo como uma desautorização pessoal de que quis ver-se desagravado fazendo pressões no sentido da substituição de Mingas.

Este, por sua vez, ao sentir o cerco apertar-se à sua volta, chegou a aproveitar a primeira visita a Lisboa do Presidente José Eduardo dos Santos para o convencer de que estava a realizar um bom trabalho. Viu os seus intentos bem sucedidos quando o Presidente lhe manifestou o seu apoio. Com uma exultação provavelmente mordaz, explorou o episódio comunicando ao ministro, de viva voz, o gesto do Presidente. Passado algum tempo, porém, José Eduardo dos Santos, ele próprio, incitava Pedro Van Dunem a manter Rui Mingas em Lisboa, sob o argumento de que ele estava a fazer bom trabalho. Aparentemente o gesto do Presidente significava afinal que o seu apoio a Mingas não era tão decisivo como parecera ao embaixador. De resto, o ministro tinha feito demonstrações disso fazendo despachar para Lisboa duas comissões de inquérito à Embaixada.

Em meados deste mês Rui Mingas voltou a aparecer em evidência no centro de uma disputa entre o ministro e a facção "futunguista", quando o deputado Angelo Aldo, na última reunião da Assembleia do Povo, pôs em causa a validade da acção do embaixador e mesmo até aspectos do seu comportamento. Contando com o apoio de um outro deputado, o Dr. Passy, exibiu cartas de elementos da comunidade angolana pondo em causa o embaixador.

Quando o tema parecia esgotado, José Eduardo dos Santos, na sua qualidade de Presidente da Assembleia, interveio para dizer que tinha uma opinião diversa acerca da utilidade da acção do embaixador, mas admitindo que pudesse estar enganado sugeriu que fosse instaurado um inquérito. Dirigindo-se a Pedro Van Dunem recomendou-lhe que tomasse tal iniciativa.

A reacção do ministro foi quase colérica: não iria mandar abrir nenhum inquérito, porque estava a ser constantemente desautorizado por interferências no seu Ministério. Deixando exteriorizar uma visível incomodidade face à irreverência do ministro, a resposta do Presidente excedeu também os limites da contenção que lhe é conhecida: "Que atitude é esta? Não lhe admito que fale assim. O embaixador depende de si e por isso é da sua competência mandar instaurar o inquérito".

Numa demonstração mais de que a sua frontalidade tem limites - diz-se que lhe falta coragem política para aceitar desafios - o ministro voltou atrás e apaziguadamente aceitou proceder à nomeação da comissão de inquérito. Mas não há dúvida de que o incidente, pelo seu impacto, pode vir a influenciar a sorte de Pedro Van Dunem ou de Rui Mingas - ou mesmo de ambos.

Há muito tempo que, sem fazer grande segredo de tais intenções, o ministro insiste em abandonar o Governo. Houve mesmo uma altura em que chegou a manifestar em círculos íntimos o propósito de se desvincular do próprio Partido. É manifestamente um desencantado em relação a múltiplos aspectos da actual situação, nomeadamente o seu difícil relacionamento com o Futungo.

Victor Lima, assessor diplomático do Presidente mantém abertos canais directos com várias Embaixadas, à revelia do Ministério e beneficiando para tal de interlocutores do círculo do Futungo. Um dos casos mais notórios é o embaixador em Paris, Elísio de Figueiredo. Isto levou recentemente o ministro a emitir uma circular (Inf. 29, p.5) proibindo contactos oficiais directos com instituições e pessoas estranhas ao Ministério.

Pedro Van Dunem queixa-se por exemplo de que os conflitos que estalaram com Kito Rodrigues foram engendrados pelo Futungo, que assim terá procurado manter ambos afastados entre si, de modo a reduzir os riscos de uma aliança vista como uma alternativa de poder. Kito Rodrigues e Loy eram então segundas figuras do regime, ambos "delfins" de José Eduardo dos Santos.

A verdade, porém, é que apesar da intransigência a que vai associando as suas cíclicas intenções de se demitir, Loy acaba sempre por adiar tais propósitos depois de conversas com José Eduardo dos Santos, ao qual o ligam laços de parentesco. Na sua linha de conduta no último ano, apenas mantém inalterável a discrição e o quase silêncio público a que se remeteu.

Tem uma envergadura política e intelectual bastante acima da média da classe dirigente do MPLA, entre a qual, por isso mesmo, suscita complexos de inferioridade. O prestígio de que goza nas chancelarias internacionais, onde desde há muito tem também a reputação de um moderado, explica talvez a persistência com que José Eduardo dos Santos tenta conservá-lo no lugar. ■

Jornal de Angola

19 DE NOVEMBRO DE 1991

Ajuda dos EUA à UNITA é para ajudar pacificação

TODO o apoio e financiamento que os EUA fornecerem à UNITA será apenas no sentido de capacitá-la para o cumprimento das suas responsabilidades no âmbito dos acordos de paz para Angola.

Esta afirmação é do representante norte-americano na Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), Jeffrey Mellington, quando reagia ontem, em Luanda, à notícia sobre a concessão pelos EUA de uma ajuda financeira à UNITA no valor de 30 milhões de dólares.

Mellington disse à ANGOP que "isso não tem nada a ver com a campanha eleitoral da UNITA. As leis americanas são muito claras e proibem qualquer ajuda do Governo a um partido em campanha eleitoral".

Acrescentou que a ajuda americana à UNITA enquadra-se somente no âmbito dos acordos de paz, "sem qualquer hostilidade contra o Governo angolano ou qualquer outro partido político".

A notícia sobre a aprovação de uma ajuda financeira dos EUA à UNITA foi veiculada a semana passada, pela emissora norte-americana "Voz da América".

Algumas forças políticas angolanas, como o Fórum Democrático Angolano "FDA" e o Partido Social Democrata "PSD" manifestaram-se já contra essa ajuda.

José Eduardo dos Santos poderá ser o nosso candidato

Alberto Neto, líder do PDA, ao "JA"

Jornal de Angola
19 DE NOVEMBRO DE 1991

O jurista Alberto Neto, líder do Partido Democrático Angolano (PDA), disse em Luanda que o candidato do seu partido para as eleições presidenciais "poderá ser o Senhor José Eduardo dos Santos".

"A nossa posição tem sido a mesma. É necessário que o Presidente da República mostre transparência face aos corruptos, face à tirania e que conduza o barco Angola a bom porto. Esta é a tarefa mais importante" — afirmou o presidente do PDA, para acrescentar que **"só realmente em caso de não observância desses princípios é que os mais velhos do PDA irão encontrar outro candidato. Os mais veihos, não serei eu".**

"Exigimos a desmilitarização das forças do MPLA e da UNITA"

Em entrevista exclusiva ao "Jornal de Angola", Alberto Neto defendeu a implantação de um "regime semi-presidencial com dualidade de poder".

Pronunciou-se contra a simultaneidade das eleições legislativas, presidenciais e locais no ano que vem. "**Deverá haver primeiro eleições legislativas num período de trinta dias. Depois, as presidenciais. A campanha eleitoral deverá ser conduzida por período de sessenta dias**".

Neto afastou qualquer possibilidade de adiamento da data das eleições em Angola, marcadas para Setembro de 1992, e exigiu a "**desmilitarização das forças do MPLA e da UNITA**". Para atingir este objectivo, entende-se, que "**terá que haver uma aceleração histórica do processo democrático no país, através da extensão a todas as zonas do país de uma administração única, da reconciliação nacional, do acantonamento das forças e da desmobilização**", devendo a sociedade "**encontrar postos de trabalho para os diminuídos físicos e desmobilizados**".

A respeito da situação político-militar e administrativa de Cabinda, apontou a necessidade de desmilitarizar os partidos armados que actuam na região com o intuito de promover "**um diálogo que passa necessariamente por uma conferência nacional**" e chegar à "**solução nacional**" do problema.

"**Ao nível administrativo** — acrescentou — **há necessidade de se desenvolver uma autoridade local no poder, uma autonomia para Cabinda, no respeito à integridade das fronteiras nacionais (...) no âmbito da Constituição unitária**". Acusou alguns países — que não citou — de estarem a "**instigar a independência de Cabinda. Por exemplo, o clero não compreendeu bem que essa é uma forma violenta de desunir a Nação. Isso nós iremos dizer ao Papa quando visitar Angola**".

O presidente do PDA acha ser possível reorganizar a economia de Angola em menos de oito anos, contrariamente ao programa económico do MPLA, "**uma hóstia consagrada que vem do Ministério das Finanças. Podemos fazer isso em menos tempo. As potencialidades existem, tem de haver uma orientação e disciplina séria para levar a economia do país a bom porto. A nossa economia é uma economia alterada devido a um sistema económico que foi importado e que não funcionou. Temos de criar um sistema económico que funcione. E este sistema não pode funcionar unicamente depois de dez anos**".

Segundo comentou "**a posição**" do PDA "**é extremamente contrária àquela que é expressa pelo programa económico do Governo pela direcção central da economia que, em vez de fazer um trabalho à favor do desenvolvimento económico do país, estão a criar condições para o empobrecimento do povo**".

Um Governo-PDA, de acordo com o entrevistado, fará uma "**redução substancial de despesas inúteis e infrutíferas**", criará "**um mecanismo de controlo da economia**" e reforçará "**a capacidade de gestão do sector privado e do Estado. A nossa moeda também será objecto de um tratamento específico. O comércio deverá permitir que, sobretudo, tenhamos um empresariado nacional como ponta de lança do arranque económico e não o contrário, isto é, o estrangeiro é que deve fazer desenvolver o país. (...) O interesse fundamental do estrangeiro aqui é explorar e multiplicar os seus investimentos e deixar o mínimo que é possível. O empresariado nacional terá que receber todo o apoio para o desenvolvimento económico do país**".

Alberto Neto insurgiu-se contra o que chamou de "**brasileirização da cultura angolana, a bastardização da nossa cultura, que faz com que hoje Angola seja considerado não um país africano mas simplesmente como uma ilha que aqui se colocou e cujo reflexo mais importante é a nível das nossas línguas nacionais, por exemplo. É orgulho de uma pequena burguesia que tende a criar em Angola um ambiente de valorização do seu próprio meio ambiente. Já é tempo que o Povo Angolano se sinta na sua própria casa**".

Manifestou preocupação por aquilo que designou de "**apartheid social, que faz com que os grandes responsáveis do aparelho do Estado, das empresas estatais e tudo mais, sejam unicamente elementos que pertencem a uma pequena burguesia que tem um pé em Angola outro pé em Portugal**".

Para ele, "**Angola necessita de se desenvolver com pessoas que sintam Angola como seu país de origem e com a preocupação de desenvolver esse próprio país. O duplo interesse de desenvolver Angola faz-se em detrimento de Angola. Por isso é que na matéria de dupla nacionalidade somos muito claros: os angolanos têm uma nacionalidade, e essa nacionalidade tem que ser defendida por todos os meios. Aquele que é angolano em Angola e português em Portugal ou brasileiro no Brasil não poderá ter o mesmo tratamento**".

O líder do PDA afirma-se apologista da "**revisão da lei**" da nacionalidade e "**doutras leis para assegurar realmente uma forma de nacionalismo positivo. Somos contra o excesso de nacionalismo, queremos um nacionalismo que defenda as posições de Angola**".

No domínio da ciência, cultura e educação o jurista preconiza a "**criação de várias universidades. É necessário esforço para superação dos quadros, atribuição de bolsas nacionais, ligar o desenvolvimento industrial e comercial à pesquisa científica, criar centros universitários com este nome e não continuar a permitir que a Universidade esteja em falência pedagógica**".

Sobre a suspensão pelo Tribunal Popular Supremo da inscrição do PDA devido à falta de um número elevado de atestados de residência e fotocópias do bilhete de identidade, Alberto Neto disse que competirá ao TPS "**legalizar rapidamente o PDA como segunda força política**" a completar o dossier para o efeito. Saudou a iniciativa do Governo de "**reduzir a documentação para a legalização dos partidos políticos**" e criticou o "**excesso de burocratismo, nomeadamente a exigência de apresentar certificados de registo criminal**" e os anteriormente citados. Enumerou as dificuldades com que se deparam os cidadãos "**em áreas onde não é possível**" obter fotocópias, "**ali onde o camponês tem o seu bilhete de identidade e o conserva como documento importante, poderia permitir aos legisladores que fizeram a lei, de se aperceberem da inexequibilidade material**".

Aplaudiu a "**manutenção das três mil assinaturas**", mas "**nós indicámos ao Tribunal, ao Presidente da República, aos membros do Conselho da República de que esta lei devia ser revista para ser mais consentânea com a situação que o país atravessa**".

Porém, a redução da documentação requerida para legalização dos partidos não parece transpor todos os obstáculos à actividade das formações emergentes, porquanto ainda se constatam acusações segundo as quais os políticos se têm deparado com barreiras dificultando o acesso a algumas áreas do território nacional sob controlo "**de uma administração de guerrilha da UNITA**", no dizer do docente universitário Alberto Neto.

De acordo com ele, a impraticabilidade da livre circulação de pessoas e bens "**é o reflexo da forma como foram feitos os acordos de Bicesse. Já devia ser tempo para que os partidos políticos pudessem circular livremente em todas as áreas. Nós fizemos um apelo à CCPM, que não nos ouviu, para que criassem condições a fim de que haja circulação de pessoas e bens. Naquelas áreas, nos municípios, deverá haver uma autoridade. Nós não aceitamos o princípio de que para se ir à Jamba as pessoas são obrigadas a preencher vistos de entrada como se estivessem noutro país. É uma forma de ignorar a Nação**".

Manuel Munanga

Entre o reforço da amizade e a causa dos clandestinos

PÚBLICO
12 NOVEMBRO 1991

Mesmo antes do encontro entre Mascarenhas Monteiro e representantes da comunidade cabo-verdiana, marcado para hoje, no Porto, a visita do Presidente da República de Cabo Verde a Portugal — a sua primeira visita oficial ao estrangeiro — tem tido como "pano de fundo" a situação dos cabo-verdianos que residem em Portugal em situação irregular.

O próprio Mascarenhas Monteiro já elogiou o "esforço" feito pelas autoridades portuguesas no sentido de legalizar a situação dos "clandestinos", mas o facto é que as soluções concretas prometidas em Março deste ano pelo Governo ao representante do Conselho das Comunidades Africanas Sub-Saharianas ainda não foram anunciadas. Por outro lado, a recente mudança de Governo — e as consequentes mudanças na área do Ministério da Administração Interna que se ocupa da questão — não contribui para acelarar medidas práticas na matéria.

Rotina, mas nem tanto

Ontem, porém, foi sobretudo o primeiro Presidente da República de Cabo Verde democraticamente eleito — e não o "advogado" dos clandestinos — que cumpriu os rituais dos visitantes estrangeiros que visitam Portugal: guarda de honra na Praça do Império, deposição de flores no túmulo de Camões.

Mas nem tudo foi rotineiro. Em vez da condecoração reservada à maioria dos chefes de Estado visitantes, Mascarenhas Monteiro recebeu de Mário Soares a Ordem da Liberdade, anteriormente só concedida a figuras como François Mitterrand, o Rei Juan Carlos e Vaclav Havel.

Foi esta a fórmula encontrada em Belém para enfatizar a homenagem ao papel de Mascarenhas Monteiro no processo de democratização cabo-verdiano, que Mário Soares definiu como "exemplar" e "emblemático".

Ao agradecer, o Presidente de Cabo Verde partilheu a homenagem com o povo do seu país, "o verdadeiro obreiro da democracia", e lembrou a solidariedade de Soares "numa altura em que tudo estava por decidir", referindo-se a um gesto de encorajamento do Presidente português dirigido ao então candidato Mascarenhas Monteiro.

Durante a tarde, o chefe de Estado cabo-verdiano visitou a Associação Industrial Portuguesa e o Museu Nacional de Arte Antiga. À noite foi homenageado com um banquete oferecido por Mário Soares no Palácio da Ajuda. Hoje é o dia do encontro com Cavaco Silva, em cuja agenda a questão dos clandestinos deverá ocupar lugar de destaque. ■

Em Lisboa

Cabo-verdiano dirige representação da ONU

PÚBLICO SÁBADO, 16 NOVEMBRO 1991

PELA PRIMEIRA VEZ, desde a sua fundação, em Novembro de 1977, o Centro de Informação das Nações Unidas em Lisboa será dirigido por uma pessoa de língua portuguesa. O secretário-geral da ONU, Javier Perez de Cuéllar, acaba de indicar para o cargo o cabo-verdiano Carlos dos Santos, ex-director da unidade de expressão portuguesa do departamento de radiodifusão. A escolha de Carlos dos Santos é um sinal da crescente importância do português como língua internacional. Embora não seja uma das línguas oficiais das Nações Unidas — como é o caso do inglês, francês, espanhol, russo, chinês e árabe — o português passou a ser utilizado na produção de material escrito e videográfico, após a independência das ex-colónias africanas, quando a representação de países de expressão portuguesa cresceu de dois para sete dentro da organização.

Carlos dos Santos, que assume funções nesta segunda-feira, disse que a prioridade do Centro que vai dirigir será o intercâmbio cultural e troca de informações entre os países de expressão portuguesa. O objectivo do Centro de Informação é desenvolver actividades com organizações não-governamentais em torno de programas das Nações Unidas tais como refugiados, meio ambiente, crianças e educação. ■ N.A.

PÚBLICO 13 NOVEMBRO 1991

Cavaco Silva promete a Mascarenhas Monteiro solução para os clandestinos

Cabo Verde tem de cooperar

CAVACO SILVA reafirmou ontem, à saída de um encontro matinal com o Presidente de Cabo Verde no Palácio de Queluz, o "esforço" para a legalização dos trabalhadores clandestinos de origem cabo-verdiana. Mas, pressionado pela perspectiva da livre circulação na Europa, acrescentou um "se" ao empenho da administração portuguesa, ao dizer que só haverá uma solução quando Cabo Verde puser um "travão" à saída de trabalhadores que engrossam as fileiras dos emigrantes irregulares.

Mais tarde, nos brindes que se seguiram ao pato com azeitonas servido no Palácio de Sintra, o próprio Presidente de Cabo Verde terminaria a sua intervenção aludindo à "terra de acolhimento" que recebe aqueles que procuram "as oportunidades que, infelizmente, ainda lhes faltam na terra natal". Para Mascarenhas Monteiro — que não deixou de manifestar a sua preocupação com a vaga de xenofobia que ameaça alguns países europeus — , a legalização dos clandestinos cabo-verdianos "dignifica os valores humanos" de Portugal.

Em Queluz, Cavaco Silva e Mascarenhas Monteiro discutiram a realização a curto prazo de um encontro de MNEs dos "cinco" — cuja coordenação é actualmente assegurada por Cabo Verde — e de Portugal.

"Chapéu político"

O encontro serviria para fornecer um "chapéu político" (a expressão é do primeiro-ministro português) à cooperação com e entre os PALOP e preparar a cimeira dos "cinco" marcada para o princípio do próximo ano, em S. Tomé. A eventualidade de Portugal vir a participar activamente na cimeira de S. Tomé foi também abordada pelos dois governantes.

Em matéria de relações políticas, Mascarenhas Monteiro enfatizou a vocação atlântica partilhada por Portugal e Cabo Verde, enquanto Cavaco Silva pôs a tónica na "prioridade que o Governo confere às relações com África" no âmbito da Presidência portuguesa da Comunidade Europeia.

Visitas protocolares à Assembleia da República e à Câmara Municipal de Lisboa e um banquete em Queluz preencheram o resto do segundo dia da visita do Presidente de Cabo Verde a Portugal. ■ J.T.N.

António Lúcio Baptista

PÚBLICO
14 NOVEMBRO 1991

Saúde e cooperação: fazer de Cabo Verde um exemplo para África

O PEDIDO que o ministro cabo-verdiano da Saúde e Promoção Social, Luís Leite, endereçou à Organização Mundial de Saúde (OMS) para que inclua o seu país no grupo dos Estados mais necessitados levanta duas questões pertinentes. Uma, saber qual o empenho oficial posto neste campo, a outra, que papel podemos desempenhar.

Antes de mais, o apelo tristemente revelador de uma dura realidade que varre o continente africano exige uma postura frontal e inequívoca do Governo local sobre os seus intentos no domínio da saúde. Caso a vontade sucumba às intenções burocráticas e às indecisões, estamos perante um simples apelo à "caridade" alheia.

Contudo, as mais recentes declarações daquele governante parecem indicar que Cabo Verde já está a fazer uma leitura adequada das estratégias para atingir "Saúde para todos no ano 2000" (que é, como se sabe, a grande aposta da OMS).

Luís Leite parece estar disposto a pôr em prática uma dinâmica moderna e profundamente conhecedora das exigências que os países doadores e entidades não governamentais estão a fazer, neste momento, na área da saúde.

Aquilo que se exige de Estados como, por exemplo, Cabo Verde, é uma participação activa na resolução dos seus próprios problemas.

Os tempos em que os Estados africanos ficavam apaticamente à espera que os doadores internacionais chegassem, vissem e resolvessem já terminaram, nalguns casos por cansaço de quem ajuda, noutros por novas realidades políticas aliadas a mentalidades inovadoras.

Ora, Cabo Verde, segundo se poderá concluir da leitura de um artigo publicado na edição do passado dia 17 de Setembro do jornal "Voz di Povo" (ao qual só agora tivemos acesso), já compreendeu que a autoconfiança e a iniciativa são passos primordiais na resolução dos seus problemas no campo da saúde.

O facto de os governantes cabo-verdianos já terem percebido que a implantação das necessidades básicas (o tão falado Basical Needs Aproach preconizado pela ONU) e a realização cabal dos cuidados de saúde primários (defendida pela OMS) não são tarefas fáceis nem permitem atitudes passivas é um grande passo no bom caminho.

Falta agora a Cabo Verde reformular e elaborar os seus próprios planos na área da saúde, traçar objectivos e escolher os parceiros que julgue mais capazes para estruturar e enquadrar as suas posições e, a partir daí, conseguir verbas junto do Banco Mundial e de outros organismos.

E é aqui que nos surge a segunda questão.

Que papel poderá Portugal desempenhar em todo este processo? Em nosso entender poderá desempenhar um papel positivo, desde que não se caia em atitudes paternalistas.

Devemos apresentar as nossas propostas e esperar pela resposta. Não há que temer nem que forçar!

Se lançarmos mão dos nossos conhecimentos da realidade africana, da medicina tropical, e se nos preocuparmos em efectuar um levantamento sistemático das necessidades ali sentidas, não teremos que temer a concorrência de terceiros. Portugal deverá, pois, apresentar-se como um parceiro interessado em participar numa aplicação racional/empresarial dos fundos que Cabo Verde conquiste por mérito próprio.

Temos de nos distinguir pela qualidade da oferta e não pelos apelos dos laços culturais e outros que tais. É esta a postura que os organismos e entidades oficiais nacionais devem adoptar ante Cabo Verde e demais países africanos que desejem e requeiram a nossa colaboração/cooperação.

A receita, apesar de não garantir milagres, é simples. Aos africanos, a possibilidade de fazerem as suas opções e traçarem os seus objectivos; a nós, a apresentação de soluções realistas, capazes de convencer pela qualidade. E quem oferece o melhor... ■

*Médico, Secretário-Geral
da Assossiação Aliança para a Saúde

Cabo Verde apela ao dinamismo empresarial

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 14 NOVEMBRO 1991

O PRESIDENTE cabo-verdiano, Mascarenhas Monteiro, disse ontem, que a cidade do Porto, "capital industrial de Portugal, estará bem posicionada para, através dos seus dinâmicos empresários, apoiar e dinamizar a cooperação empresarial de que tanto Cabo Verde necessita para o seu desenvolvimento". Mascarenhas Monteiro, que falava durante a sessão de boas-vindas na Câmara do Porto, propôs ao presidente Fernando Gomes o estabelecimento de um "relacionamento estreito e duradouro" da autarquia portuense com uma congénere cabo-verdiana.

Após a cerimónia, o chefe de Estado cabo-verdiano apelou à comunidade internacional para que tome "medidas pertinentes para pôr cobro à situação intolerável que se vive em Timor-Leste". Antes, Fernando Gomes, que ofereceu ao visitante duas garrafas de vinho do Porto da colheita de 1944, ano do nascimento do governante africano, afirmara que o Porto e a sua região "podem e devem estimular os seus empresários a investir em Cabo Verde".

Foi ainda de investimento e relações comerciais que Mascarenhas Monteiro falou no almoço, realizado no Palácio da Bolsa, com responsáveis de associações empresariais. O presidente cabo-verdiana enumerou algumas vantagens oferecidas pelo seu país aos investidores potugueses, como "os custos relativamente reduzidos" da mão-de-obra, a possibilidade de ali instalar a tecnologia "intermédia" que terá de ser abandonada devido a normas comunitárias e o acesso a novos mercados.

Depois da cerimónia na Câmara do Porto, Fernando Gomes acompanhou, a pé, Mascarenhas Monteiro até ao consulado de Cabo Verde, situado no terceiro andar de um edifício da Avenida da Liberdade. Aí, o governante cabo-verdiano avistou-se por breves instantes com a comunidade cabo-verdianada residente na região do Porto. "Todo o nosso esforço vai concentrado no desenvolvimento do país", disse o presidente aos seus compatriotas presentes numa pequena sala.

A Norte de Aveiro residem cerca de três mil cabo-verdianos. Os homens trabalham essencialmente na construção civil. "Conseguir emprego e habitação são os nossos principais problemas", disse Benvindo Barros, da comunidade cabo-verdiana, observando ainda que o consulado, dirigido pelo advogado Jorge Basto, não "responde a todas as necessidades". ■ A.M.

Mais eleições, mais tensão

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE NOVEMBRO DE 1991

CABO VERDE completa, com as autárquicas de 15 de Dezembro, o ciclo das eleições que marca neste ano a sua entrada ao pluripartidarismo. Embora o espectro partidário continue reduzido, na prática, ao Movimento para a Democracia, que ganhou as legislativas e as presidenciais, e ao partido da independência, o PAICV, reduzido a 33 por cento do eleitorado, as eleições municipais estão a representar mais uma aposta em pessoas do que nas formações políticas.

A lei eleitoral permite que grupos de munícipes apresentem listas não patrocinadas pelos partidos, e na maioria dos círculos é isso que acontece. Na segunda cidade do país, Mindelo, os observadores dão mesmo como favorito um independente, o escritor Onésimo Silveira, antigo apoiante de Mascarenhas Monteiro, mas que agora desencadeou uma investigação sobre alegadas violações dos direitos humanos que envolve o Presidente da República. Na capital, o centro das atenções é a disputa entre a lista patrocinada pelo MPD e outra patrocinada pela sua secção juvenil, a JD.

Fontes do partido no poder disseram contudo ao EXPRESSO que, apesar de uma sondagem encomendada pelo Governo acusar uma baixa de popularidade do MPD e do seu líder, o primeiro-ministro Carlos Veiga, este partido conta com uma vitória idêntica à dos anteriores escrutínios.

Entretanto, o PAICV protestou nesta semana contra o que considera violação da lei eleitoral, por o Governo não ter suspendido a actividade de vários dos seus delegados (administradores) que fazem parte das listas autárquicas. Segundo essa lei, de Setembro deste ano, os delegados do Governo candidatos às eleições municipais deverão suspender a actividade «vinte dias antes do início da campanha eleitoral», prazo que, nas contas do PAICV, expirou a 8 de Novembro.

Segundo o PAICV, o facto de em seis dos 14 concelhos cabo-verdianos os candidatos ainda estarem a exercer, ao arrepio da lei, as funções para que foram nomeados pelo Governo visa «continuar a utilizar os meios materiais, humanos e logísticos ao serviço da campanha eleitoral do partido no poder». Em contraponto, o Supremo indeferiu um recurso do partido do Governo quanto à apresentação da sua lista pela Boavista, um dos feudos da oposição, por feita fora do prazo. O Supremo Tribunal irá igualmente pronunciar-se sobre a questão jurídica agora levantada pelo PAICV.

Embora não seja de prever um ambiente de violência e o processo de transição em Cabo Verde seja apresentado em círculos oficiosos portugueses como «exemplar», a verdade é que a tensão política voltou a subir, e um observador da fundação alemã Friedrich Ebert classificou publicamente a democracia cabo-verdiana de «frágil». Agora que o escrutínio não é internacionalmente controlado, os meios da oposição temem que possam ocorrer fraudes.

Manuel Delgado

InformÁFRICA, N.º 30 • 26 Outubro 91

Para Cabo Verde, com amor

A aAdministração norte-americana tem estado a desenvolver uma política de apoio ao novo regime democrático saído das eleições do princípio de 1991 em Cabo Verde, como parte de um esforço aparentemente destinado a incrementar as suas influências no país. Cabo Verde tem uma importância geo-estratégica geralmente valorizada.

O gesto dos EUA tem estado ser inteiramente correspondido pelo novo Governo do primeiro-ministro Carlos Veiga. Entre outras razões, porque uma maior aproximação aos EUA criará um clima favorável à captação de apoios entre a numerosa comunidade de descendentes de cabo-verdianos radicada na costa Leste norte-americana. Tradicionalmente conservadora, esta comunidade não tinha simpatias pelo anterior Governo do PAICV, que considerava marxiste.

A valorização da importância dos EUA como parceiro de Cabo Verde decorre também de uma notória redefinição dos conceitos a que nos últimos anos se subordinou a política externa do país. Como consequência de tal redifinição a importância das relações com a URSS e Cuba - tem havido alguns incidentes com Havana - foi subalternizada. Eram relações também influenciadas por considerações ideológicas.

Na sua viagem a África, em Setembro, o Vice-Presidente Dan Quayle incluiu uma paragem em Cabo Verde, aproveitanda para a assinature de um acordo visando a concessão de um milhão de dólares a título de "apoio à democracia", bem como um outro, de três milhões de dólares, igualmente a fundo perdido, para financiamento de um programa de ajuda alimentar.

Está igualmente em vias de se concretizar a doação a Cabo Verde de 1,7 milhões de dólares para aquisição de um barco patrulha, incluindopeças sobressalentes e formação de pessoal para o operar. A unidade destina-se a integrar um corpo de Guarda Costeira. Enquanto isto, uma banda militar dos EUA é esperada brevemente para dar concertos no país. e

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 14 DE NOVEMBRO DE 1991

Cabo-verdianos recebem Presidente em festa

«NHO STA SABI» diziam, uns para os outros e para quem queria ouvir, muitos cabo-verdianos, ontem de manhã, quase no final da visita que o seu novo Presidente, António Mascarenhas, fez aos bairros onde se concentram os seus conterrâneos, no concelho da Amadora. «Nho sta sabi» quer dizer, em crioulo, «nós estamos contentes». Adeptos ou não de António Mascarenhas, o novo Presidente de Cabo Verde, quando se está longe da Pátria quem não gosta de estar perto de um dos seus símbolos?

A visita, que começou com um ar bem formal, na recepção nos Paços do Concelho da Amadora, foi adquirindo calor popular, para ter o auge quando António Mascarenhas, já rodeado do seu povo, foi recebido, junto à Associação Cultural Moinho da Juventude, por um grupo que tocava o *colá sanjon*, uma música tradicional cabo-verdeina de boas vindas, com rufar de tambores e apitos.

Orlando de Almeida, presidente da Câmara da Amadora, acompanhado de toda a vereação, recebeu o Presidente de Cabo Verde, que vinha acompanhado do embaixador e outras individualidades, aproveitando a ocasião para informar o que o seu município tem vindo a fazer pelos núcleos de cabo-verdianos ali instalados. O autarca fez questão de afirmar que desejava que «os cabo-verdianos se sentissem no concelho, como numa segunda pátria».

«Temos tido com a população cabo-verdiana uma atenção especial, pois é uma força de trabalho que está instalada no concelho e é uma comunidade bastante importante, que vive em condições deficientes e que por isso merece grande atenção da parte da autarquia», disse Orlando de Almeida.

Adiantou que, se, por um lado, se faz um esforço para a adaptação ao sistema de vida de Portugal, por outro, tem-se dado todo o apoio para que não percam as suas raízes culturais. «Nesse sentido, temos um programa específico, estabelecemos contactos com a Embaixada desde há alguns anos. Temos ainda um protocolo de geminação com o Município do Tarrafal que tem sido profícuo. Desenvolvemos nesses bairros acções de saneamento básico e programas de habitação, em termos de autoconstrução. Criámos equipamentos de convívio, para a infância, e nesses sectores há a Segurança Social a colaborar e a apoiar, o que não acontece no que respeita à habitação, que é uma obrigação governamental».

Orlando de Almeida considera que «não se têm revelado fenómenos de rejeição rácica no concelho, em termos massivos, como se registam agora na Europa. Existem alguns, sim, mas em termos pontuais e casuisticamente, sem estarem ligados a qualquer movimento em crescimento».

A população de origem cabo-verdiana tem registado um grande aumento, mais baseado na explosão demografica, que é intensa, que no aumento da imigração, embora esta continue a ter expressão. Calcula-se que sejam cerca de 20 mil, mas como a Embaixada está agora a fazer um levantamento dos imigrantes clandestinos, com vista a uma legalização, só no final se poderão apurar números concretos.

Orlando de Almeida, depois de ter oferecido um quadro de cerâmica ao Presidente de Cabo Verde, acompanhou-o na visita aos bairros da Cova da Moura, Fontainhas e 6 de Maio. Visitaram ainda o Gabiente Técnico de Recuperação e a escola primária.

«Coladera» na escola

A partir da altura que António Mascarenhas deixou o carro para passar a andar a pé, a população começou a cercá-lo, aplaudindo-o e comentando. Enquanto umas jovens teciam louvores à figura distinta do «seu Presidente», adiantando com carinho que «é um borracho!», outros mostravam-se ainda desconhecedores da sua figura e perguntavam «qual delos é?». Chegados á escola, já com um banho de multidão, António Mascarenhas foi surpreendido com um batuque de recepção bem batido e dançado por pequenas alunas, que atraíram os aplausos e a simpatia de todos os presentes, embora de início se tenham mostrado tímidas. Mas acabaram em grande, e o ambiente já escaldava quando, à laia de *hora di bai* (de adeus), dançaram uma *coladera*.

Durante a visita que o Presidente de Cabo Verde fez à Escola Primária n.º 3 da Buraca, frequentada por 330 crianças de origem cabo-verdiana e 20 portuguesas, o insucesso escolar foi focado pela directora da escola, que sublinhou o facto de as crianças falarem melhor o seu crioulo que o português. Daí, vincou a professora, a necessidade de apoio de psicólogos e técnicos para a melhoria do seu aproveitamento — o que já começou a ser feito, em parte.

Depois, António Mascarenhas percorreu ruas sem alcatrão, com destroços de carros e algo desordenadas, que ostentavam, no entanto, orgulhosamente, os nomes das ilhas de Cabo Verde: São Antão, São Nicolau e outros.

Mais tarde, quando a comitiva chegou à Associação Cultural Moinho da Juventude, a alma musical dos cabo-verdianos voltou a manifestar-se. Recebeu o seu Presidente o conjunto de violas Estrela Negra, que, com o *kolá sanjon* e o *finka-pé* mantém vivas as tradições do seu país. Realce-se que o *finka-pé* já teve uma presença, em Setembro passado, na Gulbenkian.

António Mascarenhas fez esta visita acompanhado de sua esposa e encontrou gente amiga, de férias em Portugal, que o saudou com efusivos cumprimentos e abraços.

Jornal de Angola
19 DE NOVEMBRO DE 1991

Guiné Bissau

Sindicato abandona central

BISSAU — Os trabalhadores do sector dos Transportes e Comunicações decidiram abandonar a central sindical guineense e prosseguir a actividade sindical numa base "independente e democrática", disse à agência LUSA, em Bissau, o presidente do sindicato.

A desvinculação do Sindicato Nacional de Trabalhadores dos Transportes e Comunicações (SNTTC) da União Nacional dos Trabalhadores Guineenses (UNTG) foi decidida por unanimidade na reunião do Conselho Nacional de dia 13 deste mês, acrescentou Pedro Mendes Pereira.

A saída da UNTG deve-se à "incompatibilidade da actividade sindical com a política partidária", salientou Mendes Pereira, que frisou a necessidade da constituição de uma nova central sindical "verdadeiramente apartidária e democrática".

"A permanência de Malam Bacai Sanhá como secretário-geral da UNTG, ao mesmo tempo que faz parte do Bureau Político do PAIGC e ainda por cima não é sindicalista, torna fictícia a proclamada separação da central sindical do partido governamental", anunciada no primeiro Congresso da UNTG, realizado em Maio deste ano, destacou Pedro Mendes Pereira à LUSA.

A UNTG, enquanto central sindical, tem os dias contados", defendeu.

"Foi importante num determinado momento da história, mas agora é necessário outro tipo de sindicalismo", considerou.

Com a saída da UNTG, o SNTTC que têm cerca de 3.000 filiados, deixa de estar representado no secretariado nacional da central sindical e no Conselho Central.

A eventualidade da criação de uma nova central sindical ganha assim novos adeptos, depois de os professores terem decidido criar um sindicato alternativo ao sindicato oficial, que apenas aguarda a publicação da lei de liberdade sindical no Boletim Oficial para ser oficialmente anunciado.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 19 DE NOVEMBRO DE 1991

PAIGC acaba de «descobrir» a social-democracia para a Guiné

O PARTIDO no Poder na República da Guiné-Bissau, o PAIGC, fundado em 1956, «descobriu» agora a social-democracia, preparando-se para «transmitir a boa nova» aos seus militantes, de acordo com um documento ainda reservado do partido. A nova orientação vem explanada na primeira parte do mais importante texto que a Comissão Nacional Preparatória do V Congresso eleborou para esta reunião magna do PAIGC, que decorrerá em Bissau entre 15 e 20 de Dezembro. No documento cita-se mesmo o principal teórico da social-democracia, o alemão Eduardo Bernstein. Nessa linha, o texto — intitulado «A estratégia do PAIGC para a década de 90» — subdivide-se em duas partes, sendo a primeira dedicada aos «Fundamentos políticos e ideológicos» e a segunda ao «Desenvolvimento económico e social». No documento, o PAIGC põe definitavamente de lado o chamado «socialismo científico» (materialismo dialéctico e histórico e marxismo-leninismo), substituindo-o pela via social-democrata.

Oposição guineense

PÚBLICO
12 NOVEMBRO 1991

DEZENAS de polícias de choque concentraram-se ontem, em Bissau, junto à residência do líder da Frente Democrática, Aristides Menezes, depois de um militante daquele grupo ter — à revelia da direcção do mesmo — encetado uma acção de propaganda junto dos trabalhadores do sector das pescas. Os polícias retiraram-se e quatro militantes da Frente Democrática foram soltos depois de Menezes ter avisado, de megafone em punho, que havia o risco de um confronto violento, a exemplo do verificado em Março no Mali. Na véspera, em declarações ao PÚBLICO, um dirigente de outra força política, a Frente Democrática Social, manifestara o receio de a violência vir a ser inevitável na Guiné-Bissau.

Inform África
CONFIDENCIAL

Direitos reservados

N.º 30 • 26 de Outubro 1991

Moçambique: para valer

UM ACORDO global de paz para Moçambique será seguramente alcançado, o mais tardar no princípio de 1992. As análises em que este cenário é admitido, atribuem-se ao surgimento de factores que tendencialmente se tornarão cada vez mais favoráveis à conclusão de um cordo. Estes factores já tiveram influência na assinatura, 18 de Outubro, de um protocolo entre o Governo e a Renamo.

Do lado do Governo tais factores são identificados como sendo : 1) o esbatimento de resistências internas a um acordo com a Renamo, tornado possível depois da recomposição do equilíbrio interno de forças na Frelimo, como resultado do congresso de Agosto; 2) aumento de pressões internacionais visando a aceleração do processo negocial; 3) necessidade vital de estancar uma perigosa deterioração da situação interna - militar e económica.

Por sua vez, o maior comprometimento da Renamo nas negociações de paz - em contraste com uma linha algo sinuosa mantida até há pouco - é interpretado como consequência do progressivo levantamento da política de isolamento internacional a que o movimento de Afonso Dlakhama esteve sujeito. Concluiu-se finalmente que tal política induzia na Renamo fortes desconfianças em relação às negociações, levando-a a investir, por contraponto, na via militar.

Quadro sombrio - Denotando uma maleabilidade negocial sem precedentes, o Governo assumiu no protocolo o compromisso de congelar e mesmo vir a rever várias leis recentemente aprovadas na Assembleia da República - leis dos partidos, de imprensa, de liberdade de expressão e de direito de associação e reunião. Aceitou também reconhecer à Renamo um tratamento preferencial que, em certos aspectos, a colocará acima dos partidos políticos nascentes no país.

Com estas concessões o Governo foi finalmente ao encontro desexigências que a Renamo vinha fazendo no que toca à definição de princípios políticos destinados a regular as negociações. O Governo repudiava até agora tais exigências, invocando preceitos constitucionais a atributos de soberania. Com a remoção deste obstáculo, a matéria negocial passou ser essencialmente técnica.

Sectores da Frelimo, embora já sem a capacidade institucional que tinham antes do congresso, reagiram negativamente ao protocolo, considerando-o inconstitucional ou mesmo uma capitulação. O Presidente Joaquim Chissano viu-se obrigado a vir a público (conferência de imprensa) rebater os pontos de vista internos que estavam a pôr em causa o protocolo.

Apesar da maior preponderância que a linha moderada da Frelimo tem gora na determinação das linhas de autoridade e decisão noGoverno e no partido, os sectores contrários a um acordo com a Renamo, têm ainda alguma capacidade de manobra, em parte favorecida por apoios entre os chefes militares. Isto explica algumas mudanças próximas na hierarquia militar, entre as quais a nomeação do brigadeiro Lagos Lidimo, próximo de Chissano, para o cargo de chefe das Operações do EMGFA.

Um exemplo de que a ascendência dos radicais, apesar de mais circunscrita, ainda tem de ser tida em conta, foi o abandono de planos (Inf. 29, p.12) que Joaquim Chissano de facto tinha para se encontrar em Outubro com Afonso Dlakhama. A razão foi basicamente a de terem sido divulgadas informções acerca do assunto, que o Presidente Joaquim Chissano pretendeu manter secretos.

Douglas Hurd, ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, foi um dos últimos e provavelmente dos mais incisivos protagonistas das pressões sobre Maputo visando o desbloqueamento das negociações. Aproveitou a conferência da "Commonwealth" em Harare para, correspondendo também a um pedido de Mugabe, ir a Maputo encontrar-se com Joaquim Chissano. Adveniu-o para os riscos reais de uma descontrolada deterioração da situação interna, caso as negociações não avançassem.

Às mais credíveis informações acerca da situação coincidem na avaliação de que a economia entrou em colapso. A única esperança da minimizar o problema é uma conferência de dadores prevista para Novembro. Tal como já tinha sido verificado em 1990, em quesa expectativas do Governo saíram frustradas - esperavam-se donativos de um bilião de dólares, conseguiram-se 300 milhões - a conferência poderia redundar num novo fiasco devido à ausência de claros sinais de progresso nas conversações.

No planomilitar, as crescentes desvantagens do exército governamental, as FAM, também constituiram um elemento com reflexos na maior elasticidade negocial do Governo. A esta evidência há ainda a juntar o carácter anárquico que o conflito cada vez mais tem vindo a assumir. Por exemplo, no dia 28 de Setembro, um ataque à esquadra da Polícia do Bairro da Manga, cidade da Beira, foi lançado por forças das TGF (Tropas Guarda Fronteira) e não, como se julgou, pela Renamo.

Quanto à passividade das FAM : uma unidade bem equipada, a 9ª Brigada, estacionada em Magude, não reagiu quando em Setembro a posição foi atacada pela Renamo; em Chibacuelane, 40 quilómetros a norte de Chok'wé, a população civil manifestou-se junto aoi quartel das FAM protestando contra a passividade da sua guarnição perante uma flagelação da Renamo.

A estes fenómenos há a acrescentar a profunda degradação nas áreas urbanas ainda controladas pelo Governo; o manifesto desaparecimento dos níveis de lei e de ordem que asseguram a estabilidade social; a corrupção galopante e de "salve-se quem puder" que vai minando as instituições e o sector empresarial

Dlakhama em cena - Quando este número for posto em circulação, já o líder da Renamo terá iniciado uma viagem por diversos países europeus (Portugal incluído), nos quais terá, pela primeira vez, contactos com entidades oficiais de alto nível . Está também previsto que em Genebra se encontre com altos funcionários dos EUA - Herman Cohen e/ou Jeffrey Davidow.

Dado o papel de poder mundial que os EUA actualmente detêm, bem como o facto de a Renamo continuar a ver Washington como um dos principais suportes do regime de Maputo, o encontro com os altos funcionários norte-americanos é seguramente o ponto dominante do périplo de Dlakhama. É dos EUA que ele pode receber as mais sólidas garantias no que toca à credibilidade do processo negocial em Roma.

O fim da longa "quarentena" política e que a Renamo foi exposta é uma decorrência de análises segundo as quais ela nunca se sentiria encorajada a negociar, se continuasse a ser estrangulada, desvalorizada e com uma estrutura sem qualquer componente política. Ao contrário, persistiria no seu esforço militar, que ultimamente vinha já atingindo a "técnica final" do aumento da sua pressão nas periferias urbanas

Foi já por efeito das novas aventuras regionais e internacionais, que a Renamo recebeu recentemente importantes ajudas financeiras, eventualmente mais de 10 milhões de dólares, disponibilizados por Estados do Golfo, embora a partir de arranjos com outros países. É igualmente um facto sintomático o aparecimento de credíveis "lobbies" pró-Renamo em vários países-chave. ■

FOCUS:

P. 4, 5 e 8 - A crise interna no regime do MPLA continua a acentuar-se. Na sua origem profunda estão nunca sanadas contradições e rivalidades entre grupos — mas sobretudo um conflito entre dois poderes: um, formal e com base institucional, mas subalternizado e sem capacidade de decisão; outro, de contornos difusos, mas que de facto manda.

Mensal • Circulação por assinatura — Tabela por anuidade: 30 000$00 para Portugal; USD 240,00 para o estrangeiro. Modalidades bonificadas: 9500$00 para estudantes e refugiados africanos

Cavaco Silva já é mediador

O primeiro-ministro já começou a mediar a paz moçambicana, mas os italianos não querem que se saiba

O GOVERNO português já entrou activamente na mediação das negociações de paz em Moçambique, confirmou a «O Jornal» uma fonte muito bem colocada. Portugal só não assumiu formalmente essa intervenção, para não melindrar os italianos, que receiam perder o protagonismo do processo.

Neste momento, tudo parece girar em torno da escolha dos moldes em que o Governo de Cavaco Silva poderá intervir, sem arrastar os mediadores italianos para o descrédito internacional. Lisboa parece recusar um mero estatuto de observador secundário, que lhe retire o controlo da situação. Em contrapartida, os italianos parecem ter dificuldade em explicar o envolvimento formal português, sem com isso admitirem o seu próprio fracasso.

De acordo com as nossas fontes, as audiências concedidas, há uma semana, pelo Governo de Lisboa ao líder da Renamo, Afonso Dhlakama, foram um sinal político da intervenção portuguesa nas negociações que decorrem em Roma. O anúncio simultâneo do pedido formal da Renamo para uma participação activa de Lisboa no processo veio reforçar ainda mais essa estratégia.

Afonso Dhlakama com Deus Pinheiro. Ao lado, Cavaco Silva
Portugal prepara mediação nas conversações de paz para Moçambique

Honras para Dhlakama avisos para Soares

Contrariamente ao que acontecera, há meses, com o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, que foi recebido por Cavaco Silva na sede do PSD, e apenas na sua qualidade de líder partidário, desta vez, Dhlakama teve direito a audiência com o primeiro-ministro, na residência oficial de São Bento.

Durante a sua estadia na capital portuguesa, o líder da Renamo também se avistou formalmente com o ministro e com o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, no Palácio das Necessidades, e só depois destes encontros se deslocou a Belém, para uma audiência com o Presidente da República. A agenda de Savimbi em Lisboa tinha sido inversa: o líder da UNITA fora convidado de honra do PR, em Belém, e manteve encontros informais com os membros do Executivo.

Observadores diplomáticos admitem que a estratégia de Cavaco Silva na calendarização destas audiências não foi inocente. O primeiro-ministro pretendeu demonstrar que Dhlakama era convidado formal do Governo, e, como tal, recebido em primeiro lugar pelo Executivo. A audiência com Mário Soares seria, deste modo, transformada num encontro de cortesia ao mais alto nível. Desta forma, Cavaco também terá tentado remeter o Presidente da República para um estatuto secundário, perante um eventual envolvimento português na paz moçambicana.

Mal-estar em Roma

Os termos em que decorreu a visita de Afonso Dhlakama a Lisboa parecem ter incomodado os mediadores oficiais italianos, que recearam perder o controlo do processo. Embora a deslocação do líder da Renamo a Portugal tenha contado com o apoio implícito da Itália, este país terá esperado do Governo português uma ajuda discreta e informal para acelerar a paz em Moçambique, e nunca uma manifestação pública de colaboração activa que passasse, inclusivamente, por um apelo formal da Renamo ao alargamento da mediação a Lisboa.

Segundo as nossas fontes, o mal-estar manifestado pelos italianos terá justificado as declarações feitas, a propósito, por Cavaco Silva, em Roma, desmentindo qualquer hipótese de Portugal vir a assumir um papel de mediador em Moçambique. Segundo declarou o primeiro-ministro, durante a sua recente deslocação à cimeira da NATO em Roma, o Governo de Lisboa poderia vir a participar no processo moçambicano, se todas as partes assim o desejassem, mas apenas num estatuto de observador.

Cavaco Silva procurou, assim, aliviar os receios italianos perante um eventual protagonismo português, reiterando a ideia de que o processo continuará sediado em Roma e liderado pela Itália. Mas a verdade é que, de acordo com fontes portuguesas bem colocadas, o Governo de Lisboa aguarda, impacientemente, «luz verde» para avançar como parte formalmente envolvida, mantendo, até aí, uma atitude ambígua, mas interessada.

Cavaco (des)espera

Aliás, o primeiro-ministro português já admitira, no último Verão, que Portugal poderia entrar no processo de mediação da paz moçambicana, se verificassem três condições: primeiro, que houvesse um convite formal de ambas as partes (Frelimo e Renamo) nesse sentido; segundo, que a mediação italiana visse com bons olhos a colaboração portuguesa; terceiro, que fossem dadas garantias de que o processo tinha condições para ser um êxito, como acontecera em Angola.

Até agora, a maioria destas condições parecem manter-se insatisfeitas, existindo, apenas, um convite formal da Renamo para a participação activa de Lisboa no processo. As entidades de Maputo têm usado alguma ambiguidade nas declarações produzidas a este propósito, levando a crer que são sensíveis à posição dos mediadores oficiais italianos e, por parte destes, parece não existir o mínimo interesse em envolver formalmente Portugal. Antes pelo contrário, Roma desejaria poder conseguir a paz moçambicana sem terceiros contributos, embora as dificuldades encontradas até aqui levem as entidades italianas a admitir como fundamental uma mãozinha de Lisboa, mas só nos bastidores...

Tudo indica, portanto, que a estratégia do Governo português passa por aguardar o momento mais propício para concretizar uma intervenção que é considerada como inevitável e que, na prática, já está mesmo a funcionar. Não interessa a Cavaco Silva hostilizar os italianos, que são seus parceiros na CEE. O primeiro-ministro português prefere, obviamente, insinuar-se à porta dos parceiros e esperar que estes o convidem para entrar.

L.F.

França congela ajuda a Moçambique

PÚBLICO
SÁBADO, 16 NOVEMBRO 1991

UM FORNECIMENTO de 12 mil toneladas de milho oferecidas pela França a Moçambique, que deveria ter chegado a Maputo entre Agosto e Setembro passados, foi suspenso até este país apresentar os contravalores relativos às ajudas alimentares da CEE desde 1987. Esta informação foi divulgada, ontem, pela Rádio Moçambique, que cita uma fonte da cooperação francesa em Maputo e declarações do vice-ministro do Comércio, António Muguambe. O governante moçambicano revelou que a Comunidade Europeia impôs uma auditoria a Moçambique para apurar a utilização de ajudas alimentares concedidas ao país desde 1987, por suspeitar que parte destas ajudas possam ter sido canalizadas para o exército. O ceptícismo da CEE resulta da inexistência de contravalores destas ajudas, estimadas em mais de 60 milhões de meticais (cerca de 35,2 milhões de dólares). O Ministério das Finanças moçambicano está agora a tomar medidas para recuperar esse contravalores espalhados por diversas empresas estatais do país, garantindo que, de futuro, as novas ajudas alimentares só serão distribuídas a empre-

DOMINGO, 17 NOVEMBRO 1991
PÚBLICO

Moçambique privatizou 60 empresas

EM 1991, o Governo moçambicano privatizou mais de 60 empresas estatais, dando curso a uma política que visa a descentralização da economia. Os números referentes ao processo de privatização foram divulgados pelo ministro moçambicano da Indústria, Octávio Mutemba, que adiantou ainda que a privatização das grandes empresas estatais será adiada para uma fase posterior, devido à actual fraca capacidade de investimento dos empresários de Moçambique. Octávio Mutemba disse, no entanto, que já está pronta a legislação que permite a transformação imediata de grandes empresas estatais em sociedades anónimas comparticipadas por empresários moçambicanos e estrangeiros. ■

PÚBLICO, SÁBADO, 16 NOVEMBRO 1991

Moçambique: Cessar-fogo mais perto

O GOVERNO moçambicano considera que o caminho da paz está finalmente aberto e que o cessar-fogo é possível até ao fim do ano. Ontem, em Maputo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Pascoal Mocumbi, afirmou durante uma conferência de imprensa que, após a assinatura dos dois protocolos de Roma, não parece existirem questões políticas de fundo que possam impedir um diálogo normal com a Renamo.

Sobre o cessar-fogo, Mocumbi salientou a "grande flexibilidade" do seu Governo: "Um acordo de cessar-fogo já era possível ontem. Por isso, poderá ser também possível até ao fim do ano", frisou.

O chefe da diplomacia moçambicana tornou a defender a posição de Maputo, que insiste em considerar que nenhum dos pontos inseridos nos protocolos assinados é inconstitucional, incluindo aquele que prevê a possibilidade dos partidos se legalizarem com um mínimo de duas mil assinaturas, independentemente do local onde eles se registem.

Na noite da passada quarta-feira, o governo de Maputo e a Renamo assinaram em Roma um protocolo de acordo sobre a actividade dos partidos, que prevê nomeadamente que a Renamo seja reconhecida como partido político, logo após a assinatura de um acordo geral de paz. Há cerca de um mês, as duas partes já tinham assinado um "Preâmbulo" que determinava as grandes linhas das suas negociações.

A lei dos partidos, aprovada recentemente pela Assembleia da República, preconiza um mínimo de 1100 assinaturas, sendo 100 de cada província, com o objectivo de prevenir a emergência de partidos regionalistas ou tribalistas. Na perspectiva do ministro moçambicano, a Assembleia da República não deverá opor-se às decisões tomadas em Roma pelo Governo, pelo facto de "serem ditadas pelo desejo de paz". No entanto, até ao estabelecimento da calendarização dos pessoas acordados em Roma, o registo dos partidos continuará a ser regido pela lei actualmente em vigor.

A aceleração do cenário negocial em Roma, que se concretizou com a assinatura do segundo protocolo, foi atribuído por Mocumbi "ao último trabalho da mediação italiana", mas recusou atribuir responsabilidades aos mediadores sobre eventuais pressões em relação ao movimento rebelde. Ao comentar a visita de Afonso Dhlakama a Portugal, o diplomata moçambicano disse apenas ter sido uma oportunidade para os portugueses conhecerem melhor o líder da Renamo. A próxima ronda negocial tem o seu início previsto para o próximo dia 10 de Dezembro. ■

Teresa Lima, em Maputo

PÚBLICO, QUARTA-FEIRA, 13 NOVEMBRO 1991

Dhlakama promete paz

AS AUTORIDADES ITALIANAS pediram ontem a Afonso Dhlakama, dirigente da Renamo, que contribua para a aceleração das negociações relativas ao processo de paz em Moçambique. O primeiro-ministro italiano, Giulio Andreotti, encontrou-se com o líder rebelde, informando-o da intenção italiana de "tentar alcançar a paz em Moçambique, já que é tempo de as negociações se concluírem o mais depressa possível". Em resposta, Dhlakama prometeu que a sua organização "se empenharia com lealdade nas actividades políticas", após a assinatura de um cessar-fogo que afirmou estar disposto a assinar com condições. Numa conferência de imprensa, o dirigente rebelde esclareceu contudo "não estar disposto a participar no Governo durante o período de transição". Afirmou também que as duas partes discutiram um pedido da ONU e de Portugal, que assumiriam o papel de "observadores" nas negociações. "Não nos opomos a um alargamento", esclareceu o presidente da Renamo. ■

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE NOVEMBRO DE 1991

Andreotti força Dhlakama

O CHEFE do Governo italiano, Giulio Andreotti, exortou o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, a concluir o mais rapidamente possível um acordo de cessar-fogo com o Governo de Maputo e parece ter conseguido desbloquear a oitava ronda de negociações, que se arrastava há cinco semanas.

Com efeito, 24 horas depois do encontro entre Andreotti e Dhlakama, em Roma, as duas delegações moçambicanas assinaram o «protocolo II» do seu longo diálogo para a paz, relativo aos «critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos» em Moçambique.

O documento confere à Renamo um estatuto privilegiado em relação aos outros partidos «emergentes» ao determinar que «imediatamente após a assinatura do Acordo Geral de Paz a Renamo iniciará a sua actividade na qualidade de partido político», sem necessidade de cumprir os trâmites previstos para a legalização das restantes formações partidárias.

A chegada de Dhlakama a Roma, na segunda-feira, pôs fim a três semanas de um «diálogo de surdos», que sucessivos frente-a-frentes entre os chefes das duas delegações moçambicanas — Armando Guebuza, pelo Governo, e Raul Domingos, pela Renamo — não tinham logrado ultrapassar. À saída do encontro que teve, terça-feira, com o chefe do Governo italiano, Afonso Dhlakama anunciou que o impasse seria imediatamente quebrado, como efectivamente aconteceu.

A discussão da lei dos partidos — que preenche com a legislação eleitoral o capítulo político das negociações de Roma — iniciou-se logo após a assinatura do protocolo de 18 de Outubro sobre os «Princípios Fundamentais», com a apresentação de uma proposta da Renamo imediatamente aceite como «boa base de trabalho» pela equipa de Maputo.

«Manobra táctica»

Nesta proposta, a Renamo deixa de exigir que o registo dos partidos políticos seja feito por um órgão «neutro» designado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas e aceita expressamente que seja o Governo a fazê-lo.

As duas partes estiveram de acordo acerca do princípio segundo o qual os partidos políticos devem assumir dimensão nacional, sem qualquer discriminação de natureza regional, tribal, étnica, racial ou religiosa. Mantiveram-se as divergências quanto ao número mínimo de assinaturas a ser requerido pela lei em cada uma das 11 províncias do país (cem segundo a legislação vigente), embora os negociadores de Maputo tivessem dado claramente a entender que poderiam aceitar que o número de assinaturas fosse aumentado até dois mil, sem ter em conta a sua distribuição pelo país.

Dhlakama: pressões para chegar a uma paz rápida

Contudo, quando os mediadores começaram a elaborar uma proposta de síntese, a Renamo retirou a sua proposta inicial e apresentou um novo documento que foi liminarmente rejeitado pelos representantes de Maputo. O facto aconteceu durante a visita de Afonso Dhlakama a Lisboa e obrigou os mediadores a suspender as conversações até a chegada do líder da Renamo a Roma, para pedir-lhe esclarecimentos acerca da inesperada mudança de atitude da sua organização, que, contrariando os acordos já estabelecidos, punha «totalmente em causa» a ordem vigente em Moçambique, alegando que o actual regime de Maputo nunca foi popularmente sufragado.

Fontes próximas da mediação e da delegação governamental admitiam tratar-se de uma «manobra táctica» destinada a realçar o empenho pessoal de Dhlakama no êxito das negociações de paz, criando um «incidente» que o líder da Renamo resolveria à sua chegada à capital italiana.

Seja qual for o motivo, o facto é que no início da semana a Renamo retirou o seu último documento e voltou a propor o anterior, permitindo a elaboração de uma síntese mais conciliadora, que foi rubricada na quarta-feira.

O protocolo assinado reconhece que o registo dos partidos políticos faz parte das competências do Governo, contra a vontade da Renamo de também participar no processo, com dois delegados no Ministério da Justiça, enquanto Maputo se compromete a alterar a legislação já aprovada pela Assembleia da República em pelo menos dois aspectos: em vez de mil e cem assinaturas, as formações partidárias deverão fazer acompanhar o pedido de legalização de assinaturas de dois mil eleitores devidamente identificados mas deixa de ser necessário reunir um mínimo de cem proponentes em cada província.

T.V.M. e N.G.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17 DE NOVEMBRO DE 1991

Moçambique e Portugal assinam cooperação

A FORMAÇÃO e a administração na área desportiva constituem dois os principais temas do acordo bilateral de cooperação, a vigorar no biénio 1992-93, entre Portugal e Moçambique, recentemente assinado em Lisboa.

Conforme disse o secretário de Estado adjunto do ministro da Educação, José Briosa e Gala, o protocolo agora firmado traduz-se «num intercâmbio muito grande entre Portugal e Moçambique em termos desportivos».

O representante do Governo português salientou também que estão expressamente previstas «acções concretas em matéria de desporto para deficientes, estágios, equipamentos e documentação, desenvolvimento nos escalões juvenis e medicina desportiva».

Em termos práticos, este acordo surge como prolongamento do entendimento e colaboração recíproca que vem marcando a cooperação entre os dois Estados, tanto em termos bilaterais como multilateralmente, conforme, por exemplo, as conclusões da Conferência dos ministros-responsáveis pelo desporto nos países de expressão oficial portuguesa.

Afonso Dhlakama ao EXPRESSO

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE NOVEMBRO DE 1991

«Serviços secretos portugueses colaboraram com a Renamo»

EXPRESSO — Quais são os pontos que faltam para um acordo entre a Renamo e a Frelimo, no âmbito das negociações de paz?

AFONSO DHLAKAMA — Faltam muitos: a lei dos partidos, a lei eleitoral, a segurança para todas as organizações, o sistema de voto, a supervisão das Nações Unidas...

EXP. — E há condições para se poder negociar tudo isso até ao fim do ano?

A.D. — As negociações são difíceis. São quinze anos de separação e de guerra. Compreendemos que a Frelimo esteja a atravessar um momento de transição. Nesse quadro, torna-se necessário desmontar a máquina que protege um único partido e aceitar o princípio de que as outras forças políticas têm que operar em Moçambique em pé de igualdade.

EXP. — Acha que os princípios que foram acordados entre a UNITA e o MPLA seriam aplicáveis em Moçambique?

A.D. — Alguns deles seriam um bom modelo.

EXP. — A Renamo tem insistido muito para que Portugal tenha um papel mais interveniente nas negociações. Duvida da eficácia da moderação italiana?

A.D. — Penso que a intervenção portuguesa nas negociações pode reforçar a capacidade da mediação italiana. Não quero dizer que tenhamos falta de confiança nos italianos mas, em face do conhecimento que Portugal teve e tem de Moçambique, pode ser muito útil.

EXP. — Poderá caber a Portugal um papel mais interveniente?

A.D. — Penso que sim.

EXP. — Foi disso que lhe falaram Cavaco Silva e Durão Barroso?

A.D. — Vim aqui precisamente para pedir isso e aceitaram. Garantiram-me que o poderão fazer se o governo da Frelimo vier a concordar. Também me disseram que não querem que a Itália se sinta incomodada com tal situação. Vou a Roma discutir o assunto com os italianos.

EXP. — É seu objectivo transferir as negociações para Lisboa?

A.D. — Não.

EXP. — Nunca se encontrou com o Presidente Chissano?

A.D. — Gostaria de me encontrar com ele.

EXP. — Vários relatórios internacionais afirmam que a Renamo fez massacres em Moçambique. A própria embaixadora americana o afirmou, bem como a Cruz Vermelha...

A.D. — Nunca tivemos o apoio da América. Um jornalista norte-americano, enviado à região pelo próprio Departamento de Estado, contou que os refugiados no Malawi e no Zimbabwe lhe haviam dito que as populações acusavam a Renamo de ter morto mais de 100 mil pessoas em Moçambique. Como é que a população pode dizer isto? Será que houve um elemento da população nas operações com a Renamo a contar um, dois, três até chegar a mil, dez mil e cem mil pessoas?

EXP. — O EXPRESSO também esteve nos campos de refugiados do Malawi e da África do Sul e a informação recolhida foi a mesma: a Renamo fazia massacres, matava pessoas e incendiava autocarros.

A.D. — E que disseram acerca da Frelimo?

«A Renamo controla todos os seus soldados»

EXP. — Sobre isso já falámos com o Presidente Chissano, da Renamo perguntamos-lhe a si. Controla todos os soldados da Renamo? É capaz de responder por eles?

A.D. — Os refugiados são instruídos para dizer: «Nós fugimos dos bandidos armados». No futuro veremos quem matou e quem não matou. Agora, quanto à sua pergunta, a Renamo controla todos os seus soldados. Como prova disso, digo-lhe que em 1989, sentindo problemas na região — porque todos os países têm acesso ao mar através do meu país —, dei ordens às minhas tropas para que não atacassem o corredor de Nacala.

EXP. — E fez um acordo com o Malawi?

A.D. — Não houve nenhum acordo formal.

EXP. — Em Marracuene falámos com presos da Frelimo, que tinham sido presos por lutarem contra a Renamo. Disseram-nos que tinham sido raptados pelas suas tropas, drogados e obrigados a andar convosco.

A.D. — Não estou aqui para pintar a minha cara. Há pessoas em Maputo que nunca foram da Renamo, alguns são até miúdos de dez anos, instruídos pela SNASP para darem essas respostas a jornalistas.

EXP. — Fala como se o Estado moçambicano fosse muito organizado...

A.D. — Você, que é jornalista, está totalmente perdido. Se conhecesse as manobras dos marxistas, como eles são bons nos meios de comunicação a fazer desinformação, perceberia melhor tudo isto. Sabe que vieram elementos da Alemanha de Leste, norte-coreanos, treinar pessoas para a desinformação? Sabe que vieram preparar pessoas para dizerem à imprensa: «Eu era da Renamo, a Renamo levou-me, matou o meu pai»? Conheço essas histórias todas.

«Os massacres surgem com Chissano»

EXP. — Mas a verdade é que os massacres existem. Se não é a Renamo que os faz, então quem é que os pratica?

A.D. — São massacres organizados. Aliás, o exército português fez o mesmo. Fui um dos comandantes activos da Frelimo contra o exército português. Em Cabo Delgado havia grupos especiais que faziam operações contra as populações para acusarem os «turras».

EXP. — Os massacres são portanto organizados pela Frelimo? Não admite que haja companhias da Frelimo e da Renamo sem comando?

A.D. — Se admitisse isso estaria a enganar-me como moçambicano e como líder. Acredite na minha palavra: os massacres só aparecem com Chissano, em 1987. É tudo organizado. Foi Chissano que combinou com Mugabe.

EXP. — Quem é que vende as AK-47 na fronteira da África do Sul?

A.D. — É a Frelimo. O Presidente Chissano sabe disso muito bem.

EXP. — E quem é que ataca os carros no corredor da Namacha? É também a Frelimo? E no corredor de Ressano Garcia?

A.D. — A guerra é a guerra. A Renamo dispara e eles disparam. Não há cessar-fogo naqueles corredores.

EXP. — A Renamo ataca as colunas militares, mesmo que sejam só colunas de abastecimentos?

A.D. — O que quer dizer com uma coluna de abastecimentos?

EXP. — As que levam mantimentos, por exemplo.

A.D. — Para onde?

EXP. — Para Inhambane. Fizemos uma dessas colunas.

A.D. — Os senhores sabem exactamente o que é a guerra?

EXP. — Certamente, e por isso não dizemos, como a Renamo, que os vossos soldados são imortais e que até resistem às balas da Frelimo...

A.D. — Não temos feiticeiros. Quem tem feiticeiros é a Frelimo.

EXP. — Mas a Frelimo tem medo dos vossos feiticeiros. Nós vimos isso. Deixam as armas no chão e fogem...

A.D. — Isso é propaganda...

EXP. — Mas estive-

EXPRESSO, SÁBADO 16 DE NOVEMBRO DE 1991

mos com oficiais da Frelimo que tinham medo dos feiticeiros da Renamo.

A.D. — Não há feiticeiros. Todos sabem que a Frelimo organizou os feiticeiros que se dispunham a acabar com a Renamo. Chissano contratou um tal Manuel António que diz que é imune às balas. Coitados! Atacam e caem que se fartam.

EXP. — Não acha que será muito difícil convencer as pessoas de que a Renamo tem um exército apenas de soldados românticos, bons samaritanos, incapazes de cometerem atrocidades e barbaridades?

A.D. — Francamente, não estou aqui para me defender, porque não interessa. O futuro dirá que não matámos civis.

EXP. — Quer, portanto, deixar a ideia de que a Renamo é o único movimento na história dos movimentos de guerrilha e de levantamento dos povos que nunca matou civis? Quer dizer que numa guerra de guerrilha, onde não há ética nem regras, a Renamo se comporta exemplarmente?

A.D. — Nós temos regras. Não estou a dizer que não possa haver um acidente. O que nego é que a Renamo planeie, que vá a uma vila para atacar e matar. Isso não acontece.

«Tivemos apoio da Rodésia»

EXP. — É verdade ou não que a Renamo foi formada com o apoio dos serviços secretos rodesianos de Ian Smith?

A.D. — Não é nada disso. É tudo mentira.

EXP. — André Matsangaissa foi o primeiro presidente da Renamo, não foi?

A.D. — Foi.

EXP. — Ele começou através de bases na antiga Rodésia.

A.D. — Não. André vivia comigo na Beira. Éramos todos comandantes.

EXP. — Estiveram os dois presos, inclusivamente...

A.D. — Não houve ninguém preso nessa história. Nunca fui preso. Isso é tudo mentira. São histórias fabricadas. É a mesma coisa que hoje dizerem que nós matámos civis. Não têm provas.

EXP. — Não conheceu Ken Flower, o chefe da CIO, os serviços secretos da Rodésia? Ele conta como ajudou a criar a Renamo.

A.D. — Não o conheço, nem ouvi falar dele.

EXP. — Isso também é demais!

A.D. — Não estou a desmentir. É verdade que tivemos o apoio militar da Rodésia, porque formar é uma coisa, e apoiar é outra, totalmente diferente.

EXP. — Tiveram lá um posto de rádio. A Voz da África Livre não era na Rodésia?

A.D. — Tudo isso é verdade. A Renamo teve o apoio da Rodésia e esse apoio foi determinante até 1980.

EXP. — Quando Mugabe subiu ao poder?

A.D. — Sim. E tivemos também um pouco de apoio da África do Sul. Recebemos armas, rádios, medicamentos e fardas.

Ajuda dos serviços secretos portugueses

EXP. — Neste momento quem os apoia?

A.D. — Ninguém nos apoia.

EXP. — Nem os serviços de informação militares portugueses?

A.D. — Não.

EXP. — Não?! Os serviços de informação militares portugueses não vos apoiam?

A.D. — O quê? Com armas?

EXP. — Não dizemos com armas, falamos de apoio logístico.

A.D. — Não nos apoiam em nada.

EXP. — Dizem, inclusivamente, que a Renamo está nas mãos deste departamento.

A.D. — Não, não é nada disso.

EXP. — Diz-se que a Renamo só tinha contactos desta natureza em Portugal.

A.D. — Nós temos muitos amigos aqui.

EXP. — Então por que razão é que sempre que vinham a Portugal o faziam através dos serviços de informação militares?

A.D. — Nós entrávamos aqui com o conhecimento do Governo. O Governo não queria dar publicidade ao assunto para não destruir relações com Maputo. De facto, entrávamos com a ajuda dos serviços secretos.

EXP. — O Quénia não vos apoia?

A.D. — O Quénia, sim.

EXP. — E o Malawi?

A.D. — Com certeza que passamos pelo Malawi. Tinha que haver um país por onde pudéssemos sair, caso contrário as negociações seriam feitas na Gorongosa.

Henrique Monteiro e José Manuel Saraiva

15.11.1991 O JORNAL

Acordo Frelimo-Renamo

Delegações do governo de Moçambique assinaram, na última quarta-feira, em Roma, o 2º potocolo sobre critérios e modalidades para a formação e reconhecimento dos partidos políticos. O acordo constitui um progresso sensível nas difíceis negociações entre as duas partes. As conversações vão ser interrompidas durante cerca de três semanas, devendo ser retomadas por volta de 10 de Dezembro, para, entre outros pontos, debater a lei eleitoral.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17 DE NOVEMBRO DE 1991

Presidente Chissano acredita ser irreversível o processo de paz

O PRESIDENTE de Moçambique, Joaquim Chissano, afirmou ontem, na cidade de Pemba, estar confiante de que «os caminhos para a paz estão abertos e que já não há recuo possível» nas negociações. O Chefe de Estado, que se encontra em visita de trabalho ao Norte do país, congratulou-se perante centenas de populares que o saudavam no aeroporto da referida cidade pelo anúncio de «paz antes do Natal» feito recentemente em Lisboa pelo líder da Renamo, Afonso Dlakhama. Joaquim Chissano, em tom coloquial, perguntou à multidão se estava disposta a receber bem os elementos da Renamo após a assinatura do acordo de paz, tendo obtido um «sim» como resposta.

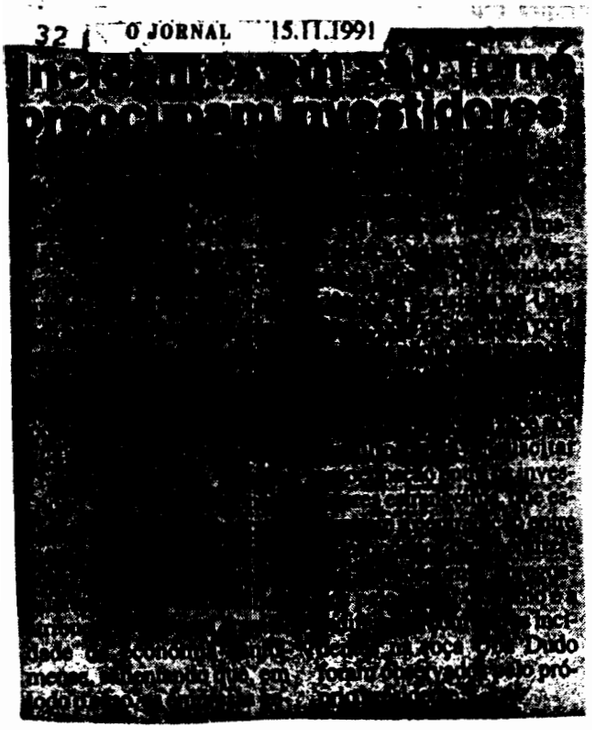
PÚBLICO 14 NOVEMBRO 1991

ACORDO DE PAZ EM MOÇAMBIQUE ANTES DO NATAL — O Governo moçambicano e os rebeldes da Renamo assinaram ontem em Roma um acordo parcial que prevê o fim da guerra civil e o estabelecimento de uma lei dos partidos políticos que reconheça a Renamo. Os negociadores combinaram voltar a encontrar-se a 10 de Dezembro, esperando poder assinar um cessar-fogo antes do Natal. Nessa ronda de conversações de Dezembro deverá ser assinado um acordo formal sobre a lei eleitoral.

PÚBLICO 12 NOVEMBRO 1991

Papa evitou Dhlakama

O PAPA João Paulo II evitou ontem receber o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, tendo-o remetido para o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros do Vaticano, mons. Claudio Celli, apesar dos esforços dos clérigos que estão a servir de medianeiros nas conversações para a paz em Moçambique. Apesar de tudo, Dhlakama observou ter sido a primeira vez que o receberam oficialmente na Santa Sé: "Queria ver o Papa, mas isso não era agora o mais importante." Por outro lado, manifestou a esperança de que os Estados Unidos, Portugal e a França possam vir a ser observadores do cumprimento dos acordos de paz que vierem a ser assinados. ■



PÚBLICO 12 NOVEMBRO 1991

SOLIDARIEDADE COM S. TOMÉ — Maria Helena Trovoada, mulher do Presidente da República de São Tomé e Príncipe, apresentou, ontem, no Porto, a Fundação Solidariedade. A fundação, que pretende auxiliar os mais carenciados, especialmente as crianças e os idosos, tem também como objectivos a defesa do ambiente e do património e contribuir para o desenvolvimento e a consolidação da democracia. Com um mês de existência, a iniciativa tem já o apoio de algumas empresas nortenhas com interesses em São Tomé e de algumas personalidades como o governador civil do Porto, que ofereceu a recepção de ontem à tarde, na delegação da SEC. Na recepção Maria Helena Trovoada chamou a atenção para a difícil situação que atravessa o seu país e incitou ao investimento os "empresários nortenhos de espírito universalista". A esposa de Miguel Trovoada premanecerá no Porto até amanhã.

PÚBLICO 14 NOVEMBRO 1991

BNU, BTA e Geofinança em S. Tomé e Príncipe

TRÊS ENTIDADES portuguesas vão ficar com a maioria do capital no Banco Comercial de São Tomé e Príncipe, cuja criação foi ontem autorizada. A autorização do Governo deste país para a abertura da banca são-tomense a capitais estrangeiros coincide com a dissolução do Banco Nacional de São Tomé e Príncipe e com a criação de três novas entidades em sua substituição.

Estas alterações vão vigorar a partir de Janeiro e têm o apoio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. A partir do início de 1992, São Tomé passará a ter um banco central, um banco comercial internacional e uma caixa de crédito.

O banco central terá como principal função a de fiscalizar e emitir a moeda, o banco comercial internacional ocupar-se-á das transacções com o exterior e a caixa de crédito terá as funções de estimular e orientar a economia nacional para projectos de desenvolvimento económico e social.

O Banco Comercial de São Tomé e Príncipe terá capital misto, sendo 48 por cento do Governo são-tomense e 52 por cento dos bancos portugueses BNU e BTA e da Geofinança. As novas autoridades entendem que esta remodelação do sistema bancário poderá melhorar a qualidade dos serviços neste domínio e contribuir para o relançamento da economia do país. ■

JEUNE AFRIQUE N° 1596 – DU 31 JUILLET AU 6 AOÛT 1991

INTERVIEW

Cyril Ramaphosa

À 38 ans, le nouveau secrétaire général de l'ANC, qui s'est déjà distingué à la tête du puissant Syndicat national des mineurs (NUM), devra user de ses remarquables talents de négociateur pour affronter avec succès les combats politiques auxquels le mouvement antiapartheid va être confronté.

« Le suffrage universel ou rien ! »

Propos recueillis à Johannesburg par OLA BALOGUN

Jeune Afrique : Vous avez été élu secrétaire général de l'ANC. Quelles sont vos priorités ?

Cyril Ramaphosa : D'abord, approfondir ma connaissance des structures de notre organisation avec l'aide de ceux qui y travaillent déjà. Ensuite, en collaboration avec les autres cadres, m'appliquer à voir comment nous pouvons réussir à faire fonctionner l'ANC aussi efficacement que possible sur les plans administratif, organisationnel et politique. Nous devons faire de l'ANC un organisme dont toutes les composantes fonctionnent de manière optimale en vue d'atteindre nos objectifs stratégiques.

J.A. : Etes-vous marxiste ?

C.R. : J'ai déjà dit dans le passé que chercher à savoir si l'on est marxiste ou communiste, c'est, à mon avis, vouloir imposer des étiquettes aux gens. Je ne crois pas qu'il soit bon de juger les gens en leur collant des étiquettes, à l'époque actuelle. Il faut plutôt juger les gens sur ce qu'ils font, car c'est à partir de celà qu'on peut évaluer la qualité d'une personne. Nous assistons en ce moment à une campagne de provocations anticommunistes qui a atteint de telles proportions que les gens commencent à perdre de vue les questions qui méritent vraiment l'attention.

J.A. : Cela étant dit, il serait tout de même intéressant de connaître vos convictions idéologiques.

C.R. : Je crois que beaucoup de valeurs associées au marxisme peuvent être bénéfiques au peuple tout entier. Je suis convaincu que lorsque ces valeurs seront pleinement reconnues, nous pourrons commencer à nous orienter vers une amélioration de la vie de l'ensemble de la population.

J.A. : Etes-vous membre du Parti communiste sud-africain ?

C.R. : [Il rit, mais ne répond pas à la question].

J.A. : Avez-vous appartenu à ce parti dans le passé, et en êtes-vous actuellement membre ?

C.R. : Je ne vois pas en quoi cette question peut avoir de l'importance...

J.A. : Soit... Pensez-vous que la décision prise par l'ANC de ne pas se transformer en parti politique et de rester un mouvement de libération nationale puisse provoquer des problèmes juridiques pendant la période de transition vers des élections démocratiques en Afrique du Sud ?

C.R. : Je ne crois pas qu'il puisse y avoir de problèmes juridiques. L'ANC reste engagé dans une lutte contre l'apartheid. Par conséquent, il ne peut pas se transformer en formation politique pour le moment. Les partis politiques existent en vue des élections, mais en ce qui nous concerne nous ne sommes pas encore au point de pouvoir dire que nous sommes en présence d'un processus électoral. Quand sonnera l'heure des élections, il sera temps pour l'ANC de penser à se transformer en formation politique. Avant cela, nos préoccupations sont tout autres, car devenir un parti suppose qu'on puisse participer entièrement et en toute liberté à la vie politique de son pays.

Pour l'heure, notre peuple est toujours privé du droit de vote. Je ne vote pas. Nelson Mandela ne peut pas voter. Il serait donc prématuré pour l'ANC de se transformer en parti politique.

J.A. : Estimez-vous que l'ANC, une fois devenu formation politique, interdiction sera faite aux cadres du parti d'appartenir à d'autres mouvements politiques, tel que le Parti communiste sud-africain ?

C.R. : Je ne sais pas. Je ne suis pas en mesure d'anticiper sur la décision à prendre. Il faudra faire face à la question le moment venu.

J.A. : Estimez-vous qu'une telle décision serait souhaitable ?

C.R. : Cela fait de nombreuses années que nous sommes alliés au Parti communiste sud-africain, et je ne crois pas que notre alliance doive dépendre de la volonté d'autres gens. Quand viendra l'heure de mettre fin à nos liens, on le fera à l'issue de débats et de discussions entre les structures de l'ANC et celles du Parti communiste sud-africain.

J.A. : D'après vous, comment le processus de négociations entre l'ANC et le gouvernement va-t-il se dérouler ?

C.R. : Eh bien, la première étape consistera à éliminer les obstacles qui ont été identifiés dans la déclaration de Harare et dans celle des Nations unies, et à résoudre le problème de la violence. Une fois que ces questions auront été réglées, nous serons en mesure de dire que nous avons atteint le point où les négociations peuvent réellement commencer. A ce moment-là, l'heure de la table ronde des partis politiques aura sonné, et nous serons amenés à formuler les modalités en vue des négociations. Nos objectifs fondamentaux demeurent la mise en place d'un gouvernement de transition et l'élection d'une assemblée constituante, car nous sommes persuadés que seule l'assemblée constituante est habilitée à prendre la responsabilité d'écrire la Constitution du pays.

J.A. : La question du suffrage universel sera l'un des points à discuter à la table ronde des partis, et sera au centre des débats constitutionnels. Or pour élire une assemblée constituante, il faudra déjà avoir recours au suffrage universel.

C.R. : Il ne devrait pas y avoir de difficultés sur ce point, car l'abrogation de la loi sur la classification raciale veut pratiquement dire que, lors de la table ronde des partis politiques, nous allons pouvoir convenir que le suffrage universel existe en Afrique du Sud. Lorsque nous aurons pris la décision de mettre en place une assemblée constituante, il restera seulement à confirmer ce point et à permettre à la population de notre pays d'élire une telle assemblée.

J.A. : Et si le Parti national actuellement au pouvoir s'y oppose ?

C.R. : S'il s'y oppose nous serons obligés d'insister sur le fait que la seule chose qui n'est pas négociable est le principe du suffrage universel. Nous ne pouvons permettre de compromis à ce sujet. C'est le suffrage universel ou rien !

J.A. : Pensez-vous que le processus de négociation puisse dérailler si quelque chose arrivait au président De Klerk ?

C.R. : J'ai toutes les raisons de croire que les positions qui ont été adoptées par le Parti national sont largement partagées au sein de ce parti. A mon avis, contrairement à son prédécesseur, Botha, De Klerk est plutôt pour une direction collective, et non pour un *leadership* individuel...

J.A. : Pourtant certains prétendent que le cabinet est très divisé au sujet de l'évolution du pays.

C.R. : Si le président venait à mourir, les membres du parti seraient certainement obligés d'élire un nouveau dirigeant. Celui-ci, quel qu'il soit, aurait beaucoup de mal à changer le cours des réformes entreprises par De Klerk.

J.A. : Est-il vrai que l'ANC dispose de biens dont la valeur est estimée à 655 millions de rands (plus de 200 millions de dollars) ? Si oui, quelle proportion de cette somme est disponible en argent liquide ?

C.R. : Oui, il est vrai que les avoirs de l'ANC s'élèvent à environ 655 millions de rands, mais il s'agit en grande partie de biens immobiliers situés dans différentes parties du monde sous forme d'immeubles, de terrains, etc. La partie en argent liquide a été investie dans un certain nombre d'établissements financiers.

J.A. : Quelle est la proportion par rapport aux biens immobiliers ?

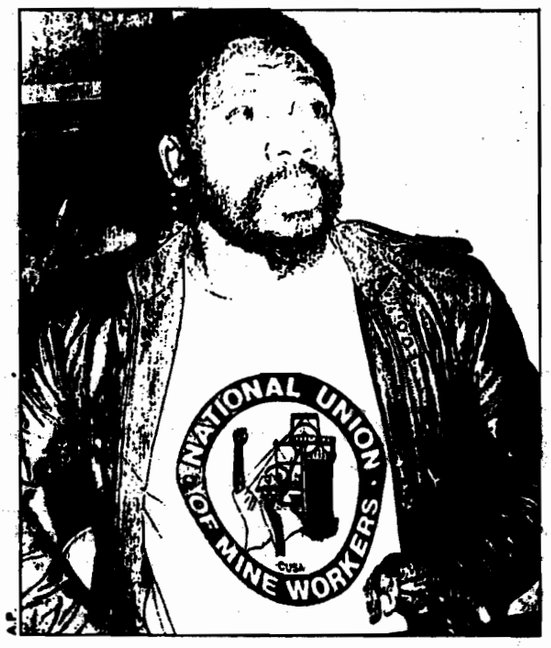
C.R. : Je ne sais pas.

J.A. : L'ANC a-t-il des dettes importantes ?

C.R. : Il y a des dettes, mais j'en ignore le montant.

J.A. : Dans quels pays africains êtes-vous allé et quelles sont vos impressions au sujet de l'évolution politique actuellement en cours dans le reste de l'Afrique ?

C.R. : Je me suis déjà rendu dans un certain nombre de pays, tels que l'Ethiopie, la Zambie, le Botswana, etc. Je pense que nous traversons actuellement une période passionnante, caractérisée par l'éveil politique des populations dans un certain nombre de pays africains : ces populations insistent auprès de leurs gouvernements pour qu'ils souscrivent à des valeurs universelles susceptibles de leur permettre d'avoir un niveau de vie satisfaisant. A notre avis, les appels au multipartisme et à la démocratie totale signifient que les gens veulent des dirigeants qui ont des comptes à rendre. On s'éloigne donc de la situation qui prévalait jusqu'ici, avec l'existence de régimes à parti unique qui ne pratiquaient pas beaucoup la démocratie, et on s'achemine vers des gouvernements du peuple par le peuple et pour le peuple... ●



AP

IL EST PRÉMATURÉ POUR L'ANC DE SE TRANSFORMER EN PARTI POLITIQUE.

"Mas que porcaria de pergunta"

Do nosso enviado
Jorge Heitor,
em Bruxelas

O presidente do Inkatha Freedom Party e primeiro-ministro da Bantustão do Kwazulu é um homem zangado. Reage mal às perguntas que considera menos respeitosas. Está em Bruxelas a convite do Partido Popular Europeu. Diz que tem muitos amigos na democracia cristã de vários países europeus, pois que é cristão e crê na democracia. E dá-se "muito bem com os sociais-democratas do professor Cavaco Silva".

KEVIN LARKIN AFP

A África do Sul "será o motor da África Central e Austral"

Mangosuthu Buthelezi, um homem de 63 anos que aparenta ser mais jovem, declarou ao PÚBLICO estar muito optimista quanto ao futuro da África do Sul, onde negros e brancos "necessitam uns dos outros e devem constituir um exemplo para toda a África".

Por outro lado, entrevistado na capital belga, onde foi o convidado principal num debate organizado pelo Partido Popular Europeu, manifestou-se de pé atrás com a comunicação social, que suspeita não ser isenta e ter preconceitos a seu respeito.

Depois de um primeiro assentimento em nos conceder uma entrevista, o controverso político tentou por mais de uma vez fugir ao combinado, só tendo sido possível chegar à fala, depois de algumas peripécias, seis horas depois, num pequeno gabinete em que estava acompanhado por uma série de pessoas, algumas das quais com ar de guarda-costas.

PÚBLICO — Considera-se em primeiro lugar um zulu ou um sul-africano?

MANGOSUTHU BUTHELEZI — Mas que porcaria de pergunta [rubbish]. Nós não vimos para a Europa com esse género de conversa, mas vocês têm sempre de enveredar por esse campo.

P. — Irá o Kwazulu perder a sua autonomia, na futura África do Sul?

R. — Um jornalista bem informado, de um grande jornal, deveria conhecer as decisões da Indaba (Assembleia) do Kwazulu/Natal e as conclusões da comissão Buthelezi. Queremos que a região Kwazulu/Natal fique intacta.

P. — Entende que o seu partido ainda tem um papel importante a desempenhar (depois do escândalo que o envolveu)?

R. — Não acreditamos que surja um partido dominante. Vamos ter uma democracia multipartidária e todos serão importantes.

P. — Mas há sondagens que dão o ANC como maioritário...

R. — As sondagens são para quem acredita nelas. Que tenha muita sorte.

P. — Dizem alguns analistas que o Inkatha poderá aliar-se com o Partido Nacional, do Presidente De Klerk.

R. — São profetas. Não me conhecem. Não haverá qualquer coligação. Isso é propaganda do ANC.

P. — Fala-se também da possibilidade de uma presidência colectiva, rotativa.

R. — Não concordo. Não vejo como isso possa funcionar.

"Bullshit"

P. — Dentro de quanto tempo haverá a nova Constituição?

R. — Vamos reunir-nos no fim do mês, em conferência multipartidária, para começar a tratar da nova Constituição, mas não é possível dizer quanto tempo demorará até conseguirmos, se um, dois, ou mais anos.

P. — Os cidadãos de origem europeia terão um lugar assegurado no futuro do país?

R. — Os afrikanders não têm outra pátria para onde se retirarem. Todos são sul-africanos, independentemente da sua cor.

P. — Não me referia só aos afrikanders, mas também a outras grandes comunidades de origem europeia, como a portuguesa e a grega?

R. — Contamos com o contributo dos brancos. Necessitamos uns dos outros.

P. — Encara a África do Sul como um futuro exemplo para o resto do continente?

R. — Acabado o racismo, temos um dos melhores sistemas jurídicos e educacionais de toda a África. Temos bons sistemas de comunicações rodoviárias e ferroviárias de fazer inveja ao resto do continente. Vamos ser o motor do desenvolvimento da África Central e Austral.

P. — Quanto à sua própria credibilidade, não foi afectada pelas notícias de que o Inkatha era um partido subsidiado pelo Governo sul-africano?

R. — Bullshit [merda]. Duzentos e cinquenta mil randes dados a um adjunto, sem conhecimento do chefe do partido. E os milhões que o KGB deu ao ANC? Porque não se pergunta isso aos outros? Fazem um jornalismo que é uma autêntica prostituição.

P. — No relacionamento externo, dá-se melhor com partidos liberais ou com democratas-cristãos?

R. — Dou-me muito bem com os sociais democratas do professor Cavaco Silva, por exemplo. Mas também tenho muitos amigos no Partido Popular Europeu, a convite do qual vim agora a Bruxelas. Sou recebido por chefes de Estado tanto em Itália como na América. Sou cristão, creio na democracia. Relaciono-me com qualquer partido, sem tomar posições, sou amigo de Kaunda, Obasanjo, Babangida, Nyerere...

P. — Admite que algum dia venha a ser Presidente da África do Sul?

R. — Nunca pensei nisso. ■

South Africa

Seam of blood

FROM OUR SOUTH AFRICA CORRESPONDENT

THE gold mines of South Africa have been generating violence as well as wealth for over a century. In 1946, in a notorious massacre, police killed a dozen workers during a black miners' strike. A study for the International Labour Organisation recorded 141 outbreaks of fighting in 1974-86, resulting in the death of at least 330 miners. But the killing of 76 men in the seven days that followed November 3rd, at the President Steyn gold mine near Welkom in the Orange Free State, was a bloodbath with thankfully few precedents.

Black miners fought one another over a period of a week, clashing murderously three times with branches torn from trees, concrete slabs clawed from the walls and iron pipes ripped from beds and showers. The company ordered the mine closed on November 11th. The precise course of events is disputed by the mine's owners, Anglo American Corporation, and the National Union of Mineworkers. But the immediate cause lay in a two-day general strike against the introduction of value-added tax.

Anglo American accuses the strikers of attacking miners who refused to stay away from work. The union accuses "team leaders", alias "boss boys", of attacking strikers. The company, sure of its case, has referred the episode to the commission on violence and intimidation that was set up in September as part of a much-ballyhooed "peace accord" between the African National Congress and the white government.

Whoever lit the flame, tribalism was the fuel. Most of the miners who supported the two-day strike were Xhosas. Most of those who opposed it were Sothos, many of them migrant workers from neighbouring Lesotho. As foreigners, these miners were less affected by the tax at which the strike was aimed. They may not have relished the loss of two days' pay and would certainly have worried about the danger of being sent home, or dropped from the next hiring round, in punishment for striking.

Of the roughly 400,000 black miners in mines affiliated to the Chamber of Mines, a quarter are Sothos (though by no means all are nationals of Lesotho). With a reputation as good workers, many end up as team leaders, which inclines them to co-operate with the white bosses, makes them a target of envy, and sometimes earns them the epithet *izimpimpi* (informers).

Among the casualties at President Steyn were at least two men not employed there. This, says the union, suggests once again that a sinister "third force", linked to the police and army, deliberately provokes South Africa's black-on-black violence. That may be. But the participation of outsiders, on its own, is hardly conclusive evidence.

The tribal rivalries in the mine compounds, where thousands of migrant workers live in spartan conditions, are dispiritingly real. When tribal warfare breaks out in a mine, each side calls in reinforcements. In a battle between Xhosas and Sothos, the Xhosas seek support from the "comrades" of the Xhosa-dominated ANC; and the Sothos turn to their own hard men, the blanketed warriors known, and feared, by the name of "Russians".

THE ECONOMIST NOVEMBER 16TH 1991

África do Sul

O JORNAL 15.11.1991

As minas da ira

A Anglo American enviou metade dos mineiros para casa e De Klerk faz séria advertência

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

A ESCASSOS dias do início da primeira Conferência Multipartidária, cuja realização foi confirmada esta semana, o presidente sul-africano, De Klerk, avisou que tomaria «medidas apropriadas» contra a violência caso fracassasse o Acordo Nacional de Paz, recentemente assinado por todos os partidos e organizações políticas.

A violência entre grupos étnicos rivais, despertada por ocasião dos dois dias de greve geral, na mina de ouro Presidente Steyn, ceifou já 70 vidas. A administração da empresa Anglo American suspendeu, esta semana, o trabalho de metade dos cinco mil mineiros, enviando-os para casa, na expectativa de que a situação regresse à normalidade.

Intervindo no Congresso do Partido Nacionalista, no Transvaal, Frederik de Klerk reafirmou que «a única solução para o país é a partilha do poder» e não a sua tansferência para o ANC.

«Aqueles que têm a percepção de que o ANC e seus aliados terão, num futuro mais ou menos breve, o controlo do país, estão redondamente enganados e esquecem a existência dos nacionalistas», acrescentou.

De Klerk aludiu à possibilidade e necessidade de se tomar «sérias medidas» para combater a violência.

Sugerindo, aparentemente, uma maior acção ofensiva das forças de segurança, o presidente considerou que essas medidas não seriam a melhor opção para o país porque teriam «sérias implicações no complexo processo de negociações, ainda em curso».

Num enérgico ataque ao ANC, De Klerk sustentou que «o auxílio financeiro ao Congresso Nacional Africano está a diminuir drasticamente», sublinhando que «o movimento do senhor Nelson Mandela está desorganizado e perde apoio interno e externo, em consequência da sua falta de acção para contribuir para o fim da violência».

Entretanto, o ANC criticou a «forma unilateral» como o governo decidiu criar uma unidade especial, constituída por 17 500 polícias, para combater a violência política.

No discurso que proferiu no Transvaal, Frederik de Klerk considerou que o ANC «continua, sem dúvida, a ter um importante papel a desempenhar numa nova África do Sul», «desde que os seus líderes mais moderados ganhem realmente a aposta e não se deixem ultrapassar por claras influências».

«A verdade é que o Partido Comunista continua bem agarrado ao ANC como um parasita, e está a minar a sua reputação. Jay Naidoo (sindicalista que conseguiu paralisar o país durante os dois dias da greve nacional) está a conduzir o ANC com um cabresto e a envolvê-lo em acções seriamente prejudiciais para a África do Sul», alegou o presidente.

A data da Conferência Multipartidária, importante iniciativa para definir o futuro da África do Sul, deverá ser marcada numa reunião, prevista para hoje, entre as autoridades de Pretória e a Frente Patriótica, agrupamento onde o ANC tem assento. A conferência poderá iniciar-se, provavelmente, no próximo dia 29. Nela não participam nem a direita branca (Partido Conservador) nem uma parcela da esquerda negra, especialmente a Azapo.

PÚBLICO 14 NOVEMBRO 1991

Brancos e negros vão negociar

AS NEGOCIAÇÕES constitucionais entre a minoria branca e a maioria negra na África do Sul começarão a 29 de Novembro, com uma reunião alargada de dois dias em Joanesburgo. Numa segunda fase desta "Conferência para o Futuro Democrático", as negociações prosseguirão por comissões. O presidente do Congresso nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, confirmou entretanto que "a conferência multipartidária" estava prevista para 29 e 30 de Novembro e que o ANC estava "pronto para se sentar à mesa da conferência com quem quer que seja que deseje contribuir positivamente para o êxito da conferência". ■

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 13 NOVEMBRO 1991

Alemães retomam compras a Pretória

UM DOS PRINCIPAIS importadores alemães de carvão sul-africano, admitiu ontem ter retomado a compra do minério a Pretória, num montante superior a meio milhão de toneladas, revelaram fontes financeiras em Joanesburgo. A Stadtwerke Bremen, central eléctrica alemã cancelou a compra de carvão sul-africano na década de oitenta, em *cumprimento* das sanções internacionais. ■

PÚBLICO 12 NOVEMBRO 1991

Sangue na África do Sul

SETENTA mineiros, pelo menos, foram mortos em oito dias numa mina de oiro sul-africana, na sequência de confrontos entre partidários e adversários de uma greve geral nacional convocada no dia 3 deste mês pelos sindicatos afectos ao ANC. Vinte e dois daqueles mineiros foram assassinados na sexta-feira última, enquanto dormiam, por assaltantes vindos do interior da mina e munidos de facas, de paus e de tubos de aço. O caso deu-se em Welkom, 280 quilómetros a sul de Joanesburgo.

De Klerk exorta ANC a controlar adeptos

Jornal de Angola

19 DE NOVEMBRO DE 1991

JOANESBURGO — O Presidente sul-africano, Freder-de-Klerk, exortou domingo o Congresso Nacional Africano, ANC, a parar de responsabilizar o Governo nas acções de violência e a controlar os seus adeptos nestes confrontos.

De Klerk, que falava no regresso de visitas a Israel, Oma, Taiwan e Maurícias, assegurou que o executivo está a fazer "tudo o humanamente possível" para manter a lei e a ordem na África do Sul e não existirem dúvidas que a violência está relacionada com o posicionamento de blocos de poder entre os negros.

Neste contexto, apontou a existência de "análises científicas comprovativas do ANC como "denominador comum" na corrente violência entre fações negras.

O Presidente sul-africano considerou que o executivo e o ANC mantém "um bom relacionamento" na negociação das regras do jogo" apesar de terem agora entrado numa fase que cada parte expressa diferentes pontos de vista políticos.

"No entanto" — prosseguiu — "a menos que o ANC encontre uma nova linha de política económica e certos aspectos importantes de política constituicional somos opsitores naturais porque não partilhamos as mesmas políticas".

Referindo-se a anunciada conferência multipartidária, avançada por Nelson Mandela como agendada para 29 de Novembro, De Klerk moderou expectativas de um avanço imediato, apesar de assegurar o empenho do Governo na concretização do encontro, "tão cedo quanto possível".

Neste contexto, manifestou esperança em que a conferência multipartidária arranque ainda "este ano" em data ainda sob discussão.

Antes considerar que o "anúncio prematuro" de Mandela "complicou o assunto".

De Klerk sustentou que o Governo está a desempenhar um papel construtivo na resolução dos problemas logísticos levantados pela conferência, onde aguarda seja obtido um consenso sobre a nova Constituição.

Reiterou entretanto a firmeza do Governo em "certos requerimentos

F. De Klerk quer ponderação do ANC

mínimos" para o novo ducumento, nomeadamente a garantia de que uma maioria não disporá de poderes totais sobre a gestão do país.

"Não estamos preparados a abdicar do poder para permitir que o ANC ou qualquer outra força possam fazer o seu uso incorrecto e suprimir as minorias", sublinhou o Presidente sul-africano, garantindo que Pretória não aceitará um sistema do tipo Marxista ou Socialista.

"Estou confiante em que obteremos um consenso alargado durante as negociações", vaticinou. "Então nós, enquanto Governo, implementaremos e reger-nos-emos pela nova constituição".

Referindo-se a uma controvérsia levantada a nível interno do seu partido — O Partido Nacional — De Klerk sustentou que o processo de reformas em recurso são uma "consequência lógica" das iniciativas tomadas pelo seu antecessor, Pieter Botha.

Garantiu, neste domínio, estar a fazer o que considera correcto para a África do Sul e não estar a escudar-se no seu antecessor para justificar as suas acções.

Entretanto o Governo do Ciskei concordou domingo levantar o estado de emergência, decretado há 17 dias, na sequência de conversações entre o Presidente, Oupa Gqozo, e o líder do Congresso Nacional Africano, Nelson Mandela.

Um comunicado conjunto divulgado no termo do encontro referiu que o executivo do Ciskei comprometeu retirar-se na "guerra de palavras" recentemente "incendiada com o ANC, abstendo-se as partes de fazer novas declarações públicas uma sobre a outra e a trabalharem em conjunto na pacificação da região.

Apesar de ter decidido manter as acções de massas lançadas pelo ANC neste território autónomo, Mandela Garantiu fazer tudo ao seu alcance para evitar a confrontação e violência, enquanto Gqozo reconheceu o direito de manifestação deste movimento desde que conduzido de forma legal.

Um porta-voz do Conselho de Estado do Ciskei afirmou entretanto não ter sido tomada qualquer decisão sobre as cerca de 400 pessoas ainda detidas ao abrigo do estado de emergência levantado.

... E promete desmantelar apartheid

JOANESBURGO — O Presidente sul-africano afirmou que fixou um prazo de dois anos para desmantelar o "apartheid" na África do Sul e manifestou-se disposto a iniciar conversações com os grupos negros sobre a nova Constituição.

Frederick de Klerk não anunciou a data para o início das conversações, embora o líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela, tenha dito anteriormente que estas terão início em 29 de Novembro.

O Presidente sul-africano, que falava domingo no regresso ao país depois de uma visita a Israel, Taiwan e Ilhas Maurícias, anunciou também a realização de um referendo para aprovar algumas emendas a actual Constituição.

Apesar de se manifestar disposto a iniciar em breve as negociações sobre a nova Constituição, De Klerk afirmou que "há ainda detalhes a acertar" e reiterou que se opõe a uma Constituição em que "o vencedor ganhe tudo".

"Não estamos preparados para abdicar do poder para vermos o ANC ou qualquer outro a utilizá-lo mal e a suprimir as minorias", disse De Klerk aos jornalistas no aeroporto.

Multipartidarismo põe fim ao reinado de Kenneth Kaunda

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 17 DE NOVEMBRO DE 1991

Jean-Claude Pomonti

Kenneth Kaunda, após ter levado a Zâmbia à independência e governado durante 27 anos, teve de deixar o Poder face aos resultados eleitorais.

«GIGANTE GENTIL» da África austral — apelido que lhe advém da sua alta estatura e aparente bonomia —, Kenneth Kaunda consagrou uma boa parte da sua existência à procura laboriosa e muitas vezes infeliz de um *modus vivendi* com o «poder branco» instalado no Sul do Zambeze.

Com um discurso generoso e muitas vezes confuso, tentou tudo para impedir uma conflagração generalizada na região ao avaliar melhor, com a passagem dos anos, a fragilidade dos seus esforços e, possivelmente também, o declínio da sua influência pessoal ligada aos resultados cada vez mais medíocres da sua política interna.

Nascido, em Abril de 1924, em Lubawa, no Norte da Zâmbia, Kaunda é o oitavo filho de um pastor presbiteriano do Malawi enviado para região em 1904. O Inesperado — tal é o nome desta criança vinda tardiamente — fez ali os seus estudos primários e os secundários em Lusaca. Regressa a Lubawa em 1934, como professor, depois é assistente numa das minas da «cintura de cobre» zambiana, e por fim agricultor.

É através de uma associação local de agricultores que ele se lança com sucesso na política e se torna, desde 1953, secretário-geral do Congresso Nacional Africano (ANC, ala da Rodésia do Norte, nome da actual Zâmbia antes da independência).

Em 1955 é detido durante dois meses por posse de literatura proibida, três anos depois rompe com o ANC para formar o Congresso Nacional da Zâmbia, proibido em 1959. Kaunda passa então nove meses na prisão e, após a sua libertação, assume a chefia de uma nova força, o Partido Unificado para Independência Nacional (UNIP). Eleito deputado ao Conselho legislativo em 1962, ganha com o UNIP as eleições e torna-se, a 22 de Janeiro de 1964, o mais jovem primeiro-ministro da Commonwealth.

É como primeiro-ministro que, em Maio de 1964, negoceia em Londres a independência da Rodésia do Norte e, logo que é proclamada a República da Zâmbia, a 24 de Outubro do mesmo ano, torna-se o seu primeiro Presidente. Será reeleito todos os cinco anos para a chefia do Estado, não sem ter ultrapassado várias crises internas e colocado o país, em Dezembro de 1972, sob o regime de partido único.

Em Janeiro de 1976, declara a Zâmbia «em guerra» ao impor um estado de emergência velho de 11 anos e poucas vezes esquecido. O Estado deixa de extrair rendimentos suficientes do cobre, que, dois anos antes, asseguravam metade das suas receitas. O regime enfrenta então pressões de um «*lobby* sul-africano» favorável ao restabelecimento oficial das relações comerciais com a Rodésia (futuro Zimbabwe) e a República Sul-Africana. Kaunda encontra-se num impasse: nem a economia nem a sociedade pós-coloniais da Zâmbia parecem dispostas aos necessários reajustamentos. Doze anos após a independência, o país faz ainda lembrar demasiado a antiga Rodésia do Norte ...

Uma encruzilhada importante

A «zambianização», como a defendia o chefe de Estado, não consegue ser um sucesso. A exploração do cobre permanece nas mãos dos quadros europeus de sociedades multinacionais.

Em Lusaca, o estilo de vida não se modificou muito desde a época colonial: cada um continua a viver à sua maneira, o Europeu à beira da sua piscina, o Indiano no seu armazém e o Africano no seu lugar habitual, enquanto as condições de segurança se degradam nitidamente. Para alimentar os cerca de cinco milhões de cidadãos, o Governo recorre cada vez mais a importações da África do Sul. Desde a independência, a superfície das terras cultivadas diminuiu.

Ao invés, no plano regional, a capital zambiana tornou-se uma importante encruzilhada e o Presidente Kaunda participa em todas as negociações sobre o futuro da África austral. Em Janeiro de 1973, toma a corajosa decisão de fechar a fronteira com a Rodésia de Smith, o que priva a Zâmbia da sua principal via de exportação de cobre. No fim de 1974, quando Vorster lança a política de «desanuviamento» com a África negra, que foi mal sucedida, Kaunda evoca, bastante imprudentemente, a «voz da razão» e irá ao ponto de se encontrar, a 25 de Agosto de 1975, por ocasião de uma conferência sem futuro sobre o problema rodesiano, com o primeiro-ministro sul-africano, gesto que renovará sete anos mais tarde, em Maio de 1982, sem qualquer sucesso, com Botha, sucessor de Vorster.

Entretanto, os rodeios de «KK» — todos os Africanos o chamam assim — não lhe trouxeram amigos.

Durante o conflito angolano, Kaunda tomou o partido da UNITA de Jonas Savimbi contra o MPLA de Agostinho Neto. É pela Zâmbia que passa uma parte do material de guerra da UNITA. «KK» seria um dos chefes de Estado da África negra a exigir uma intervenção armada da África do Sul contra as tropas cubanas.

Se Kaunda deu por vezes a impressão de estar entre dois fogos, ou de ter sido ultrapassado pelo ciclone que varreu a África austral no seguimento da descolonização portuguesa, isso deve-se talvez ao facto de nunca ter renunciado ao sonho de ver o «poder branco» modificar-se ao ponto de lhe permitir voltar a transformar a Zâmbia num mercado da África do Sul. «Um homem que colecciona mel espera ser picado por abelhas», afirmou ao sair da prisão, em 1960.

Este chefe de Estado, que muitas vezes se desfez em lágrimas no meio de um discurso, estava sem dúvida melhor talhado para o combate pela independência política da Zâmbia que para a libertação da África austral, que é bastante mais duro e do qual ele nunca aceitou todas as implicações.

Paradoxalmente, o fracasso da sua política interna tornou-se evidente quando a África do Sul começou a evoluir no bom sentido.

O cair da máscara

Totalmente ocupado em denunciar o *apartheid*, ele negligenciou os problemas do seu país ao ponto de, na ausência de medidas económicas coerentes, este empobrecer rapidamente após a queda do fluxo do cobre.

Reeleito sem luta para a magistratura suprema em 1983, Kaunda enfrenta, três anos depois, «motins de fome» na «cintura do cobre», onde a contestação popular atinge o seu máximo. Incapaz de encontrar um acordo com o FMI, que, em sua opinião, lhe receita uma poção demasiado amarga, tenta esquecer os problemas internos ao apresentar-se, com sucesso, à presidência da Organização de Unidade Africana.

Em 1990, algumas semanas após ter recebido triunfalmente em Lusaca Nelson Mandela, cuja libertação muda radicalmente os dados na África do Sul e na região, os heróis fatigados do combate contra o *apartheid* interrompem as férias e regressam com urgência a Lusaca, onde o recolher obrigatório é decretado, a 26 de Junho, após confrontos no *campus* universitário. Numa África negra onde a hora da contestação soa por todo o lado, cai a máscara da respeitabilidade do regime de Kaunda. A Zâmbia, Estado de partido único desde 1972, tem de abrir-se ao multipartidarismo. Aceitará Kaunda ir além do discurso?

No dia seguinte à sua derrota, rende-se: «Trata-se do multipartidarismo, um dia ganham-se eleições, noutro perdem-se, não é o fim do mundo», diz na televisão. E adianta: «Deixo a presidência com muito orgulho, realmente bastante orgulho.»

(Exclusivo DN-«Le Monde»)